

Manoel Jorge Nobre do Espírito Santo
Sheila Fernandes Pimenta e Oliveira
Ana Carolina Garcia Braz
Daniel Facciolo Pires
Marinês Santana Justo Smith
Silvia Regina Viel
Welton Roberto Silva (Orgs.)

SUBJETIVIDADE, SOCIEDADE E CULTURA CONTEMPORÂNEA

Coleção Ciência e Desenvolvimento
76

ISBN VOLUME



ISBN COLEÇÃO



DOI 10.29327/5898179

Manoel Jorge Nobre do Espírito Santo
Sheila Fernandes Pimenta e Oliveira
Ana Carolina Garcia Braz
Daniel Facciolo Pires
Marinês Santana Justo Smith
Sílvia Regina Viel
Welton Roberto Silva (Orgs.)

**SUBJETIVIDADE, SOCIEDADE E CULTURA
CONTEMPORÂNEA**

ISBN 978-65-84409-14-9

FRANCA
Uni-FACEF
2026

Corpo Diretivo

REITOR

Prof. Dr. José Alfredo de Pádua Guerra

VICE-REITOR

Prof. Dr. João Baptista Comparini

PRÓ-REITOR DE ADMINISTRAÇÃO

Prof. Dr. Flávio Henrique de Oliveira Costa

PRÓ-REITORA ACADÊMICA

Profª Drª Sheila Fernandes Pimenta e Oliveira

PRÓ-REITORA DE EXTENSÃO, CULTURA E DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO

Profª. Drª Melissa Franchini Cavalcanti Bandos

PRÓ-REITOR DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO e COORDENADOR DE PÓS-GRADUAÇÃO *LATO SENSU*

Prof. Dr. Sílvio Carvalho Neto

COORDENADORA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU*

Profª. Drª. Marinês Santana Justo Smith

CHEFE DE DEPARTAMENTO DO CURSO DE ADMINISTRAÇÃO

Prof. Me. Cyro de Almeida Durigan

CHEFE DE DEPARTAMENTO DO CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

Prof. Dr. Orivaldo Donzelli

CHEFE DE DEPARTAMENTO DO CURSO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL – Publicidade e Propaganda

Prof. Ma. Fúlvia Nassif Jorge Facury

CHEFE DE DEPARTAMENTO DO CURSO DE ENFERMAGEM

Profª. Drª. Márcia Aparecida Giacomini

CHEFE DE DEPARTAMENTO DOS CURSOS DE ENGENHARIA CIVIL E ENGENHARIA DE PRODUÇÃO

Prof. Dnd. Anderson Fabrício Mendes

CHEFE DE DEPARTAMENTO DO CURSO DE LETRAS

Profª Drª Maria Eloísa de Souza Ivan

CHEFE DE DEPARTAMENTO DO CURSO DE MATEMÁTICA

Profª. Drª Sílvia Regina Viel

CHEFE DE DEPARTAMENTO DO CURSO DE MEDICINA

Prof. Dr. Frederico Alonso Sabino de Freitas

CHEFE DE DEPARTAMENTO DO CURSO DE PSICOLOGIA

Profª Drª Maria de Fátima Aveiro Colares

CHEFE DO DEPARTAMENTO DE COMPUTAÇÃO

Prof. Dr. Daniel Facciolo Pires

Comissão Científica

Sheila Fernandes Pimenta e Oliveira (Uni-FACEF)
Ana Carolina Braz Garcia (Uni-FACEF)
Sílvia Regina Viel (Uni-FACEF)
Daniel Facciolo Pires (Uni-FACEF)
Lívia Maria Lopes Gazaffi (Uni-FACEF)
Daniela de Figueiredo Ribeiro (Uni-FACEF)
Melissa Franchini Cavalcanti Bandos (Uni-FACEF)
Marinês Santana Justo Smith (Uni-FACEF)
Maria Eloísa de Souza Ivan (Uni-FACEF)
Andreia Aparecida Reis de Carvalho Liporoni (UNESP)
Janise Braga Barros Ferreira (USP-RP)
Mário Luís Ribeiro Cesaretti (UNIFESP / PUC SP)
Sílvio Carvalho Neto (Uni-FACEF)
Marisa Afonso Andrade Brunherotti (Universidade de Franca)
João Nery Giorgetti (Unidade Regional de Ensino – SP)
Aurélio Luís da Silva (Unidade Regional de Ensino – SP)

Comissão Organizadora

José Alfredo de Pádua Guerra
João Baptista Comparini
Sheila Fernandes Pimenta e Oliveira
Melissa Franchini Cavalcanti Bandos
Sílvio Carvalho Neto
Marinês Santana Justo Smith
Sílvia Regina Viel
Welton Roberto Silva
Lucas Antônio Santos
Leonardo Carloni Rodrigues Meira
Alba Valéria Penteado Orsolini
Flávio Henrique de Oliveira Costa

Editoração

Laís Caramore Borges
Welton Roberto Silva

© 2026 dos autores
Direitos de publicação Uni-FACEF
www.unifacef.com.br

Coleção: Ciência e Desenvolvimento, v. 76

Do Espírito Santo, Manoel Jorge Nobre (Orgs.)
D673s SUBJETIVIDADE, SOCIEDADE E CULTURA CONTEMPORÂNEA.
/ Manoel Jorge Nobre do Espírito Santo; Sheila Fernandes Pimenta e
Oliveira; Ana Carolina Garcia Braz; Daniel Facciolo Pires; Marinês Santana
Justo Smith; Silvia Regina Viel; Welton Roberto Silva (Orgs.). – Franca: Uni-
FACEF; 2026.
162p.; il.

ISBN Coleção 978-85-5453-017-4

ISBN Volume 978-65-84409-14-9

DOI 10.29327/5898179

1.Multidisciplinar - Fórum. 2. Iniciação Científica. 3.Pesquisa.
4.Metodologia. I.T.

CDD 300

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS.

É proibida a reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio. A violação dos direitos de autor (lei no. 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do código Penal. **Todo o conteúdo apresentado neste livro é de responsabilidade exclusiva de seus autores.**

Editora Uni-FACEF Centro Universitário Municipal de Franca
Associada à ABEC - Associação Brasileira de Editores Científicos

PREFÁCIO

Os artigos reunidos nesta obra atravessam diferentes dimensões da experiência humana contemporânea e revelam, em comum, a complexa relação entre subjetividade e sociedade. Em um tempo marcado por profundas transformações culturais, tecnológicas e sociais, os trabalhos aqui apresentados discutem como os modos de existir, sofrer, pertencer e resistir são continuamente atravessados pelas estruturas sociais, pelos discursos culturais e pelas políticas de cuidado.

Ao abordar temas como exploração infantil, população em situação de rua, reinserção social de pessoas privadas de liberdade, juventudes em vulnerabilidade social, saúde mental, cultura pop, mídia e tecnologias digitais, os estudos ampliam o olhar sobre o sofrimento psíquico, compreendendo-o para além de uma dimensão exclusivamente individual. Os artigos evidenciam que o sofrimento humano também é produzido nas relações de poder, nos processos de exclusão, nos estigmas sociais e nas formas contemporâneas de organização da vida coletiva.

As pesquisas voltadas à representação dos transtornos mentais na mídia e na cultura pop problematizam os efeitos da produção de imaginários sociais sobre a saúde mental, especialmente entre adolescentes e jovens, destacando como determinadas narrativas podem reforçar preconceitos, romantizações e estigmas. Ao mesmo tempo, os estudos sobre tecnologias digitais e desenhos animados educativos revelam que os dispositivos midiáticos também podem operar como ferramentas de aprendizagem, construção simbólica e desenvolvimento cognitivo, demonstrando a ambivalência das experiências mediadas pela cultura contemporânea.

Os trabalhos sobre reforma psiquiátrica, práticas esportivas e inserção social reafirmam a importância das políticas públicas, dos vínculos comunitários e das práticas coletivas de cuidado na promoção da dignidade humana e da saúde mental. Em diferentes contextos, os artigos apontam para a necessidade de construir espaços mais éticos, inclusivos e comprometidos com a valorização da vida.

Mais do que oferecer respostas definitivas, esta obra convida o leitor a refletir criticamente sobre os desafios contemporâneos e sobre os modos como a sociedade produz exclusão, pertencimento, sofrimento e possibilidades de transformação. Assim, os textos aqui reunidos reafirmam o compromisso da ciência com uma escuta sensível, com a defesa dos direitos humanos e com a construção de práticas comprometidas com o cuidado e a justiça social.

Prof^a Dr^a Daniela de Figueiredo Ribeiro
Docente do Centro Universitário Municipal de Franca - Uni-FACEF

SUMÁRIO

ENTRE PODER E VIOLÊNCIA: consequências psicológicas do tráfico e exploração infantil no caso Epstein	8
INCLUSÃO CARCERÁRIA E REINserÇÃO SOCIAL: Estudo sobre a alocação de mão de obra carcerária dentro das empresas.....	19
O DESENHO ANIMADO COMO MICROAPRENDIZAGEM: fundamentos teóricos e desenvolvimento cognitivo na infância contemporânea	29
OS IMPACTOS BIOPSISSOCIAIS DO USO DE TECNOLOGIAS DIGITAIS NO ENSINO SUPERIOR.....	45
PRÁTICAS ESPORTIVAS E JOVENS EM VULNERABILIDADE SOCIAL: a funcionalidade do esporte como ferramenta de inserção social.....	65
REPRESENTAÇÕES DO TRANSTORNO DISSOCIATIVO DE IDENTIDADE NA MÍDIA: uma análise do personagem Norman Bates	84
SOB O OLHAR DA LOUCURA: a verdade por trás da reforma psiquiátrica no século XXI no Brasil.....	102
TRANSTORNOS MENTAIS E A CULTURA POP: Os perigos da representatividade de alguns temas durante a adolescência	123
VIVÊNCIAS DE RUA: realidades da população em situação de rua em uma cidade interiorana no estado de São Paulo	138
ÍNDICE	161

ENTRE PODER E VIOLÊNCIA: consequências psicológicas do tráfico e exploração infantil no caso Epstein

Maria Luiza Oliveira
Graduanda Psicologia Uni-FACEF
maluoliveira212006@gmail.com

Rafaela Teles Almeida
Graduanda Psicologia Uni-FACEF
rafaelateles219@gmail.com

Sofia Muniz Alves Gracioli
Professora Uni-FACEF- Doutora FFCLRP-USP
sofiagracioli@yahoo.com.br

1. INTRODUÇÃO

O tráfico infantil é uma forma ilícita e vulnerável de comercialização de crianças que violam os direitos humanos e atingem diretamente na saúde mental da vítima. Esse tipo de crime cresce constantemente no mundo. De acordo com o Escritório da ONU sobre Drogas e Crime (UNODC 2024), uma em cada três vítimas de tráfico de pessoas no mundo é uma criança. Sendo os maiores afetados pessoas em insegurança financeira, que não possui a proteção necessária. O tráfico ocorre principalmente para exploração sexual.

A exploração infantil é uma grave violação dos direitos de crianças e adolescentes, caracterizada pelo uso de seus corpos, trabalho ou imagem em benefício de terceiros, geralmente envolvendo troca por dinheiro, favores ou outras vantagens. Essa violação diz a respeito de uma relação profundamente desigual de poder, na qual o adulto exerce controle e dominação, submetendo a criança a situações de violência física, psicológica ou sexual. Esse tipo de exploração muitas vezes não é reconhecido pela própria vítima como uma violação, o que contribui para sua continuidade e invisibilidade social. Além disso, está frequentemente associado a contextos de vulnerabilidade social, pobreza, negligência familiar e falhas na rede de proteção, fatores que aumentam o risco e dificultam o rompimento desse ciclo, mas pode acontecer em qualquer situação. As consequências para o desenvolvimento são profundas, afetando a saúde mental, a autoestima e a capacidade de estabelecer relações saudáveis ao longo da vida.

Segundo o canal recentemente repercutiu o caso da ilha do Jeffrey Epstein, um financista norte americano que possuía uma grande rede de contatos incluindo figuras poderosas e reconhecidas (Você Sabia, 2026). Entre os anos de 2024 e 2026 houve um vazamento de dados e documentos expondo a rede de tráfico sexual dirigida pelo Epstein. O empresário aliciou certa de 250 meninas para fins sexuais e de exploração. Vale ressaltar também que a ilha era muito conhecida por ser frequentada por famosos e pelas festas realizadas no local. Nos documentos encontrados a relato que nessas comemorações aconteciam abusos com as menores aliciadas.

Além dos aspectos já discutidos, é fundamental considerar o papel das mídias na amplificação dos impactos sofridos pelas vítimas de tráfico e exploração infantil. A exposição midiática de casos de grande repercussão, como o de Jeffrey Epstein, pode intensificar o sofrimento ao promover uma forma de revitimização simbólica. Isso ocorre porque a maneira como a violência é retratada, muitas vezes com caráter sensacionalista, influencia diretamente a percepção social do trauma, contribuindo para processos de estigmatização, culpabilização indireta e sentimentos de vergonha nas vítimas. Ademais, a constante divulgação desses episódios tende a reduzir a complexidade das experiências vividas a narrativas simplificadas ou espetacularizadas, o que pode reforçar o isolamento social e o medo de julgamento. Somado a isso, a exposição pública frequente reativa memórias traumáticas, dificultando o processo de recuperação psicológica, uma vez que as vítimas permanecem associadas ao episódio de violência, prolongando quadros de ansiedade, depressão e sofrimento emocional.

Nesse sentido, o presente trabalho teve como objetivo investigar, com base em dados e relatos divulgados sobre casos de tráfico e exploração infantil, incluindo informações relacionadas ao caso de Jeffrey Epstein, como essas práticas ocorrem e quais impactos causam na saúde mental das vítimas. A partir dessa análise, buscase compreender os fatores de vulnerabilidade envolvidos e refletir sobre as consequências psicológicas e sociais para crianças e adolescentes submetidos a esse tipo de violência.

Para tanto, adotou-se a metodologia de revisão bibliográfica crítica, utilizando-se de documentários, notícias e artigos que versam sobre o tema ora estudado, além da legislação pertinente.

2. CASO DA ILHA DE JEFFREY EPSTEIN

A ilha de Epstein, comprada em 1998 pelo próprio empresário, é uma propriedade privada e restrita, localizada nas Ilhas Virgens Americanas, no Caribe, conhecida como Little St. James ou como “ilha do pecado” pela mídia, sendo descrita por investigações e depoimentos onde jovens eram levadas sob falsas promessas e submetidas a abusos dentro de uma rede organizada que envolvia recrutamento, transporte e persuasão, enquanto Epstein utilizava de sua posição econômica privilegiada e influência para evitar investigações mais profundas. O caso ganhou ainda mais repercussão devido às conexões com figuras poderosas como Bill Clinton, Donald Trump e Prince Andrew, além de empresários como Leslie Wexner e Glenn Dubin, e celebridades como Naomi Campbell, Leonardo DiCaprio e Kevin Spacey, que contribuíram para a ampliação e visibilidade do caso.

Os casos ocorriam de uma maneira esquematizada, onde crianças e adolescentes eram aliciados por meio de intermediários que ofereciam proposta de “emprego” e recompensas em dinheiro bastante atrativas, para que, em seguida, elas fossem encaminhadas tanto para a ilha quanto para outras propriedades como sua residência em Nova Iorque e sua mansão na Florida, lugares em que os abusos eram realizados. O empresário guardava um grande sigilo em torno de suas práticas por meio de acordos e ameaças, envolvendo grandes influências sociais, que facilitavam o silenciamento dos casos e dificultavam as denúncias. A rede de contato de Epstein era bastante vasta, a ponto de alcançar brasileiras e as tornarem vítimas. Além disso, ele possuía o interesse em criar a própria agência de modelos como uma maneira de intermediar e facilitar os crimes.

Em um dos vários arquivos que foram vazados pelo U.S. Department of Justice (2026), foi relatado que, no dia 15 de março de 2005, uma menina de 14 anos denunciou ao Departamento de Polícia de Palm Beach que foi levada à casa do explorador para fins sexuais. Tal situação foi organizada por Haley Robson, que convidou a jovem para um serviço, oferecendo uma boa quantia. Foi contado pela vítima que, no dia 06 de fevereiro de 2005, Robson levou-a para a casa de Epstein e a instruiu a afirmar que ela tinha 18 anos. Chegando no local, ela foi direcionada para o quarto, onde o abusador chegou usando uma toalha e a pediu para massagear suas costas enquanto se deitava na mesa de massagens. Logo após,

pediu para que a vítima tirasse suas roupas e ficasse seminua, usando apenas as roupas íntimas, para assim poder se aproveitar por prazer próprio.

Haley Robson é uma figura-chave no esquema de aliciamento ligado a Jeffrey Epstein. De acordo com os relatos, ela atuava como intermediária para o recrutamento de jovens para a residência de Epstein em troca de remuneração. Haley teria iniciado ao lugar ainda adolescente, por meio de outra jovem, e passou a repetir o mesmo padrão com outras vítimas. Nos depoimentos, ao ser questionada sobre como ganhar mais dinheiro, fica evidente que, quanto mais você faz, mais você é paga, indicando um sistema bem estruturado de exploração.

A trajetória judicial de Epstein teve maior repercussão em 2008, quando ele firmou um acordo com promotores federais na Flórida, evitando acusações mais severas ao se declarar culpado por crimes estaduais relacionados à exploração sexual de menores. Esse acordo resultou em uma pena relativamente branda e na obrigação de se registrar como criminoso sexual, o que gerou críticas por suposto tratamento privilegiado. Anos depois, em 6 de julho de 2019, Epstein foi novamente preso, em Nova York, enfrentando acusações federais de tráfico sexual de menores. Considerado risco de fuga, devido ao seu poder econômico e conexões internacionais, teve a fiança negada e permaneceu detido no Centro Correcional Metropolitano (MCC), enquanto aguardava julgamento. O processo trouxe à tona novas vítimas, evidências e a dimensão internacional do esquema, ampliando significativamente o caso.

Em 10 de agosto de 2019, ocorreu o falecimento de Epstein, enquanto ele ainda aguardava julgamento, levantando uma série de questionamentos. Dias antes, ele havia sido colocado sob vigilância por risco de suicídio, recebendo avaliações psicológicas diárias, mas, posteriormente, foi retirado desse monitoramento e mantido em uma unidade de segurança especial, onde deveria ter um companheiro de cela, o que não foi cumprido na noite anterior à sua morte. Na madrugada, falhas nos protocolos de vigilância também foram registradas, incluindo a ausência de verificações regulares. Epstein foi encontrado inconsciente em sua cela e, apesar das tentativas de reanimação, foi declarado morto no hospital. A conclusão oficial apontou suicídio por enforcamento, conforme o médico-legista de Nova York, mas as inconsistências no sistema prisional, como negligência e

irregularidades dos guardas, alimentaram dúvidas públicas e teorias referentes ao caso.

3. CONSEQUÊNCIAS PSICOLÓGICAS EM VÍTIMAS DE TRÁFICO E EXPLORAÇÃO SEXUAL

No contexto das consequências psicológicas em vítimas de tráfico e exploração sexual, o caso de Jeffrey Epstein evidencia, de forma emblemática, os impactos profundos e duradouros desse tipo de violência. Conforme Cavalcante e Minayo (2005), a exposição contínua a abusos, coerção e situações de vulnerabilidade extrema está diretamente associada ao desenvolvimento de transtornos como ansiedade, depressão e Transtorno de Estresse Pós-Traumático (TEPT), comprometendo significativamente a saúde mental das vítimas. Além disso, são recorrentes sentimento de culpa, vergonha e baixa autoestima, que dificultam a elaboração do trauma e o reconhecimento da própria condição de vítima. Tais experiências também afetam a capacidade de estabelecer vínculos afetivos e

relações de confiança, prejudicando o desenvolvimento emocional e social.

Nesse cenário, o isolamento social e a adoção de comportamentos de risco surgem como estratégias disfuncionais de enfrentamento, podendo evoluir, em casos mais graves, para ideação suicida. Destaca-se, ainda, que essas consequências não se restringem ao período de exploração, persistindo ao longo da vida adulta e impactando a reintegração social. Ademais, fatores como medo, desamparo e desconfiança institucional dificultam a busca por ajuda e a denúncia da violência, perpetuando o ciclo de sofrimento psicológico vivenciado por essas vítimas. De acordo com Vega e Paludo (2015), esses impactos psicológicos não ocorrem de forma isolada, mas tendem a se intensificar pela repetição e pela duração das experiências traumáticas, configurando um quadro de sofrimento crônico. Essas circunstâncias destacam que a exposição prolongada à violência e à manipulação compromete o desenvolvimento da identidade e a percepção de autonomia das vítimas, fazendo com que muitas internalizem a violência como parte de sua realidade.

Além disso, as condições apontam que há alterações significativas nos processos cognitivos e emocionais, como dificuldade de regulação emocional,

distorções de pensamento e hipervigilância constante, características frequentemente associadas ao Transtorno de Estresse Pós-Traumático (TEPT). Outro aspecto relevante é a tendência à revitimização, uma vez que os prejuízos na autoestima e nos vínculos afetivos podem levar essas pessoas a se inserirem novamente em relações abusivas. Dessa forma, evidencia-se a necessidade de intervenções psicológicas especializadas, contínuas e sensíveis ao trauma, que considerem não apenas os sintomas apresentados, mas também o contexto social e histórico de violência vivido pelas vítimas.

As consequências psicológicas do abuso sexual infantil são amplamente reconhecidas na literatura, especialmente pelos impactos no desenvolvimento emocional e social das vítimas. Nessa perspectiva, entende-se que tais experiências geram efeitos duradouros e significativos. Como aponta o estudo:

[...] a maioria dos pesquisadores concorda que o abuso sexual infantil é facilitador para o aparecimento de psicopatologias graves, prejudicando a evolução psicológica, afetiva e social da vítima. (ROMARO; CAPITÃO, 2007, p. 151).

É possível observar claramente, no caso de Jeffrey Epstein, a ideia de que o abuso sexual infantil favorece o desenvolvimento de psicopatologias graves, no qual diversas vítimas relataram exposição prolongada a situações de exploração, coerção e violência. Esse contexto contínuo de violação compromete profundamente o desenvolvimento psicológico, afetivo e social das vítimas, uma vez que ocorre em fases críticas da formação da identidade e das relações interpessoais. Assim como indica a literatura, experiências traumáticas dessa natureza podem desencadear quadros de ansiedade, depressão, transtorno de estresse pós-traumático e dificuldades persistentes na construção de vínculos saudáveis. A repetição dos abusos, associada ao uso do poder e à manipulação exercida pelo agressor, intensifica os danos psíquicos, evidenciando como a violência sexual sistemática pode produzir efeitos duradouros e complexos ao longo da vida das vítimas. À luz do estudo publicado na Revista de Direito da Universidade Federal de Viçosa (2026), de Maria Rayane Dias Alves, esses efeitos tendem a ser amplificados quando há continuidade da exposição e ausência de suporte adequado.

Além dos impactos já mencionados, destaca-se que o trauma decorrente da exploração sexual também se manifesta por meio de sintomas psicossomáticos, nos quais o sofrimento psicológico é expresso em dores crônicas,

distúrbios do sono, alterações alimentares e outras queixas físicas recorrentes, evidenciando que os efeitos do trauma ultrapassam o campo emocional e atingem o funcionamento global do indivíduo. Essas manifestações refletem a dificuldade de elaboração psíquica da violência vivenciada, fazendo com que o corpo se torne um meio de expressão do sofrimento. Soma-se a isso o fato de que, em casos de grande repercussão, a exposição midiática pode agravar significativamente a condição das vítimas, ao intensificar sentimentos de vergonha, culpa e estigmatização, além de promover processos de revitimização e invasão de privacidade, dificultando ainda mais a

recuperação emocional. Conforme o estudo de Alves (2026), a violência é divulgada de uma maneira que pode intensificar o sofrimento psicológico das vítimas.

Também é importante considerar que o processo de recuperação não ocorre de forma linear, sendo marcado por avanços e recaídas, o que exige intervenções contínuas e especializadas, como a terapia cognitivo-comportamental e outras abordagens focadas no trauma. O fortalecimento de redes de apoio, incluindo família, escola e serviços de saúde, também desempenha papel essencial na reconstrução da sensação de segurança, no restabelecimento de vínculos e no desenvolvimento de estratégias saudáveis de enfrentamento. Dessa forma, compreender as consequências da exploração infantil implica reconhecer não apenas a profundidade e a complexidade dos danos causados, mas também a necessidade de políticas públicas eficazes e integradas que garantam proteção, assistência qualificada e acompanhamento contínuo às vítimas. Como destacam Vega e Paludo (2015), a rede de proteção exerce papel fundamental nesse processo de recuperação.

A exposição midiática de casos de exploração e abuso sexual, como o de Jeffrey Epstein, pode intensificar o sofrimento das vítimas ao promover uma forma de revitimização simbólica. Alves (2026), afirma que a forma como a violência é socialmente representada, incluindo discursos midiáticos, influencia diretamente a percepção do trauma, podendo gerar estigmatização e sentimentos de vergonha. A ampla divulgação, muitas vezes sensacionalista, tende a reduzir a complexidade da experiência vivida a narrativas simplificadas ou espetacularizadas, o que contribui para o isolamento social e o medo de julgamento. Somando a isso, a exposição pública pode reativar memórias traumáticas e dificultar o processo de recuperação

psicológica, já que as vítimas permanecem constantemente associadas ao episódio de violência, reforçando impactos como ansiedade, depressão e sofrimento emocional prolongado.

Cabe ainda ressaltar que é importante reconhecer que a reconstrução da saúde mental dessas pessoas envolve um processo delicado de reorganização interna, no qual é necessário ressignificar vivências marcadas por dor e violação. Muitas enfrentam obstáculos para retomar planos futuros, desenvolver propósitos e reconstruir a própria identidade, especialmente quando as experiências ocorreram em períodos decisivos do desenvolvimento. Nesse contexto, o suporte clínico deve favorecer o fortalecimento pessoal, a retomada do protagonismo e a construção de uma percepção mais positiva de si. A criação de um ambiente terapêutico acolhedor e seguro possibilita a elaboração gradual dessas vivências, respeitando o ritmo individual. Paralelamente, a integração entre diferentes áreas, como saúde, assistência social e sistema jurídico, amplia a efetividade do cuidado, contemplando as diversas necessidades decorrentes dessas situações. Conforme analisa Kirk (2021), a complexidade dos crimes e suas consequências exige uma resposta institucional contínua e articulada.

Dessa forma, fica evidente que os efeitos decorrentes do tráfico e da exploração sexual são amplos e persistentes, atingindo múltiplos aspectos da vida das pessoas afetadas. Tais repercussões não se limitam ao âmbito emocional, mas também interferem na construção de relações, na qualidade de vida e no bem-estar geral. Diante disso, torna-se essencial a oferta de acompanhamento contínuo, qualificado e sensível às especificidades de cada caso. Além disso, o investimento em políticas públicas eficazes e em redes de suporte estruturadas é indispensável para garantir acolhimento, proteção e condições adequadas para a recuperação. Enfrentar essa realidade exige, portanto, um compromisso coletivo com a promoção de direitos, o cuidado integral e a valorização da dignidade humana.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, o presente trabalho teve o objetivo central atingido ao analisar, com base em dados e relatos, como ocorreram as práticas de exploração sexual cometidas pelo empresário Jeffrey Epstein, caso escolhido como eixo central, bem como os impactos psicológicos causados nas vítimas. A análise

permitiu concluir que o tráfico e os crimes sexuais não ocorrem de forma isolada, mas, sim, se aproveitando da vulnerabilidade social, falhas institucionais, influência e poder, utilizando-se da manipulação e coerção para a captação de menores. Nesse sentido, constatou-se que, no âmbito da saúde mental os impactos são profundos e duradouros, manifestando-se nos transtornos desenvolvidos como, transtorno de ansiedade, transtorno de estresse pós-traumático e depressão, além do comprometimento no desenvolvimento social e cognitivo.

De acordo com o estudo realizado neste trabalho, compreende-se que, a recuperação da vítima é sim possível apesar de complexa, embora nesse contexto torna-se extremamente necessário que haja intervenção psicológica. O trauma causado gera marcas profundas, o que reforça a necessidade de uma rede de apoio, juntamente com políticas públicas eficazes que garantem a proteção rigorosa e integral das vítimas e que a justiça não seja falha na responsabilização dos agressores. A ausência desses fatores compactua para o sofrimento eterno da pessoa afetada e apresenta a falha da sociedade e das políticas públicas que devem assegurar as crianças e adolescentes.

A exposição nas mídias de casos de exploração e abuso sexual, como o de Jeffrey Epstein, evidencia que a maneira como as mídias aborda essas situações pode agravar ainda mais os impactos sobre as vítimas. A divulgação, muitas vezes sensacionalista, contribui para uma revitimização simbólica ao reduzir experiências complexas a narrativas simplificadas e amplamente divulgadas, favorecendo a estigmatização. Esse processo pode gerar sentimentos de vergonha, isolamento social e medo do julgamento, dificultando a busca por apoio. Além disso, a constante exposição pública tende a reativar memórias traumáticas, comprometendo o processo de recuperação psicológica e mantendo as vítimas associadas ao episódio de violência. Dessa forma, reforça-se a necessidade de uma abordagem midiática mais ética e responsável, que priorize a proteção da dignidade das vítimas e contribua para a redução dos danos emocionais a longo prazo.

Profissionais tentam delinear quais são as consequências do abuso sexual e construir propostas de intervenções para minimizar os danos dessa violência. Não é possível generalizar ou delimitar os efeitos do abuso sexual, uma vez que a gravidade e a extensão das consequências dependem de particularmente da experiência de cada vítima. Dentro desta perspectiva, é importante pensar o assunto sob a ótica da singularidade de cada indivíduo, afinal, cada criança ou

adolescente que sofre abuso sexual é uma potencial vítima de uma ou mais consequências descritas anteriormente. Por isso, é importante que o psicólogo que venha lidar com tais casos tenha a sensibilidade necessária e esteja capacitado para enfrentar essa situação extremamente complexa e desafiadora, para que seja possível minimizar os danos causados, ressignificar as experiências traumáticas e reconstruir a auto-estima e os vínculos saudáveis.

As dificuldades ao longo do presente estudo foram encontrar trabalhos científicos que tratem especificamente do caso da ilha de Jeffrey Epstein. Tal situação possivelmente ocorra pelo fato de a temática ser considerada nova ou, sendo repercutida recentemente devido ao vazamento de mais de 3,5 milhões de arquivos divulgado pelo Departamento de Justiça dos EUA em 2026. De outro modo, ser uma situação focada em figuras públicas e celebridades pode influenciar e desviar a atenção da exploração infantil, distorcendo a situação.

Por fim, considerando pesquisas futuras, ponto relevante a ser estudado é a estratégia e eficácia das políticas e intervenções acerca desses casos, a reparação e reintegração social da vítima e também os impactos a longo prazo.

REFERÊNCIAS

CAVALCANTE, Fábio Silva; MINAYO, Maria Cecília de Souza. *As possíveis consequências do abuso sexual praticado contra crianças e adolescentes*. Psicologia: Reflexão e Crítica, Porto Alegre, v. 18, n. 3, p. 343–350, 2005. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-79722005000300016>. Acesso em: 26 abr. 2026.

DIALNET. *O impacto das redes sociais na evolução do abuso sexual infantil* | The impact of social media on the evolution of child sexual abuse. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/10441349.pdf>. Acesso em: 26 abr. 2026.

Jeffrey Epstein: poder e perversão (Jeffrey Epstein: Filthy Rich). Direção: Lisa Bryant. Estados Unidos: Netflix, 2020. Série documental (4 episódios).

KIRK, Tara. *Jeffrey Epstein: os crimes ainda prescrevem?* São Paulo: Matrix, 2021. Disponível em: https://books.google.com/books/about/Jeffrey_Epstein_Os_Crimes_Ainda_Prescrev.html?hl=pt-BR&id=7ei_EQAAQBAJ. Acesso em: 26 abr. 2026.

NAÇÕES UNIDAS. *Tráfico de pessoas cresce e crianças são as mais vulneráveis, alerta ONU*. Disponível em: <https://news.un.org/pt/story/2024/07/1835346>. Acesso em: 26 abr. 2026.

UNITED STATES. *Department of Justice. DOJ disclosures: data set 12 files. Washington, D.C.*: U.S. Department of Justice, 2026. Disponível em: <https://www.justice.gov/epstein/doj-disclosures/data-set-12-files>. Acesso em: 26 abr. 2026.

VEGA, Luciana Barbosa da Silva; PALUDO, Simone dos Santos. *Exploração sexual e rede de proteção na perspectiva da vítima*. Arquivos Brasileiros de Psicologia, Rio de Janeiro, v. 67, n. 2, p. 47–60, 2015. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/2290/229042579004.pdf>. Acesso em: 26 abr. 2026.

VOCÊ SABIA. *Caso Epstein: o segredo sombrio que os bilionários querem esconder*. YouTube, 2020. Disponível em: https://youtu.be/5MYbbRF_ndY. Acesso em: 26 abr. 2026.

BRASIL PARALELO. *O limite da maldade humana no caso epstein*. YouTube, 2020. Disponível em: <https://youtu.be/8taUI7rkwqc>. Acesso em: 26 abr. 2026

INCLUSÃO CARCERÁRIA E REINserÇÃO SOCIAL: Estudo sobre a alocação de mão de obra carcerária dentro das empresas

Any Karolaine Santos da Silva
Graduanda em Engenharia de Produção – FAMEF
annykarollainesantos@gmail.com

Eduardo Leite Silva
Graduando em Engenharia de Produção – FAMEF
eduardoleite29@hotmail.com

Lawilson Marques
Graduando em Engenharia de Produção – FAMEF
lawmarques@hotmail.com

Luiz Henrique de Souza Pedroso
Graduando em Engenharia de Produção – FAMEF
luizhenriquedsp744@gmail.com

Júlia Neves Andrade
Mestre e Doutoranda em Engenharia Urbana
julianevesa@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

A reinserção social de pessoas privadas de liberdade constitui um desafio social contemporâneo, sendo marcada por preconceitos, estigmas e dificuldades de acesso ao mercado de trabalho. A ausência de oportunidades formais de emprego compromete o processo de reconstrução social e amplia os riscos de reincidência criminal. Nesse contexto, o trabalho prisional e as políticas de inclusão produtiva tornam-se mecanismos relevantes para a promoção da cidadania e da dignidade humana.

Segundo Pires e Gatti (2006), a educação e o trabalho representam elementos relevantes para a redução da reincidência criminal e para a reconstrução da autoestima de pessoas privadas de liberdade. Autores como Maruna (2001) e Burke, Collett e McNeill (2018), reforçam que o processo de desistência do crime está intimamente ligado à criação de novas narrativas pessoais e à inserção social por meio de atividades produtivas.

Diante desse cenário, observa-se a importância da participação do setor privado em ações voltadas à inclusão laboral de pessoas em situação de

privação de liberdade e de egressos do sistema prisional. A atuação da empresa estudada, em parceria com a Fundação de Amparo ao Preso (FUNAP), apresenta-se como um caso relevante para compreender de que maneira práticas empresariais podem contribuir para a ressocialização e para a redução das desigualdades sociais.

Assim, o presente estudo parte do seguinte problema de pesquisa: de que maneira a inclusão de mão de obra carcerária em empresas pode contribuir para a reinserção social e para a redução da reincidência criminal? A investigação parte da hipótese de que a inserção de pessoas privadas de liberdade no mercado de trabalho, quando realizada em condições dignas e acompanhada por políticas de apoio e capacitação, pode favorecer a ressocialização, ampliar oportunidades de reintegração social e reduzir processos de exclusão e reincidência criminal.

O objetivo geral deste estudo é analisar o papel de uma empresa do setor de produção de cigarros de palha que utiliza mão de obra carcerária na promoção da reinserção social de pessoas privadas de liberdade, por meio de um estudo de caso voltado às práticas de inclusão laboral e ressocialização desenvolvidas pela organização.

Como objetivos específicos, busca-se compreender a relação entre trabalho prisional e ressocialização; identificar as práticas de inclusão adotadas pela empresa estudada; analisar os impactos sociais e profissionais da inserção laboral de pessoas privadas de liberdade; discutir a relação entre práticas de inclusão produtiva e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

Por fim, a pesquisa adota abordagem qualitativa, de caráter exploratório e descritivo, utilizando estudo de caso, entrevistas semiestruturadas e análise de conteúdo como procedimentos metodológicos. Faz-se relevante pontuar que a empresa na qual foi realizada o estudo de caso permitiu que seu nome fosse divulgado.

A justificativa desta pesquisa fundamenta-se na relevância social da temática, considerando os desafios relacionados à reintegração de pessoas privadas de liberdade e à necessidade de construção de políticas e práticas mais inclusivas. Além disso, o estudo contribui para a discussão sobre responsabilidade social empresarial e para a compreensão do papel das empresas na promoção da cidadania, especialmente em consonância com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (2025), em especial o ODS

10 (Redução das Desigualdades), o ODS 16 (Paz, Justiça e Instituições Eficazes), e o ODS 17 (Parcerias e Meios de Implementação).

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A Lei de Execução Penal (Lei nº 7.210/1984) estabelece que o trabalho da pessoa privada de liberdade deve possuir caráter educativo e produtivo, integrando-se ao processo de reintegração social. Esse princípio orienta políticas de ressocialização que buscam não apenas reduzir a ociosidade no ambiente prisional, mas, sobretudo, promover competências profissionais e oferecer condições para a reconstrução de vínculos sociais após o cumprimento da pena.

Nesse contexto, a análise de conteúdo proposta por Bardin (2011) torna-se ferramenta metodológica relevante, pois permite compreender a relação entre discurso institucional e prática social. Tal abordagem é essencial em estudos sobre políticas públicas e inclusão, ao possibilitar identificar de que maneira as narrativas oficiais acerca da ressocialização se traduzem — ou não — em práticas concretas de inclusão laboral. A discussão sobre inclusão, direitos e reintegração também se articula diretamente aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

O ODS 10, que trata da Redução das Desigualdades, tem como meta diminuir disparidades sociais, econômicas e políticas, promovendo a inclusão de todos independentemente de raça, gênero, idade, deficiência ou origem. Para isso, propõe o fortalecimento de políticas de proteção social, a ampliação da igualdade de oportunidades e a participação de países em desenvolvimento nos processos decisórios globais.

De maneira complementar, o ODS 16 tem como objetivo promover sociedades pacíficas, justas e inclusivas, assegurando o acesso à justiça e incentivando instituições eficazes, transparentes e responsáveis. Suas metas incluem a redução da violência, o enfrentamento da corrupção, o combate ao crime organizado e a ampliação do acesso público à informação, elementos indispensáveis para a garantia de direitos no sistema prisional e para a construção de políticas de ressocialização consistentes.

O ODS17, por sua vez, enfatiza a importância das “Parcerias e Meios de Implementação”, reforçando que o alcance dos demais ODS depende da cooperação entre governos, setor privado, sociedade civil e organismos internacionais. Entre suas áreas prioritárias estão financiamento, tecnologia, capacitação, comércio justo e coordenação de políticas. Tais diretrizes dialogam com a necessidade de atuação intersetorial para fortalecer ações de reintegração social, inclusive no âmbito prisional.

Souza e Silveira (2023) destacam que uma ressocialização efetiva ultrapassa a simples oferta de atividades laborais, exigindo acompanhamento psicológico, educação continuada e políticas públicas estruturadas. A literatura aponta que o envolvimento de empresas privadas pode gerar impactos sociais positivos, desde que aliado a mecanismos de fiscalização, transparência e práticas inclusivas. Assim, a articulação entre Estado, iniciativa privada e sociedade civil torna-se fundamental para promover cidadania, reduzir desigualdades e assegurar que as ações de trabalho prisional estejam alinhadas aos princípios dos ODS, especialmente aqueles relacionados à inclusão, justiça e cooperação.

3. ESTUDO DE CASO

A empresa analisada neste estudo teve origem no interior do estado de São Paulo, a partir da identificação de uma oportunidade de mercado relacionada à produção artesanal de cigarros de palha. Fundada em meados dos anos 2000, a organização iniciou suas atividades com foco na valorização de métodos tradicionais de produção e na oferta de produtos artesanais voltados a um público consumidor específico

Ao longo dos anos, a empresa ampliou sua atuação para diferentes estados brasileiros, consolidando sua presença no mercado nacional por meio da manutenção de processos produtivos artesanais, investimentos em qualidade e fortalecimento de parcerias comerciais. Posteriormente, iniciou também um processo de internacionalização, expandindo sua atuação para o mercado externo.

Atualmente, a organização é reconhecida no segmento em que atua, destacando-se pelo crescimento empresarial e pelo desenvolvimento de iniciativas

voltadas à inclusão social e à reinserção produtiva de pessoas privadas de liberdade, em parceria com instituições vinculadas ao sistema prisional:

Somos uma das empresas líderes na alocação de mão de obra carcerária no estado de São Paulo. Grande parte da nossa força de trabalho artesanal é desenvolvida em parceria com a FUNAP, proporcionando às pessoas privadas de liberdade a oportunidade de qualificação profissional, bem como o sentimento de utilitarismo e pertencimento à sociedade, dando início ao processo de reintegração social, de forma produtiva e honesta, o que muito nos orgulha! Durante nossa jornada, estivemos em diversas unidades prisionais, contribuindo para a ressocialização de mais de 30.000 reeducados, e hoje continuamos presentes em mais de 15 delas. Acreditamos firmemente na responsabilidade social corporativa e no impacto positivo que podemos gerar contribuindo para uma sociedade mais inclusiva e equitativa.

Essas ações articulam aspectos econômicos, sociais e institucionais, tornando a empresa um campo relevante para análise das relações entre trabalho, inclusão e ressocialização.

Por meio de entrevistas semiestruturadas realizada com gestores da empresa, foi possível compreender que a política de inclusão adotada pela empresa estudada demonstra um compromisso consistente com a garantia de igualdade de direitos e oportunidades às pessoas provenientes do sistema prisional. Ainda, conforme diretrizes institucionais baseadas na equidade e na não discriminação, todos os colaboradores recebem tratamento igualitário no que se refere à remuneração, às condições de trabalho, à jornada laboral e ao acesso às oportunidades internas.

A empresa assegura que seus processos estejam alinhados à legislação vigente, garantindo transparência e legitimidade às ações de inclusão. Nesse sentido, a organização mantém programas internos de capacitação técnica e comportamental, aliados a ações de apoio psicológico e orientação financeira. Tais iniciativas visam não apenas ao aprimoramento profissional, mas também ao fortalecimento da autonomia e à preparação para a vida pós-cárcere. A política de inclusão contempla, inclusive, o acompanhamento durante o período de transição para o mercado de trabalho aberto, seja por meio da continuidade no emprego, seja por orientações e encaminhamentos para empresas parceiras.

No que se refere à remuneração, a empresa assegura que os trabalhadores em regime prisional recebam valores equivalentes aos dos demais colaboradores que desempenham funções semelhantes, respeitando os preceitos

legais e evitando qualquer forma de diferenciação indevida. Além disso, há possibilidade de progressão de carreira para os reeducandos, uma vez que a empresa adota políticas baseadas no mérito e no desempenho, permitindo ascensão a funções de maior responsabilidade conforme o engajamento e o desenvolvimento individual.

A organização também implementa ações voltadas ao enfrentamento do estigma social associado ao histórico prisional. Para isso, promove campanhas internas de sensibilização, palestras e treinamentos sobre diversidade e inclusão, incentivando um ambiente de trabalho pautado pela empatia, pelo respeito e pela ética profissional. Com o objetivo de avaliar o impacto de seus programas, a empresa utiliza diferentes métricas e indicadores, como a taxa de permanência no trabalho, o desempenho individual, a participação em cursos e formações internas, além da taxa de empregabilidade após a saída do sistema prisional. Dados sobre reincidência criminal são monitorados em parceria com instituições públicas e organizações da sociedade civil, sendo possível observar uma redução significativa desse índice entre os trabalhadores que passaram pelo programa.

Os projetos sociais desenvolvidos pela empresa articulam-se diretamente com a inclusão de egressos, especialmente aqueles voltados para capacitação, educação e fortalecimento comunitário. Essas iniciativas são executadas em colaboração com organizações não governamentais, entidades sociais e órgãos públicos, ampliando o alcance das ações e promovendo um ecossistema de apoio mais abrangente.

A empresa expressa ainda a intenção de expandir suas parcerias com o setor público, organizações da sociedade civil e outras empresas privadas, reconhecendo que a reinserção social demanda articulação intersetorial e esforços colaborativos contínuos. Suas práticas estão alinhadas aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), particularmente o ODS 10, que trata da redução das desigualdades; o ODS 16, relativo à promoção da paz, justiça e fortalecimento institucional; e o ODS 17, que incentiva parcerias e meios de implementação. Dessa forma, a organização demonstra que sua atuação vai além da esfera econômica, assumindo compromisso ético e social com a dignidade humana e com o desenvolvimento sustentável.

4. METODOLOGIA

A pesquisa adota abordagem qualitativa, de caráter exploratório e descritivo, fundamentada em estudo de caso de uma empresa produtora de cigarros de palha. Segundo Gil (2017), pesquisas exploratórias têm como finalidade proporcionar maior familiaridade com o problema investigado, possibilitando seu aprimoramento e compreensão. Nesse sentido, a escolha pelo estudo de caso permite analisar de forma aprofundada práticas de inclusão e reinserção social desenvolvidas no contexto empresarial. Também se baseia em pesquisa bibliográfica, com consulta a livros, artigos científicos sobre o tema estudado (Gil, 2017).

Foram realizadas entrevistas semiestruturadas com gestores da empresa, além da análise de materiais institucionais disponibilizados pela organização. De acordo com Minayo (2000), a pesquisa qualitativa busca compreender significados, percepções, valores e relações presentes nos fenômenos sociais, sendo adequada para investigações voltadas às experiências humanas e aos processos sociais.

Utilizou-se o método de Análise de Conteúdo proposto por Bardin (2011), que possibilita a categorização das informações em temas como inclusão, dignidade e impacto social. A triangulação entre dados empíricos, documentos oficiais e literatura especializada buscou assegurar maior confiabilidade e validade aos resultados obtidos.

5. ANÁLISE E DISCUSSÕES

Os dados obtidos demonstram que as práticas adotadas pela empresa estudada exercem impacto significativo na reinserção produtiva e social das pessoas privadas de liberdade participantes do programa. A conformidade com as normas estabelecidas pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) e a adoção de critérios sistemáticos de avaliação de desempenho conferem legitimidade à iniciativa, evidenciando que o trabalho prisional pode transcender a mera ocupação do tempo, assumindo caráter formativo e profissionalizante.

Os relatos coletados indicam que o trabalho, quando realizado sob condições dignas e com respeito aos direitos fundamentais, contribui para o

fortalecimento da autoestima, o desenvolvimento da disciplina e o aprimoramento do senso de responsabilidade e pertencimento. Tais elementos são essenciais para a reconstrução das trajetórias de vida das pessoas privadas de liberdade, uma vez que favorecem a percepção de autonomia e de capacidade produtiva.

Apesar dos resultados positivos, permanecem desafios relevantes no processo de reintegração social. Observa-se a ausência de políticas estruturadas de acompanhamento pós-pena e a dificuldade de inserção em empregos formais, fatores que dificultam a consolidação de um processo contínuo de inclusão. A estigmatização social do egresso, somada à escassez de incentivos para a contratação por parte das empresas, reforça a necessidade de ações intersetoriais mais robustas.

Nesse sentido, os dados analisados confirmam a importância de políticas públicas integradas que articulem Estado, setor privado e sociedade civil na promoção de oportunidades laborais e educacionais. Incentivos à contratação de egressos, programas de capacitação continuada e acompanhamento psicossocial figuram como elementos essenciais para que a reintegração seja efetiva e duradoura. Dessa forma, destaca-se o papel estratégico das empresas enquanto agentes de transformação social, especialmente quando comprometidas com práticas inclusivas e alinhadas aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise realizada evidencia o potencial transformador do trabalho como instrumento de ressocialização, cidadania e promoção da dignidade humana. Iniciativas como a desenvolvida pela empresa estudada demonstram que a oferta de oportunidades formais de desenvolvimento profissional no ambiente prisional pode contribuir para a redução da reincidência criminal, para o fortalecimento do tecido social e para o resgate da autoestima das pessoas privadas de liberdade.

Empresas que se engajam em programas de inclusão carcerária desempenham papel relevante na construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Ao investirem em práticas que valorizam competências individuais e

promovem ambientes de trabalho seguros e éticos, assumem uma postura responsável socialmente e colaboram para o rompimento de ciclos de exclusão.

Todavia, para que tais iniciativas tenham impactos duradouros, torna-se necessário o fortalecimento das políticas públicas e das parcerias interinstitucionais. A reintegração social demanda ações contínuas, que ultrapassam o período de privação de liberdade e incluem suporte psicológico, educacional e profissional ao egresso. A inclusão produtiva deve ser compreendida, portanto, não apenas como oportunidade econômica, mas como compromisso ético com os direitos humanos e com a dignidade da pessoa.

Ao alinhar-se às metas dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, os ODS 10 (Redução das Desigualdades), ODS 16 (Paz, Justiça e Instituições Eficazes) e ODS 17 (Parcerias e Meios de Implementação) demonstram que o trabalho prisional de caráter educativo e produtivo configura-se como estratégia eficaz para promover equidade, justiça social e fortalecimento de redes colaborativas. Conclui-se, assim, que iniciativas bem estruturadas e intersetoriais têm potencial de transformar realidades, contribuir para a diminuição das desigualdades e favorecer a construção de uma sociedade mais humana e sustentável.

REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 2011.

BRASIL. Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984. Lei de Execução Penal. Diário Oficial da União, Brasília, 13 jul. 1984.

BURKE, Lol; COLLETT, Steve; MCNEILL, Fergus. *Reimagining rehabilitation: Beyond the individual*. London: Routledge, 2018.

GIL, A. C. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

HENKES, Fernando Rodrigo et al. Política pública para a reintegração social do egresso do sistema prisional brasileiro. REASE– Revista Eletrônica Acervo Saúde e Educação, 2023.

KASAHARA, Fábio José Furtado dos Remédios. *A função ressocializadora da pena como possibilidade diante da integração social*. AYA Editora, 2025.

MARUNA, Shadd. Making Good: How Ex-Convicts Reform and Rebuild Their Lives. Washington, DC: American Psychological Association, 2001.

MINAYO, M. C. S. O desafio de conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde. 10. ed. São Paulo: Hucitec, 2000.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). Relatórios dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Disponível em: <https://sdgs.un.org> . 2025

PIRES, A. de A. C.; GATTI, T. H. A reinserção social de egressos do sistema prisional por meio de políticas públicas, da educação, do trabalho e da comunidade. Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação e Biblioteconomia, v. 1, n. 2, 2007. Disponível em: <https://pbcib.com/index.php/pbcib/article/view/8349> . Acesso em: 5 nov. 2025.

SOUZA, Rafaelle Lopes; SILVEIRA, Andrea Maria. Mito da ressocialização: programas destinados a egressos do sistema prisional. SER Social, Universidade de Brasília (UnB), 2023.

**O DESENHO ANIMADO COMO MICROAPRENDIZAGEM:
fundamentos teóricos e desenvolvimento cognitivo na infância
contemporânea**

Ana Laura Sousa Vitolano
vitolanoals@gmail.com
Graduanda em Psicologia - Uni-FACEF

João Pedro Danesi Carvalho
unifacefdanesi@gmail.com
Graduando em Psicologia - Uni-FACEF

Teresa Machado David
teresa.machado.david@gmail.com
Graduanda em Psicologia - Uni-FACEF

Sofia Muniz Alves Gracioli
Professora Uni-FACEF- Doutora FFCLRP-USP
sofiagracioli@yahoo.com.br

1. INTRODUÇÃO

A micro-aprendizagem (ou *microlearning*) consolida-se como uma estratégia educacional focada na fragmentação de conteúdos complexos em unidades pequenas, focadas e de curta duração (Hug, 2007). Essa metodologia facilita a retenção de informações ao permitir que o aprendiz processe um conceito por vez. No contexto atual, essa abordagem é frequentemente mediada por tecnologias digitais sendo particularmente eficaz para o reforço de habilidades específicas e a consolidação da memória de longo prazo por meio da repetição espaçada (Ebbinghaus, 1885; Miller, 1956).

O aprendizado associado a desenhos animados infantis pode ser útil quando relacionado à observação de comportamentos, resoluções de problemas e interações sociais emolduradas em narrativas visuais atraentes. Essas produções utilizam o apelo estético e a repetição para introduzir conceitos pré-alfabéticos, vocabulário e normas éticas, transformando o entretenimento em um suporte pedagógico que estimula a imaginação e a empatia, permitindo que a criança estabeleça conexões entre a representação animada e a realidade concreta, consolidando conhecimentos de forma lúdica e contextualizada (Barros; Silva, 2016).

O desenho infantil educativo é uma produção audiovisual planejada com intencionalidade pedagógica, estruturada para estimular o desenvolvimento cognitivo, emocional e social da criança (Goldberg; Yunes; Freitas, 2005). Seu dever fundamental é respeitar as etapas do desenvolvimento infantil, oferecendo conteúdos que promovam a alfabetização, o raciocínio lógico ou a gestão de emoções sem sobrecarregar o sistema sensorial do espectador. A influência dessas obras é profunda, pois elas atuam como mediadoras na construção da visão de mundo da criança, facilitando a internalização de valores éticos e comportamentos pró-sociais por meio da identificação com personagens e situações cotidianas.

A microaprendizagem é uma estratégia de ensino que fragmenta conteúdos complexos em pequenas unidades de aprendizado, focadas em objetivos específicos e de curta duração (Hug, 2007). O sistema cognitivo humano processa informações por meio de dois canais independentes, porém interconectados: o verbal e o visual (Paivio, 1986). Ao alinhar narrativas sonoras a imagens em movimento, as animações educativas criam representações mentais mais robustas, facilitando a retenção e a recuperação do conhecimento. Assim, o desenho animado deixa de ser apenas entretenimento para se tornar um suporte para o desenvolvimento intelectual, transformando conceitos abstratos em conteúdos assimiláveis e memoráveis.

A relevância do presente artigo se deve à ampla presença de mídias digitais no cotidiano infantil, inclusive no contexto educacional contemporâneo. Assim, torna-se cada vez mais relevante compreender o potencial pedagógico das produções audiovisuais destinadas às crianças (Crompton, 2013). Os desenhos animados fazem parte do universo cultural infantil e exercem forte influência sobre a forma como as crianças interpretam o mundo, constroem conhecimentos e desenvolvem habilidades cognitivas e socioemocionais. Entretanto, nem todos os conteúdos disponíveis apresentam qualidade pedagógica ou respeitam os limites do processamento cognitivo infantil, podendo gerar excesso de estímulos e dificultar a assimilação do aprendizado.

Diante desse cenário, investigar o papel das animações educativas torna-se pertinente para a área da educação, especialmente no que se refere à seleção consciente de materiais que possam contribuir efetivamente para o processo de ensino-aprendizagem. A integração de elementos visuais e verbais

presentes nas animações dialoga diretamente com teorias cognitivas que apontam para a eficácia de abordagens multimodais no desenvolvimento do conhecimento. Nesse sentido, a Teoria da Dupla Codificação e a abordagem do microlearning oferecem bases teóricas relevantes para compreender como conteúdos audiovisuais podem favorecer a retenção de informações e a construção de significados de forma gradual e acessível (Paivio, 1986; Hug, 2007).

Além disso, discutir a qualidade e o potencial educativo dos desenhos infantis contribui para orientar educadores, pais e responsáveis na escolha de conteúdos mais adequados ao desenvolvimento infantil. Dessa forma, o presente estudo justifica-se pela necessidade de ampliar o debate sobre o uso consciente das animações como ferramentas.

O trabalho objetivou explorar como as animações infantis, sob a ótica da micro aprendizagem, podem auxiliar na educação e formação de indivíduos mais englobados em seus contextos psico-sociais.

Assim, a metodologia do presente artigo consiste em uma revisão bibliográfica crítica, analisando artigos e livros da área do desenvolvimento humano.

2. MICROAPRENDIZAGEM: ORIGENS E CONCEITOS

O termo “microaprendizagem” ou “microlearning” ganhou notoriedade acadêmica no início do anos 2000, a partir dos trabalhos de Hug (2007) que definiu como uma abordagem de aprendizagem baseadas nas unidades de conteúdos em pequenas escala, onde são caracterizadas pela brevidade, foco em um único objetivo de aprendizagem e possibilidades de integração em contextos informais do cotidiano.

Embora o conceito seja relativamente recente em sua formalização, suas raízes teóricas remontam ao behaviorismo de Skinner (1954), com os programas de instrução linear; à psicologia da memória de Ebbinghaus (1885), que demonstrou a relação entre espaçamento temporal e retenção; e ao conceito de chunking proposto por Miller (1956), segundo o qual a memória de trabalho humana é capaz de processar simultaneamente apenas cinco a nove unidades de informação. Na era digital, a microaprendizagem é consolidada como uma estratégia pedagógica em resposta à fragmentação da atenção movida pelas tecnologias, à

proliferação de dispositivos móveis e à necessidade de formatos de aprendizagem que se adaptem às rotinas contemporâneas.

2.1 Características da microaprendizagem eficaz

Ao analisar a microaprendizagem, é possível identificar um conjunto de características que a definem como abordagem pedagógica. A primeira delas é a brevidade: cada unidade de conteúdo tem duração entre 2 e 10 minutos, conforme proposto por Hug (2005), o que favorece a atenção e reduz a sobrecarga cognitiva do aprendiz. Associado a isso, Bersin (2017) destaca o foco singular como elemento central, cada unidade é estruturada em torno de um único objetivo de aprendizagem, garantindo clareza e direcionamento.

Além dessas características, a microaprendizagem também se apoia na repetição espaçada, técnica que distribui o contato com o conteúdo ao longo do tempo para consolidar a memória de longo prazo. A multimodalidade é outro traço relevante, pois o uso combinado de diferentes formatos como vídeo, texto, áudio e infográficos. Ampliando as possibilidades de acesso e compreensão. Por fim, o engajamento efetivo completa esse conjunto, uma vez que unidades curtas e bem delimitadas tendem a manter a motivação e a participação ativa do aprendiz ao longo do processo de aprendizagem.

Essa combinação torna a microaprendizagem adequada a fase da infância ao contexto da infância, fase onde a capacidade de sustentação da atenção que já é biologicamente mais limitada pela idade, mas progressivamente desenvolvida. Nisso, uma criança de dois anos consegue sustentar a atenção por cerca de quatro a seis minutos; aos cinco anos, esse tempo sobe para dez a quinze minutos. As janelas temporais que coincide, não por acaso, com a duração dos episódios de séries infantis bem-sucedidas (Ruff; Rothbart, 1996).

2.2 Microaprendizagem e a tecnologia

A expansão das tecnologias digitais criou um ambiente perfeito para o crescimento da microaprendizagem, especialmente através do mobile learning ou aprendizagem móvel, com a popularização dos smartphones e tablets, o acesso ao conhecimento deixou de ser algo restrito a locais físicos ou momentos específicos,

passando a acontecer de forma contínua e contextualizada no dia a dia do aprendiz (CROMPTON, 2013).

Esse cenário é especialmente favorável à microaprendizagem, já que unidades curtas de conteúdo se encaixam naturalmente nos pequenos intervalos de tempo que temos entre uma atividade como durante o trajeto para o trabalho ou nos intervalos do dia a dia.

As plataformas digitais de aprendizagem, conhecidas como LMS (Learning Management Systems) e, mais recentemente, as LXP (Learning Experience Platforms), têm incorporado cada vez mais recursos voltados para a entrega de conteúdos em microformatos. Ferramentas como Duolingo, EdApp e Khan Academy estruturam a experiência educacional em módulos curtos, interativos e personalizados, utilizando recursos como notificações push, gamificação e trilhas adaptativas para manter o engajamento ao longo do tempo. No contexto da educação infantil, aplicativos como Endless Alphabet e Starfall mostram como esses princípios podem ser traduzidos em experiências lúdicas e cognitivamente adequadas para as crianças pequenas.

Outro ponto importante é o papel crescente da inteligência artificial nesse ecossistema. Algoritmos de recomendação ajudam as plataformas a identificar lacunas no conhecimento do usuário e sugerir unidades de conteúdo de forma personalizada, otimizando o tempo de estudo e aumentando a eficiência da aprendizagem. No entanto, é fundamental lembrar que, no caso das crianças, a mediação do adulto; seja o professor ou o responsável; de forma continua sendo essencial para garantir que o uso dessas tecnologias seja feito de maneira intencional e eficaz.

3. ENSINO EM DESENHOS INFANTIS

Os meios audiovisuais fazem parte, indubitavelmente, do cotidiano das crianças do século XXI. Entre eles, há os desenhos animados, que podem ser acessados por esse público por canais digitais ou pela televisão, com canais abertos ou por assinatura. É também inegável como os desenhos animados podem influenciar o desenvolvimento infantil, pois são constantes em seu dia a dia.

A representação por meio das imagens e sons podem estimular a cognição e imaginação, se colocada de maneira intencional e responsável, com estímulos compatíveis, sem causar sobrecarga sensorial. Acompanhar narrativas fictícias tem um papel importante para a representação do mundo infantil e essa representatividade existe muito antes da invenção dos meios televisivos, como as lendas ou fábulas, contadas às crianças geralmente para que entendam a “moral da história”.

Assim, é natural que programas infantis também sigam o propósito de ensinar enquanto entretêm os pequenos. Alguns benefícios podem ser a apreensão de novos vocabulários, desenvolvimento da percepção sensorial e da atenção seletiva e entrar em contato com temas como empatia, amizade e resiliência, auxiliando o desenvolvimento cognitivo e moral. É necessário que os conteúdos sejam adaptados às faixas etárias, pois o que capta a atenção de uma criança na primeira infância provavelmente não captará a atenção de um pré-adolescente.

O desenho infantil Teletubbies (1997), direcionado à primeira infância, trabalha aspectos como empatia, reconhecimento de cores e formas e utiliza da repetição das cenas múltiplas vezes no mesmo episódio, justamente por ser direcionado a essa faixa etária, que ainda não possui a atenção seletiva e precisa ver o mesmo conteúdo várias vezes para captar a mensagem.

Allan Paivio defendia com a Teoria da Dupla Codificação que o cérebro processa informações através do sistema verbal e não verbal. Assim, ao ver um personagem executando uma ação, com diálogos e uma narrativa envolvida, a criança terá mais facilidade de associar conceitos. A teoria sugere que a captação de informações é mais efetiva quando os canais visual e auditivo são usados simultaneamente, o que torna as "pílulas visuais" de animação ferramentas ideais para o ensino de disciplinas tradicionalmente abstratas, como física, geografia e matemática.

Allan acreditava que a cognição humana é composta pela atividade cooperativa de dois sistemas de processamento independentes, porém interconectados, o sistema verbal, que tem suas unidades funcionais chamadas de logogens, especializado na linguagem, e o sistema não verbal, especializado em objetos e eventos não linguísticos.

A potência do desenho animado educativo reside na ativação simultânea desses dois canais. Ao alinhar uma narrativa a imagens, a criança cria representações mentais redundantes e, portanto, mais robustas. Este processo facilita tanto a retenção quanto a recuperação da informação.

Segundo Vygotsky (Papalia, 2013), o desenvolvimento se dá através do aprendizado e antecede-o. Os desenhos animados educativos em formato de micro aprendizagem podem atuar como ferramentas que apresentam conteúdos do nível de desenvolvimento potencial, ainda mais quando auxiliados por mediadores como professores ou pais. Barros (2016) enfatiza a importância da mediação, a leitura crítica é necessária para que os conteúdos não sejam absorvidos de maneira passiva e não significativa. Entretanto, se as empresas produtoras de conteúdo financiarem obras reflexivas, pequenas “sementes” de aprendizado podem ser cultivadas, até mesmo nos períodos de lazer.

4. A MICROAPRENDIZAGEM NOS DESENHOS ANIMADOS: UMA ANÁLISE DA PRÁTICA EDUCATIVA E DO DESENVOLVIMENTO COGNITIVO

O quarto tópico desta pesquisa propõe uma análise da aplicação prática do microaprendizagem (*microlearning*) no universo das animações infantis. Diferente das metodologias tradicionais de ensino, a microaprendizagem se caracteriza pela fragmentação do conteúdo em unidades pequenas e focadas, facilitando a absorção em curtos intervalos de tempo. No contexto de desenhos animados com duração média de 20 a 25 minutos, observa-se que cerca de 6 a 8 minutos são dedicados estritamente à introdução e explicação de um novo conteúdo de repertório, configurando uma pílula de conhecimento inserida em um contexto lúdico.

4.1 Categorização e seleção do repertório educativo

Para compreender a eficácia desse modelo, estabelecemos uma tabela de categorias que delimitam os conteúdos transmitidos. Essas categorias permitem que a criança, entre 04 e 11 anos, processar informações complexas de forma segmentada. Os eixos temáticos identificados incluem: Inteligência Emocional, Artes, Física, História, Matemática, Biologia, Geografia, Linguagens, Idiomas e Cultura.

Além dessas áreas, dois pilares transversais potencializam o engajamento e a fixação: a Resolução de Problemas e a Música. Os desenhos trabalhados foram escolhidos pois tem seus conteúdos focados para abordar questões didáticas sejam elas diretas ou não, todas passam pelo critério do tempo limite para ser aceito como microaprendizagem.

Abaixo, apresentamos a seleção de obras analisadas e a distribuição de seus conteúdos fundamentais:

Quadro 1: seleção de obras analisadas e a distribuição de seus conteúdos fundamentais.

Desenho Animado	Classificação	Eixos de Conteúdo	Elementos Facilitadores
Mini Einsteins	Livre	Arte e cultura	Resolução de problemas e música
O Show da Luna	Livre	Física, Biologia e Geografia	Música e investigação científica
Dora, A Aventureira	Livre	Idiomas	Resolução de problemas e interação
Go Go Diego!	Livre	Biologia, Geografia e Idiomas	Resolução de problemas e ecologia
Aventuras com Doki	Livre	Geografia, Cultura, História, Artes e Física	Resolução de problemas e exploração
Sid, O Cientista	Livre	Matemática, Artes, Biologia e Física	Resolução de problemas e método científico
Peixonauta	Livre	Geografia, Artes, Biologia e Física	Resolução de problemas e sustentabilidade
Irmãos Kratts	Livre	Geografia e Biologia	Resolução de problemas e zoologia
Carmen Sandiego	10 anos	Arte, Cultura, Física e Emocional	Resolução de problemas e raciocínio lógico

Fonte: Os autores, 2026.

4.2 Fundamentação teórica da aprendizagem multissensorial

A eficácia das animações educativas como ferramentas de microaprendizagem não é meramente intuitiva; ela sustenta-se em modelos psicológicos que detalham os mecanismos de processamento e retenção da informação no cérebro infantil. Central a essa compreensão está a Teoria da Dupla Codificação (TDC) de Allan Paivio, que oferece a explicação neurobiológica para a superioridade pedagógica do formato audiovisual. Segundo Paivio, a cognição humana opera por meio de dois sistemas de processamento independentes, porém profundamente interconectados: o sistema verbal, especializado na linguagem, e o sistema não verbal (imagético), voltado para objetos e eventos não linguísticos.

No sistema verbal, a unidade funcional é o logogen, estrutura organizada de forma hierárquica e sequencial que permite o reconhecimento de sílabas, palavras e frases, derivando significado do contexto linguístico. Já no sistema não verbal, a unidade é a imagem, responsável pelas representações mentais conscientes que processam informações de modo síncronico, onde todas as partes da imagem estão simultaneamente disponíveis para o cérebro. Sobre a natureza desses sistemas, Clark e Paivio (1991) afirmam:

"A teoria da dupla codificação (TDC) explica o comportamento e a experiência humana em termos de processos associativos dinâmicos que operam em uma rica rede de representações verbais e não verbais (ou imagéticas) específicas de cada modalidade" (CLARK; PAIVIO, 1991, p. 149, tradução nossa).

A potência do desenho animado educativo reside na ativação simultânea desses dois canais: ao alinhar a narrativa sonora à imagem em movimento, a criança cria representações mentais redundantes e robustas, facilitando a recuperação do dado na memória semântica através da fórmula $Memória = f(Logogens_{\{verbal\}} + Imagens_{\{visual\}})$.

Nesse contexto, o processamento lexical refere-se à forma como o sistema verbal lida com as unidades da linguagem. De acordo com a TDC, as representações verbais (logogens) são processadas de maneira serial ou sequencial. Por exemplo, ao ouvir ou ler uma frase, a criança deve processar cada palavra sucessivamente para extrair o sentido.

Diferente de métodos baseados na memorização lexical ("decoreba"), a animação exige que o sujeito busque elementos na memória semântica para interpretar a representação visual, transformando termos técnicos em conceitos compreensíveis através de componentes estéticos, simbólicos e epistêmicos.

Esse processo de codificação dupla mitiga a sobrecarga sensorial e permite que a imagem atue como um "suporte atencional" para conceitos tradicionalmente abstratos, como física ou matemática, onde a imagem carrega um vínculo com o conhecimento que a palavra isolada muitas vezes não consegue transmitir.

4.2.1. Convergência com a aprendizagem significativa e o conectivismo

Para que o microconteúdo audiovisual transcenda a memorização efêmera, ele deve ser processado sob os princípios da Aprendizagem Significativa de David Ausubel. O cerne dessa teoria reside na interação entre o novo conhecimento e aquilo que o aluno já sabe. Conforme explicam Pelizzari et al. (2002, p. 38): A aprendizagem é muito mais significativa à medida que o novo conteúdo é incorporado às estruturas de conhecimento de um aluno e adquire significado para ele a partir da relação com seu conhecimento prévio.

Nesse processo, os desenhos animados podem atuar como organizadores prévios, fornecendo pontes conceituais que ativam os chamados "subsunçores". Segundo o texto-base, o subsunçor é a estrutura de conhecimento específico com a qual a nova informação interage. Sem essa ancoragem, o aprendizado torna-se mecânico ou repetitivo, ocorrendo quando as novas informações não interagem com conceitos relevantes já existentes na estrutura cognitiva do estudante.

Para compreender como as animações podem potencializar o ensino, é necessário observar os pilares da teoria sob uma perspectiva integrada. Segundo Ausubel, a ocorrência da aprendizagem significativa depende fundamentalmente de duas condições que devem atuar em conjunto: a disposição do aluno para aprender, que envolve uma vontade ativa de não apenas memorizar o conteúdo de forma literal, e o caráter potencialmente significativo do material educativo, que deve possuir tanto lógica interna quanto relevância psicológica para o indivíduo.

Adicionalmente, deve-se considerar que a mente humana organiza os conhecimentos em uma estrutura hierárquica baseada no grau de abstração e generalização dos conceitos. Nesse sentido, as animações auxiliam no processo de diferenciação progressiva, permitindo que conceitos mais amplos e familiares sirvam de base sólida para a introdução de informações novas e mais específicas. Essa dinâmica assegura vantagens superiores à memorização temporária, uma vez que o conhecimento adquirido significativamente é retido por períodos mais longos, amplia a capacidade de assimilar conteúdos futuros e otimiza a reaprendizagem posterior, mesmo que detalhes da informação original tenham sido esquecidos.

Complementando essa visão, o Conectivismo de George Siemens situa essa aprendizagem na era digital. Se Ausubel foca na ancoragem interna (mental), Siemens define o conhecimento como um processo de conectar "nós" de informação em redes que residem tanto no indivíduo quanto em dispositivos tecnológicos. Nesse cenário, as animações funcionam como catalisadores que incentivam o know-where (saber onde encontrar), motivando a criança a expandir seu repertório ao validar informações em ferramentas externas e transformando o consumo passivo em uma exploração ativa. Ao unir o "subsunçor" de Ausubel à "rede" de Siemens, o microconteúdo audiovisual permite que o aluno realize uma auto-estruturação significativa, aprendendo a aprender e conectando o antigo ao novo de forma global.

4.3. Perspectivas do desenvolvimento infantil: Piaget, Vygotsky e Papalia

Ao integrar as perspectivas de Piaget, Vygotsky e Papalia, observa-se que o desenvolvimento infantil frente às ferramentas de microaprendizagem não ocorre de forma isolada, mas sim através de uma interdependência entre maturação, mediação e contexto. Enquanto Piaget estabelece os limites biológicos e as estruturas cognitivas necessárias para que a criança processe a informação — através dos processos de assimilação e acomodação —, Vygotsky oferece a base para entender como o conteúdo digital pode expandir essas capacidades.

No que tange aos mecanismos fundamentais da teoria piagetiana, a adaptação do indivíduo ao meio digital exige o que o autor denomina de acomodação. Conforme pontuado na literatura de apoio:

Acomodação é o processo de modificação de estruturas cognitivas (esquemas) para a incorporação de novos elementos da realidade. Quando a criança se depara com um objeto ou situação que não se encaixa em seus esquemas prévios, ela é forçada a alterar suas estruturas mentais para lidar com a nova informação (UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS, [s.d.], p. 25).

A animação educativa, ao atuar como um mediador simbólico, opera na Zona de Desenvolvimento Proximal (ZDP). Este conceito vygotskyano é essencial para compreender como as ferramentas de microaprendizagem impulsionam a criança para níveis de complexidade que ela ainda não domina de forma autônoma. Segundo Fagundes (2022), a interação mediada é o motor do aprendizado:

O aprendizado humano pressupõe uma natureza social específica e um processo através do qual as crianças penetram na vida intelectual daqueles que as cercam. [...] A zona de desenvolvimento proximal define aquelas funções que ainda não amadureceram, mas que estão em processo de maturação, funções que amadurecerão, mas que estão presentemente em estado embrionário (FAGUNDES, 2022, p. 15).

A convergência entre a construção interna (Piaget) e a influência externa (Vygotsky) é consolidada pela visão sistêmica de Papalia e Martorell (2022). Para as autoras, o desenvolvimento humano é um processo unificado onde os domínios físico, cognitivo e psicossocial se influenciam mutuamente. Assim, o estímulo visual de uma pílula de conhecimento não apenas fomenta novos esquemas mentais, mas responde às necessidades biopsicossociais do sujeito. Sobre a abrangência dessa perspectiva, as autoras afirmam:

A perspectiva cognitiva concentra-se nos processos de pensamento e no comportamento que reflete esses processos. Essa perspectiva abrange tanto teorias mecanicistas quanto teorias organicistas. Ela inclui a teoria das etapas cognitivas de Piaget e a teoria sociocultural do desenvolvimento cognitivo de Vygotsky (PAPALIA; MARTORELL, 2022, p. 32).

Sob a ótica da microaprendizagem, a fragmentação do conteúdo respeita a economia cognitiva, evitando a sobrecarga e permitindo uma acomodação eficiente. Simultaneamente, essa estrutura atua como o scaffolding (andaime), fornecendo pistas que sustentam o engajamento. Papalia complementa essa análise

ao enfatizar que o desenvolvimento é contínuo e multidirecional, visando a integridade do self infantil.

Por fim, a síntese dessas teorias revela que o impacto das ferramentas digitais depende da harmonia entre a prontidão do sujeito e a qualidade da mediação. O "objeto digital" não é um fim, mas um catalisador que, ao respeitar os estágios de maturação, oferecer suporte simbólico e considerar as influências multifatoriais do ciclo vital, promove um desenvolvimento integral e dialógico com as necessidades da infância contemporânea.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base nos estudos relacionados à aplicação de microaprendizagem, o trabalho objetivou explorar como as animações infantis, sob a ótica da micro aprendizagem, podem auxiliar na educação e formação de indivíduos mais englobados em seus contextos psico-sociais.

O objetivo foi completado de forma satisfatória. Por meio da análise teórica, demonstrou-se como a estrutura segmentada e focal da microaprendizagem, quando aplicada a animações infantis, facilita a absorção de conceitos complexos de forma lúdica. O estudo evidenciou que essa estratégia não apenas retém a atenção da criança, mas também promove uma identificação com os contextos psicossociais apresentados, validando a premissa de que o formato é um aliado eficaz na formação integral do indivíduo.

As animações que se dividem em dois grupos, o primeiro por meio de super estímulos sensorial e sonoro, com cores vibrantes e respostas rápidas e, do outro lado desenhos mais calmos e com conteúdos voltados à aprendizagem, desenvolvendo por meio da calma a construção de questões que valorizem todo o processo para a aprendizagem.

Vê-se necessário que as produtoras busquem maneiras de contemplar a integração da microaprendizagem em suas produções, já que estas podem ser grandes aliadas no desenvolvimento de processos cognitivos e psico-sociais.

O maior desafio do projeto foi integrar o conceito de micro aprendizagem aos desenhos animados infantis de fato, pois o conceito era mais difundido em contextos empresariais e tecnológicos para aprendizagem de

funcionários. Também pela dificuldade em encontrar artigos e livros que fossem focados no tema que envolvesse as animações, devido a sua conceituação recente.

Em conclusão, dado a falta de pesquisas nesse meio, faz-se necessário o desenvolvimento de artigos e obras que abordam a educação em contextos atuais, é crucial que futuras pesquisas abram mais espaços em áreas que não sejam apenas empresariais, e que tenham mais divulgação ao grande público para ter democratização das suas teorias.

REFERÊNCIAS

AUSUBEL, David P. **Aquisição e retenção de conhecimentos**: uma perspectiva cognitiva. Lisboa: Plátano Edições Técnicas, 2003.

AVENTURAS com os Kratts. Criação: Chris Kratt, Martin Kratt. Canadá: 9 Story Media Group; Estados Unidos: Kratt Brothers Company, 2011-. Série animada (aprox. 25 min. por episódio).

BARROS, José Maria; SILVA, Alzenir Severina da. **Desenhos animados**: Uso de imagens como ferramenta para o ensino da geografia a partir da educação infantil. Encontro Nacional de Geógrafos. São Luís - MA, Junho de 2016. Disponível em: [https://www.eng2016.agb.org.br/resources/anais/7/1468272426_ARQUIVO_Documento01.pdf](https://www.eng2016.agb.org.br/resources/anais/7/1468272426_ARQUIVO_Documento01.pdf) . Acesso em: 27/04/2026.

BERSIN, J. **The disruption of digital learning**: ten things we have learned. Josh Bersin, mar. 2017. Disponível em: <https://joshbersin.com/2017/03/the-disruption-of-digital-learning-ten-things-we-have-learned/>. Acesso em: [inserir data].

CARMEN Sandiego. Produção de Jane Startz, Heidi Santelli, CJ Kettler. Interpretes: Gina Rodriguez, Finn Wolfhard, Abby Trott. Netflix, 2019. Série Animada.

CROMPTON, H. **A historical overview of mobile learning**: toward learner-centered education. In: BERGE, Z. L.; MUILENBURG, L. Y. (ed.). Handbook of mobile learning. New York: Routledge, 2013. p. 3–14.

DOKI. Produção: Portfolio Entertainment. Local: Discovery Kids Latinoamérica, 2013-2019. Série de TV.

DORA, a Aventureira. Criação: Chris Gifford, Valerie Walsh Valdes e Eric Weiner. Produção: Nickelodeon Animation Studio. Estados Unidos: Nickelodeon, 2000-2019. Série de TV.

GO , Diego, Go!: Coleção Selvagem. Produção: Chris Grifford. Estados Unidos: Nickelodeon, 2007.

GOLDBERG, L. G.; YUNES, M. A. M.; FREITAS, J. V. DE .. **O desenho infantil na ótica da ecologia do desenvolvimento humano.** Psicologia em Estudo, v. 10, n. 1, p. 97–106, jan. 2005. Disponível em: [\[https://www.scielo.br/j/pe/a/kBdQgtpCDG9QQc6NFqj3fkg/?format=html&lang=pt\]](https://www.scielo.br/j/pe/a/kBdQgtpCDG9QQc6NFqj3fkg/?format=html&lang=pt)(<https://www.scielo.br/j/pe/a/kBdQgtpCDG9QQc6NFqj3fkg/?format=html&lang=pt>). Acesso em: 27/04/2026.

HUG, T. (ed.). **Didactics of microlearning:** concepts, discourses and examples. Münster: Waxmann, 2007.

HUG, T. **Micro learning and narration:** exploring possibilities of utilization of narrations and storytelling for the designing of micro units and didactical micro-learning arrangements. In: INTERNATIONAL CONFERENCE MEDIA IN TRANSITION 4: THE WORK OF STORIES, 2005, Cambridge. Proceedings [...]. Cambridge: MIT Press, 2005. Disponível em: [\[http://web.mit.edu/comm-forum/mit4/papers/hug.pdf\]](http://web.mit.edu/comm-forum/mit4/papers/hug.pdf)(<http://web.mit.edu/comm-forum/mit4/papers/hug.pdf>). Acesso em: 27/04/2026.

MILLER, G. A. **The magical number seven, plus or minus two:** some limits on our capacity for processing information. Psychological Review, Washington, v. 63, n. 2, p. 81–97, 1956.

MINI Einsteins. Criação: Eric Weiner e Douglas Wood. Produção: Baby Einstein Company, Walt Disney Television. [S.l.]: Disney, 2005-2010. Série de TV.

O SHOW da Luna! Criação: Célia Catunda e Kiko Mistrorigo. Produção: TV PinGuim. São Paulo: TV PinGuim, 2014-presente. 6 temporadas, 208 episódios. Série de animação.

PAIVIO, Allan. **Mental representations:** a dual coding approach. Oxford: Oxford University Press, 1986.

PAPALIA, Diane E.; FELDMAN, Ruth Duskin. **Desenvolvimento Humano.** 12. ed. Porto Alegre: AMGH, 2013.

PEIXONAUTA. Direção: Célia Catunda e Kiko Mistrorigo. Produção: TV PinGuim; Discovery Kids. Brasil, 2009-2015. Série de animação.

PIAGET, Jean. **A psicologia da criança.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

RUFF, H. A.; ROTHBART, M. K. **Attention in early development:** themes and variations. New York: Oxford University Press, 1996.

SID, o cientista. Produção: The Jim Henson Company. Veiculação: Discovery Kids Brasil, 2009-presente. Série de TV.

SKINNER, B. F. **The science of learning and the art of teaching**. Harvard Educational Review, Cambridge, v. 24, n. 2, p. 86–97, 1954.

TELETUBBIES. Criação: Anne Wood, Andrew Davenport. Produção: Ragdoll Productions. Reino Unido: BBC, 1997-2001. Série de TV.

VYGOTSKY, Lev S. **A formação social da mente**. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

FAGUNDES, Raony Pantoja. Teorias do Desenvolvimento, à partir de Jean Piaget e Lev Vygotsky. 2022. 24 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) – Faculdade de Educação e Ciências Sociais, Universidade Federal do Pará, Abaetetuba, 2022.

PAPALIA, Diane E.; MARTORELL, Gabriela. Desenvolvimento Humano. 14. ed. Porto Alegre: Artmed, 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS. Desenvolvimento e Aprendizagem. Maceió: CIED/UAB, [s.d.]. (Licenciatura em Ciências Sociais, Disciplina 4).

OS IMPACTOS BIOPSISSOCIAIS DO USO DE TECNOLOGIAS DIGITAIS NO ENSINO SUPERIOR

Beatriz Meleti Oliveira
Graduanda em Psicologia – Uni-FACEF
beatriz.meleti@gmail.com

Adriana Aparecida Silvestre Gera-Ribeiro
Mestre em Psicologia – Uni-FACEF
dracaasg@hotmail.com

1. INTRODUÇÃO

O uso excessivo de tecnologias digitais, como smartphones, tablets, notebooks, plataformas *online*, dentre outras, é um tema muito debatido atualmente, tanto em relação às crianças e seu acesso livre à tecnologia, quanto para jovens e adultos, que mesmo com um nível de consciência maior, desenvolveram o hábito de estarem sempre conectados. Esse hábito, entretanto, pode prejudicar outras tarefas cotidianas, tornando-se um vício que influencia no modo de vida do indivíduo.

A dopamina é um neurotransmissor que desempenha um papel importante na cognição, atuando em diversos processos mentais no sistema nervoso central (SNC) como memória, atenção, aprendizagem e atua na síntese de sentimentos de recompensa (Borges *et al.*, 2024). Entretanto, o excesso dessa molécula pode levar à vícios a partir do desenvolvimento de dependências comportamentais (Oliveira, 2025). É um dos fatores que pode levar a um aumento na liberação de dopamina é o uso excessivo de tecnologias digitais, o que pode gerar um ciclo de dependência e afetar negativamente a saúde mental e o desenvolvimento cognitivo, especialmente em crianças e adolescentes.

Pesquisas têm mostrado que uma das áreas que pode ser afetada por esse uso excessivo de tecnologias digitais é o desempenho acadêmico dos estudantes, desde a Educação Infantil até o Ensino Superior, devido à liberação de dopamina, o que pode levar à dependência e impactar a concentração e a organização do tempo. O excesso de dopamina, causado por estímulos constantes dessas tecnologias, pode prejudicar a capacidade de aprender e reter informações, além de afetar a saúde mental e o sono.

Diante dessa realidade, o objetivo do presente artigo é discorrer sobre os impactos biopsicossociais do uso das tecnologias, uma vez que a melhor compreensão de tais impactos permite desenvolver estratégias mais conscientes de uso, orientar práticas educativas e promover saúde e qualidade de vida em uma sociedade cada vez mais mediada pelo digital.

2. TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (TICS) E SEUS USOS E FUNCIONALIDADES NO COTIDIANO

A comunicação é uma ferramenta que se faz necessária para o ser humano desde seus primórdios. Sua necessidade se iniciou a partir da pré-história, quando caçadores expressavam seus êxitos nas caçadas contra animais de grande porte e, assim, a comunicação através da linguagem foi se desenvolvendo. Com a evolução da civilização, houve a necessidade de manter as informações registradas por um longo período, fomentando o desenvolvimento da escrita. Esta invenção se tornou fundamental na transmissão de informações e conhecimentos, sendo registrados, ao longo do tempo, em argila, papiro, pergaminhos, madeira e folhas. No século XX, a forma de registro da escrita ascendente foi através de computadores e, no final do século, smartphones. Rocio (2012, s/p) afirma que estas ferramentas “são as tecnologias de tratamento e disseminação da informação por excelência, já que não possuem restrições quanto ao tipo de informação nem ao tipo de processamento que realizam”. Desse modo, as formas de comunicação ao longo da história da civilidade passaram por transformações tecnológicas, e vem inovando-se até os dias de hoje, com o desenvolvimento de novas tecnologias.

As Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) são produto da globalização, incentivadas pelo desenvolvimento e avanços tecnológicos emergentes. Estas correlacionam-se aos meios de comunicação e economia global, repercutindo de maneiras divergentes em cada país e região, provocando impactos positivos e negativos na sociedade como um todo. Da mesma forma que as TICs proporcionam facilidade no acesso a informações e à comunicação à distância, também provoca uma exposição das desigualdades sociais e propicia concentração de poder individual (Lima *et al.*, 2025a).

O desenvolvimento das tecnologias digitais teve início a partir do surgimento do telégrafo, marcado pela inovação em comunicação à longa distância, seguido pela invenção do rádio e televisão, ampliando o acesso à informação (Cardoso *et al.*, 2021 *apud* Lima *et al.*, 2025a). Com a chegada da internet e dos smartphones, a forma de se comunicar se tornou acessível e instantânea, revolucionando também as relações sociais entre indivíduos de todas as regiões do mundo, a partir das redes sociais.

Neste contexto, Gomes (2022) pontua que as inovações tecnológicas em nosso cotidiano são usadas para atividades diversas de cunho pessoal ou profissional, para comunicação ou consumo. Elas contribuem também para as mudanças nas dinâmicas políticas e econômicas globais, a partir da utilização de algoritmos, dados e plataformas para o progresso mundial, inseridas na economia digital.

Desta forma, é possível reconhecer que, mesmo com as inúmeras vantagens das TICs no mundo atual tecnológico, estas ferramentas ainda proporcionam desvantagens quanto à exclusão digital, disseminação de discursos violentos e informações falsas, as chamadas Fake News. Essa dicotomia se aplica também à educação, na qual as tecnologias possibilitam maior acesso ao conhecimento e plataformas de ensino, entretanto, podem se tornar fonte de desinformação e distração caso não haja letramento necessário por parte dos estudantes e professores, evidenciando também falhas estruturais (Lima *et al.*, 2025b). Vale salientar que essas vantagens e desvantagens das tecnologias ficaram mais evidentes no período da pandemia do COVID-19.

2.1 O uso de tecnologias digitais durante a pandemia do covid-19

No ano de 2020, a população mundial esteve diante de uma enfermidade que atingiu níveis globais, a pandemia do COVID-19. A contaminação se deu através do vírus SARS-CoV-2, que foi primeiramente detectado em dezembro de 2019. Porém, em março de 2020, a Organização Mundial de Saúde (OMS) declarou como pandemia o surto do vírus, após declarar Emergência de Saúde Pública de Âmbito Internacional (ESPII) em janeiro do mesmo ano (WHO, 2025).

Diante o cenário da pandemia, foi orientado que atividades laborais que não eram consideradas essenciais, fossem realizadas de forma remota, respeitando o isolamento social estabelecido pela OMS (Brasil, 2020). Diante o trabalho remoto, muitos indivíduos e empresas tiveram que aprender a se organizar no formato *online*, reorganizando rotinas, tarefas e regras.

Desta forma, Carvalho, Bliacheriene e Araújo (2020, p. 23) afirmam que:

Com pouco tempo para adequação, em alguns casos somente poucos dias, as atividades que antes eram realizadas no contexto das empresas tiveram que ser executadas a distância, em nossas residências, acompanhadas por todas as demais demandas e mudanças ocasionadas pelas ações de combate e prevenção ao novo coronavírus. Parte das ações tomadas só foram possíveis devido à disponibilidade de soluções e produtos tecnológicos.

O uso de aparelhos tecnológicos contribuiu para que os trabalhadores continuassem suas atividades remotamente. Em alguns setores, foi necessário um período de adaptação, a fim de entender a dinâmica do trabalho de forma remota, além do uso de novos recursos para o andamento das atividades. Um dos setores que passaram por adaptações para um melhor funcionamento foram as escolas e Instituições de Ensino Superior (IES), que também foram orientadas a continuar com as atividades na modalidade *online* (São Paulo, 2020).

Decorrente do uso necessário das TICs durante o período de isolamento social, elas “passaram a ser utilizadas por mais horas e para mais finalidades em comparação ao uso habitual antes da pandemia” (Fortes; Broilo; Lisboa, 2024, p. 7).

Diante disso, nos dias atuais, o trabalho remoto ainda é presente em diversos setores, principalmente em setores de tecnologia e empresas multinacionais, mostrando-se um recurso favorável aos contextos/núcleos tecnológicos e ainda adequado para atender necessidades específicas de outras empresas (Feliciano, 2022). Também se faz presente no cotidiano acadêmico, com a implementação de aparelhos tecnológicos em sala de aula das escolas públicas a partir do programa Escolas Conectadas (Brasil, 2025) e nas universidades, com a implementação de plataformas digitais para o acesso dos conteúdos das disciplinas, tanto no ensino presencial quanto na modalidade híbrida e *online*.

2.2 Tecnologias digitais de informação e comunicação e a educação

O termo Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDICs), vem para atualizar o conceito das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) para a era digital, “haja vista que as tecnologias digitais são constantemente revistas e incrementadas, de modo que as noções são dinâmicas e o mundo é marcado pelo acelerado fluxo de transformações” (Scorsoloni-Comin, 2014, p. 448).

No contexto educacional, as TDIC's promovem novos desafios no processo ensino-aprendizagem, por sua acessibilidade e possibilidades de uso, tendo em vista sua presença no cotidiano social e acadêmico. A tecnologia pode ser considerada uma ferramenta facilitadora ou complicadora, considerando que seu uso se diversifica a cada usuário e sua responsabilidade. Muitos estudantes a usam de forma a facilitar os estudos e seu processo de acessibilidade (Scorsoloni-Comin, 2014), porém, o uso não direcionado dessa ferramenta pode acarretar um acúmulo de informações sem a absorção do conhecimento, assim como afirma Sancho e Hernández (2006 *apud* Silva, 2020, p. 144):

[...] ter acesso à informação, como acontece com a maior parte das pessoas, atualmente, não garante mais habilidade e saber necessários para convertê-los em conhecimento. Ao contrário, é possível pensar que até, talvez, iniba porque é conhecido que a tecnologia e o acesso à web têm servido ao consumo de tempo em “redes de procrastinação”, comprometendo o desempenho de profissionais e estudantes.

É necessário compreender as tecnologias a fim de utilizá-las de forma consciente e adequada, tornando-a uma aliada no processo ensino-aprendizagem. Segundo Silva (2020), uma melhor compreensão das tecnologias por discentes e docentes favorece a identificação de suas formas de funcionalidade para a seleção das ferramentas tecnológicas a serem utilizadas no processo didático, considerando também que essas não se sobressaíam em relação aos objetivos pedagógicos e conhecimentos a serem trabalhados. Dessa forma, entende-se melhor como usar a tecnologia a favor dos estudantes e professores.

Na prática docente, o uso das TDICs se torna cada vez mais presente, com as implementações de novas plataformas digitais e aparelhos tecnológicos em sala de aula. O programa Estratégia Nacional de Escolas Conectadas (ENEC), iniciativa do governo federal, busca articular ações para que todas as escolas de

ensino básico possuam acesso à internet e à tecnologia (Brasil, 2025), entretanto, os professores sentiram dificuldade em utilizar as tecnologias e adaptar suas aulas ao uso delas. Os professores universitários também vivenciam essas dificuldades, tendo em vista que não há uma formação que os oriente a fazer o uso das tecnologias como uma ferramenta que possa ampliar seu modo de ensinar e ajudar a construir conhecimento (Soares *et al.*, 2018).

Segundo Gonçalves e Kanaane (2021, p. 258):

Fundamental repensar as práticas pedagógicas, bem como a atualização continuada dos docentes como elementos relevantes para a aprendizagem efetiva dos alunos; nesse sentido, as tecnologias digitais, como exemplo, a utilização de computadores com internet, softwares específicos e aplicativos em smartphones e tablets, têm contribuído para alavancar tais propósitos, indo ao encontro das necessidades vigentes na sociedade como um todo. Neste sentido, há que se ponderar que a escola necessita ser redimensionada para atender às demandas prementes.

As novas tecnologias têm muito a contribuir para os professores, se utilizada de uma forma a praticar as metodologias ativas e torná-las um facilitador de aprendizagem para os alunos, também orientando-os para um uso correto e direcionado (Gonçalves; Kanaane, 2021).

Finalmente, Schuartz e Sarmento (2020) apontam que, tendo em vista a expansão e crescimento das tecnologias, é necessário que haja mais investimentos para alfabetização digital, ou então “competência digital”, a fim de fornecer uma visão crítica do uso das TDICs.

3. ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS E ROTINA ACADÊMICA

Os estudantes universitários em sua maioria, de acordo com uma pesquisa realizada pelo SEMESP no ano de 2025, possuem entre 18 e 29 anos, ou seja, se encontram na Adulterez Emergente. O autor Jeffrey Arnett (2000), que propôs este conceito, caracteriza esta fase pela exploração de identidade, instabilidade, possibilidades e sentimento *in-between*, por ser um período de transição da adolescência para a vida adulta (Arnett, 2004, 2006 *apud* Monteiro; Tavares; Pereira, 2009).

Neste período da vida, enquanto exploram sua identidade, os jovens ponderam diversas possibilidades para sua vida, realizando escolhas referentes à profissão e seu futuro, assim, assumindo a responsabilidade, eles formam suas

identidades. Também passam por uma instabilidade e possibilidades, em relação ao período de estudos, no que diz respeito à escolha e a mudança de cidade em alguns casos, e à entrada no mercado de trabalho (Monteiro; Tavares; Pereira, 2009).

O sentimento *in-between* descrito por Anrnett é percebido em jovens na Adulterz Emergente através da sensação de não pertencimento nem à adolescência, nem à fase adulta, principalmente para os recém-saídos do Ensino Médio que já ingressam no Ensino Superior. Assim, a universidade contribui para o tornar-se adulto, por ser “um meio em que os jovens são apresentados a novas responsabilidades e a partir de um novo olhar sobre si mesmos, destacado por meio da socialização com pessoas de características diversas [...]” (Santos *et al.*, 2025, p. 165).

Além disso, a rotina de um estudante universitário é marcada pelos desafios do cotidiano acadêmico. Com várias obrigações a cumprir, o estudante pode enfrentar desmotivação para frequentar as aulas e para estudar, dificuldade de relacionar a teoria com a prática, decepção em relação aos conteúdos e à didática dos professores do curso, entre outros desafios que podem afetar o desempenho acadêmico (Blando, 2015; Dias *et al.*, 2019 *apud* Blando *et al.*, 2021).

Além desses fatores, o universitário pode enfrentar a procrastinação para realizar suas tarefas, podendo ser considerado:

como um fenômeno que se manifesta de modo voluntário, envolvendo o comportamento de transferir para outro momento as ações, atitudes ou compromissos relevantes, mesmo sabendo da possibilidade de ocorrer por consequência um desempenho insatisfatório ou negativo (Vasconcelos; Costa, 2016 *apud* Medeiros; Antonelli; Portulhak, 2019, p. 96).

A procrastinação, de acordo com Viera-Santos e Malaquias (2022), é um comportamento aparentemente frequente entre os universitários brasileiros, e podem gerar consequências na vida acadêmica do estudante, afetando seu desempenho e notas, além de impactos psicológicos e físicos negativos. Ela pode ser explicada pelo medo de falhar em uma tarefa, justificando o ato de deixá-la para depois. Além disso, os autores Chu e Choi (2005 *apud* Correia; Moura Júnior, 2017) classificam dois tipos de procrastinadores. Os chamados procrastinadores ativos preferem trabalhar sobre pressão e controlam sua procrastinação, atingindo resultados satisfatórios a partir do gerenciamento de tempo. Já os procrastinadores passivos são aqueles que possuem características opostas dos outros

procrastinadores, ou seja, adiam suas tarefas de forma involuntária, sem gerenciamento de tempo.

Portanto, os estudantes universitários, inseridos no período da Adultez Emergente (Arnett, 2000) se encontram diante diversos desafios na vida profissional e pessoal, além dos desafios acadêmicos. Enfrentam questões relacionadas a saída de casa, adaptação à rotina acadêmica e identificação com a vida adulta, principalmente aqueles que ingressaram imediatamente em uma universidade após concluir o Ensino Médio. E essas dificuldades foram intensificadas diante de um período de isolamento, em recorrência à propagação da COVID-19, um vírus que causou pandemia global e adaptação do ensino.

3.1 Rotina de estudos e dinâmica acadêmica no período de pandemia da covid-19

Durante o período da pandemia do COVID-19 em 2020, as instituições de ensino básico e superiores tiveram que encarar um novo desafio: o ensino remoto. Em março, foi determinado que houvesse a pausa das atividades por um período de duas semanas de quarentena pelo Ministério da Saúde brasileiro (Brasil, 2020), porém, esse período se estendeu por tempo indeterminado, devido ao aumento de casos do vírus SARS-CoV-2.

No estado de São Paulo, as aulas no estilo EAD foram uma alternativa estipulada pela Secretaria de Educação do Estado de São Paulo para que as atividades escolares pudessem ser ministradas à distância durante o isolamento social sem que os alunos ficassem sem os conteúdos programados, a partir da Resolução Seduc, de 18/3/2020 – Homologação do Ensino à Distância (São Paulo, 2020). Entretanto, muitos dos integrantes destas instituições, incluindo gestão e alunos, não sabiam exatamente como administrar suas tarefas à distância. Diante dessa situação, alunos e professores encararam o desafio para que o ano letivo continuasse ativo.

As aulas remotas se tornaram alternativas para a continuação do ensino perante o período de isolamento social. Todas as atividades acadêmicas foram adaptadas para o contexto digital a fim de garantir sua continuidade. Entretanto, os universitários se sentiram sobrecarregados durante esse período

com o aumento de atividades acadêmicas, gerando procrastinação, baixo desempenho e sofrimento psíquico elevado. O isolamento social contribuiu também para o aumento da dificuldade de gerenciamento de tempo e rotina de estudos, e autocuidado, dificuldades que já eram apresentadas pelos estudantes antes do período da pandemia do COVID-19, porém em menor intensidade (Marinho; Guazina; Zappe, 2023).

A distância das relações sociais e do ambiente acadêmico físico também desenvolveram impactos significativos na rotina do estudante universitário. A partir da adaptação de sua rotina, estes experienciaram a ausência do convívio do cotidiano e do campus universitário. Segundo Hunt e Eisenberg (2010 *apud* Marinho; Guazina; Zappe, 2023), o espaço oferecido no campus universitário pode ser um potencializador de saúde mental para os estudantes que ali convivem, combinada à experiência da graduação, que representa um momento único na trajetória pessoal dos indivíduos a partir da possibilidade de integração entre atividades profissionais e experiências sociais.

Destaca-se também um nível rebaixado de autocuidado durante a pandemia em relação a estes estudantes. Partindo de problemas de gerenciamento de tempo na rotina durante a pandemia, o olhar para si e o cuidar de si mesmo foram deixados de lado, também por conta das dificuldades de acesso à espaços de exercitação física e o fácil alcance à alimentos diversos a partir das entregas imediatas via aplicativos. A baixa motivação para dedicação aos estudos também foi um fator experienciado pelos estudantes, fator possivelmente influenciado pelas notícias trágicas e dados apresentados sobre a COVID-19 nos telejornais e portais de informação da internet, o distanciamento social e convívio reduzido com os colegas de sala, exigindo maior autonomia e autogestão por parte dos universitários (Blando *et al.*, 2021).

Nesse período, as redes sociais também influenciavam a percepção dos alunos e sua motivação. Em um estudo realizado com pelos autores Marinho, Guazina e Zappe (2023) com estudantes universitários acerca de sua percepção do ensino na pandemia, foi apontado que, em relação à comparação com outros estudantes nas redes sociais:

[...] gerava-se uma cobrança por sentirem a necessidade de fazer igual e produzir tanto quanto antes ou tanto quanto as outras pessoas. Mas, para

além disso, havia uma cobrança por não estarem se sentindo bem, sendo que a pandemia provocou justamente impactos nos níveis de bem-estar e saúde mental da população geral (Marinho; Guazina; Zappe, 2023, p.13).

Dessa maneira, durante a pandemia decorrente do vírus SARS-CoV-2, foi possível perceber que, a adaptação dos estudantes universitários para com o ensino remoto foi marcada pela baixa de motivação e aumento das tarefas, contribuindo para que os estudantes experimentassem sentimentos como sobrecarga e ansiedade, além da procrastinação. O uso das redes também esteve presente durante o período, o que causou impactos negativos aos estudantes, incentivando comparações com outros usuários. Entretanto, a tecnologia pode ser usada como uma estratégia de autorregulação da aprendizagem, com uma utilização em favor dos estudos, contribuindo positivamente para a rotina e organização acadêmica dos universitários (Vieira-Santos; Malaquias, 2022).

3.2 A influência do uso de tecnologias no desempenho acadêmico de universitários

Na era digital, é comum que as ferramentas digitais sejam utilizadas para as mais diversas tarefas. No contexto acadêmico, podem ser utilizadas para facilitar o acesso a informações para os estudos, mas também podem se tornar uma distração.

Em contexto universitário, o estudante se depara com os desafios relacionados ao estudo e socialização, lidando também com a pressão de desempenhar de forma satisfatória. O uso da tecnologia neste contexto pode se apresentar como uma fuga das obrigações estudantis, sendo uma alternativa de escape de sentimentos negativos consequentes dessas demandas, como ansiedade e estresse, também em função da “busca pelo prazer momentâneo não encontrado na realidade do estudante” (Mota, 2024, p. 50).

O desempenho acadêmico, de acordo com Mehta (2022 *apud* Mota, 2024), está diretamente ligado com a qualidade de vida do estudante, principalmente com sua qualidade de sono. Este pode ser prejudicado, ainda, pelo uso vício em mídias sociais, que acarretam má qualidade do sono e aumento de fadiga (Zuang *et al.*, 2023).

Ainda, o desempenho está relacionado com aspectos multifatoriais:

[...] fatores como nível socioeconômico, a prática de esportes, a qualidade do descanso, o uso controlado de celulares, bem como, a motivação acadêmica, a satisfação com a formação superior, autoeficácia e a estratégia de estudos apresentam valor preditor ao desempenho acadêmico de universitários (Ribeiro; Ribeiro; Pereira, 2022 *apud* Faria, 2024, p. 10).

De acordo com Medeiros, Antonelli e Portulhak (2019), a partir de seu estudo sobre a relação entre o uso de TICs, procrastinação e desempenho acadêmico, os estudantes universitários tendem a fazer o uso das tecnologias em função da procrastinação, que acarreta um desempenho acadêmico não satisfatório.

Entretanto, essas tecnologias podem, também, ser uma ferramenta benéfica para os estudantes. No Ensino Superior, segundo Guzman (2023), os dispositivos tecnológicos utilizados permitem maior qualidade de ensino, proporcionando aos professores ferramentas inovadoras para suas estratégias pedagógicas, além da acessibilidade ao ensino com as aulas *online* e maior interação entre professores e alunos. O acesso a conteúdos educativos traz ao estudante a possibilidade de flexibilizar seus estudos, podendo acessá-los em qualquer hora e lugar. O autor destaca ainda que os aspectos positivos são apenas possíveis através do uso responsável e consciente destas tecnologias, contextualizando o uso para os estudos, sugerindo que as universidades incluam em sua matriz curricular uma disciplina para que os estudantes saibam como administrar as ferramentas digitais de forma responsável.

Por fim, é inegável que as tecnologias digitais se fazem presente no cotidiano acadêmico, tanto para auxiliar nos estudos quanto para forma de lazer ou distração. O uso destas, apesar de trazer prejuízos quando consumido com excesso, pode ser benéfico ao usuário, se este souber como e quando utilizá-las, de forma apropriada para que a tecnologia se torne uma aliada no percurso acadêmico.

Outro aspecto a ser considerado sobre os benefícios e malefícios do uso das tecnologias reside no fato de compreender como os comportamentos digitais são construídos e mantidos. A interação com dispositivos e plataformas digitais ativa o sistema de recompensa do cérebro, promovendo a liberação de dopamina diante de estímulos como notificações, curtidas e conteúdos novos. Esse processo pode ser positivo quando associado a atividades que favorecem a aprendizagem e a motivação. No entanto, quando ocorre de forma excessiva e voltada à gratificação imediata, pode contribuir para padrões de uso compulsivo,

dificuldades de atenção e redução do interesse por tarefas que exigem maior esforço. Dessa forma, analisar essa relação permite refletir sobre a importância de um uso mais consciente e equilibrado das tecnologias no cotidiano.

4. DOPAMINA, SUAS PROPRIEDADES E SEUS IMPACTOS BIOLÓGICOS, PSICOLÓGICOS, SOCIOEMOCIONAIS E ACADÊMICOS

O neurotransmissor dopamina tem grande importância nos processos cognitivos dos seres humanos. Atuando no Sistema Nervoso Central (SNC), este influencia diretamente funções como a memória, atenção e aprendizagem, atuando desde a infância até a terceira idade. A dopamina é certamente uma aliada do cérebro, entretanto, pode ser também uma inimiga, quando ocorre um excesso e/ou uma falta (Borges *et al.*, 2024).

A dopamina desempenha diversas funções em todo o funcionamento do corpo humano, sendo localizada nas funções endócrinas, controle motor, cognição e emotividade, atuando para além do SNC, “como um transmissor inibidor no corpo carotídeo e nos gânglios simpáticos” (Estevinho; Fortunato, 2003, p. 22).

De acordo com os autores Estevinho e Fortunato (2003), no sistema nervoso central (SNC), o neurotransmissor está presente em quatro vias principais, sendo essas do mesencéfalo para as zonas motoras involuntárias dos núcleos da base, do mesencéfalo para os lobos frontais, do mesencéfalo para o sistema límbico e em uma curta via relacionada com a liberação das hormonas da hipófise, ligadas com os processos de atenção e vício/dependência em substâncias psicoativas.

O neurotransmissor possui cinco receptores (D₁, D₂, D₃, D₄ e D₅), que possuem tarefas essenciais no SNC, podendo favorecer ou inibir respostas de outros receptores. No estriado:

[...] os receptores D1 favorecem a resposta dos receptores ao glutamato, particularmente a mediada pelos receptores NMDA (Nmetil-D-aspartato). Em contraste, a activação do receptor D2 reduz as respostas dos receptores ao glutamato, em especial dos receptores NMDA. Estes receptores podem actuar como moduladores da acção de glutamato, podendo proteger os neurónios do estriado da excitação excessiva (Estevinho; Fortunato, 2003, p. 28).

No processo do desenvolvimento da dependência de drogas, os receptores também têm influência significativa, como destacam os autores:

A dopamina mesolímbocortical está envolvida nos mecanismos da atenção, gratificação e viciação. A administração de drogas causa um aumento da dopamina nas áreas mesolímbicas enquanto a ausência dessas drogas reduz a transmissão dopaminérgica. Os receptores D2 medeiam a viciação à droga enquanto os D1 são permissivos (Estevinho; Fortunato, 2003, p.28).

Além destas atribuições, a dopamina também está diretamente ligada à motivação e ao aspecto social do indivíduo, através do uso da internet. O neurotransmissor “interfere com os cálculos de custo-benefício, aumentando a percepção de valor da recompensa esperada e gerando motivação” (Hubner, 2022, p. 41). Assim, a dopamina também atua na regulação da sensação de fadiga, que pode gerar desmotivação, a partir da baixa dos níveis de dopamina quando não há expectativa de recompensa. No que diz respeito ao social, a dependência gerada do uso excessivo de tecnologias digitais pode levar a prejuízos como distanciamento e isolamento, a partir da interação apenas via internet (Sá, 2012)

Em síntese, a função da dopamina no sistema nervoso do ser humano é essencial para o funcionamento de diversas atividades cerebrais. Porém, quando seus níveis se encontram excessivos ou mínimos, os efeitos se tornam prejudiciais ao funcionamento do cérebro humano, podendo causar dependência ou fadiga, respectivamente (Hubner, 2022). No contexto atual, este neurotransmissor está ainda mais presente no dia a dia da sociedade através do uso da tecnologia, que é de fácil acesso para todos, fazendo-se importante a responsabilidade ao usá-la, para que efeitos biopsicossociais não sejam desencadeados, trazendo prejuízos ao indivíduo.

4.1 Relação entre o uso da tecnologia e o aumento dos níveis de dopamina

Na sociedade atual, é notória a grande quantidade de informações e estímulos nos ambientes sociais e virtuais, fazendo com que a mente trabalhe constantemente em um ritmo acelerado. Se o cérebro não possui pausas entre estes estímulos, este pode se sobrecarregar, trazendo consequências para o organismo, como a fadiga. A fadiga ocorre quando há um descompasso dos neurotransmissores para com o organismo humano, ocasionando cansaço físico e/ou cognitivo.

Desta forma, Rodrigues (2020, p. 85184) destaca que:

[...] entre os neurotransmissores uma das mais importantes é a dopamina, conhecida como a “célula do prazer”, quando ela se torna insuficiente em

suas liberações, ela ativa o cortisol que aumenta significativamente suas substâncias para imunização contra as demais doenças criando dentro da pessoa a sensação de fadiga, consequentemente existe uma disfuncionalidade dos neurotransmissores.

A dopamina também está diretamente ligada à motivação e ao comportamento humano. Desta forma, é possível correlacionar o uso de tecnologias com uma alteração dos níveis dopaminérgicos, sendo diretamente ligada também a alterações psicológicas, assim como afirma Silva e Almeida (2021 *apud* Oliveira, 2025, p. 186):

A dependência de fontes artificiais de prazer, como o uso exacerbado de redes sociais, jogos eletrônicos e substâncias psicoativas, levanta questões sobre os efeitos da dopamina na plasticidade neural e na formação de hábitos cognitivos. Além disso, observa-se que o sistema de recompensa mediado pela dopamina é essencial para o aprendizado e a permanência de comportamentos saudáveis ou prejudiciais.

Corroborando com os autores, a autora Lembke (2024, p. 30) afirma que a tecnologia é aditiva, “com suas luzes pulsantes, seu estardalhaço musical, seu conteúdo ilimitado e a promessa, com uma participação contínua, de recompensas cada vez maiores”. Aponta ainda que, não necessariamente uma substância de alta dopamina contenha o neurotransmissor, mas que elas podem liberar a dopamina no circuito de recompensa do cérebro de forma acelerada. A autora explica ainda que, o vício em substâncias de alta dopamina ocorre, pois o sofrimento e o prazer “são processados em regiões sobrepostas do cérebro e trabalham via um mecanismo de processo oponente” (Lembke, 2024, p. 54), funcionando assim, como uma balança, na qual sempre está tentando manter a homeostase fisiológica. Dessa forma, quando a balança pende para o lado do prazer, após a liberação da dopamina, nosso cérebro tenta compensar o lado do sofrimento, a fim de atingir o equilíbrio. Porém, depois de nivelada, ela continua a se inclinar para o lado do sofrimento e, então, com a exposição repetidamente ao mesmo ou semelhante estímulo de prazer, o lado do prazer se torna mais difícil de equilibrar na balança, a partir do processo de neuro adaptação, também conhecido como tolerância, já que o indivíduo necessita cada vez mais do estímulo prazeroso, que faz cada vez menos efeito, para evitar o sofrimento.

A Internet e as mídias digitais são desenvolvidas e formuladas com estímulos para que o usuário continue em uma rede e acesse mais vezes o conteúdo. Esse fator influencia de forma direta o contato do indivíduo com a

tecnologia, que experimenta no ambiente virtual novas possibilidades, como “a descoberta do novo, da sensação indescritível de liberdade, a negação do eu, a criação de uma identidade virtual, o anonimato e a facilidade de se relacionar” (Sá, 2012, p. 136), fazendo com que o usuário seja cativado cada vez mais por esse ambiente. O uso da Internet, ainda, pode ocasionar dependência e isolamento social. Por conta desse recurso tecnológico ser algo novo e moderno, esse estimula o consumidor ao acesso excessivo. Entretanto, um fator importante no desenvolvimento de uma dependência é a propensão psicológica do indivíduo ao vício, que influencia diretamente em sua relação com a tecnologia digital (Sá, 2012).

Dessa forma, é possível correlacionar o aumento de dopamina no cérebro a partir do uso de tecnologias, pois estas, quando utilizadas em excesso, aumentam o lado da balança, descrita por Lambke (2024), para o lado do prazer, podendo levar à dependência dos estímulos providos dos dispositivos tecnológicos.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir dos dados obtidos através do referencial teórico, foi possível concluir que as TICs que evoluíram e evoluem cada vez mais no decorrer dos anos é uma potencialidade para a sociedade moderna, que ajuda nas formas de comunicação e realização de tarefas laborais e acadêmicas, a partir de suas ferramentas, sendo essencial também no período da pandemia, por conta do isolamento social. Entretanto, também trazem consequências negativas, proporcionando desvantagens quanto à exclusão digital, disseminação de discursos violentos e desinformação.

Além disso, os estudos apontam que o uso dessas tecnologias, quando em excesso, aumentam dos níveis de dopamina no cérebro humano, podendo ter consequências em funções cognitivas como memória, atenção e aprendizagem.

Também, refletiu-se sobre os estudantes universitários e sua rotina acadêmica, que é marcada por desafios relacionados ao contexto universitário, aos aspectos pessoais e profissionais, decorrentes do período da vida em que se encontram, no qual não se consideram adolescentes nem adultos, passando por adaptação e instabilidade. Na pandemia, enfrentaram ainda mais desafios no ensino remoto, tendo que se adaptar ao novo funcionamento das aulas e atividades. O uso

das tecnologias foi presente nesse período até os dias de hoje, tanto para realizar as atividades e interagir com colegas e professores, quanto para fuga dessas atividades.

REFERÊNCIAS

AMARAL, Olavo B.; JUNQUEIRA, Lara S. A construção do cérebro dependente: uma análise da mídia brasileira e da literatura científica sobre adição e tecnologias. **Revista da Biologia**, v. 15, n. 1, p. 39-49, 2016. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revbiologia/article/download/114840/112579/209073>. Acesso em: 28 maio. 2025.

BLANDO, Alessandra *et al.* Levantamento sobre dificuldades que interferem na vida acadêmica de universitários durante a pandemia de COVID-19. **Revista Thema**, Pelotas, v. 20, p. 303–314, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ifsul.edu.br/index.php/thema/article/view/1857>. Acesso em: 02 fev. 2026.

BORGES, João Victor Siqueira Afonso *et al.* Os impactos que a dopamina causa do desenvolvimento cognitivo humano: uma mini revisão integrativa. **Revista Educação em Saúde**, v.12. Goiás, 2024. Disponível em: <https://periodicos.unievangelica.edu.br/index.php/educacaoemsaude/article/view/7444>. Acesso em: 15 out. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. **Escolas Conectadas**. Brasília, 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/escolas-conectadas>. Acesso em: 31 mar. 2026.

BRASIL. Ministério da Educação. **Guia orienta adoção de dispositivos tecnológicos nas escolas**: material faz parte do conjunto de ações do MEC destinadas a implementar a educação digital e criar um ambiente seguro para crianças e adolescentes por meio do uso intencional da tecnologia no ensino e na aprendizagem. Brasília, 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/noticias/2025/marco/guia-orienta-adocao-de-dispositivos-tecnologicos-nas-escolas>. Acesso em: 27 jan. 2026.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Ministério da Saúde regulamenta medidas de isolamento e quarentena**: descumprimentos das determinações podem acarretar em responsabilização do paciente. Brasília, 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/pt-br/noticias/saude-e-vigilancia-sanitaria/2020/03/ministerio-da-saude-regulamenta-medidas-de-isolamento-e-quarentena>. Acesso em: 23 jan. 2026.

CARVALHO, Augusto César Leite de; BLIACHERIENE, Ana Carla; ARAÚJO, Luciano Vieira. Quando um vírus nos desafia: pandemia, novas tecnologias e teletrabalho – desafios do século XXI. **Revista Controle: Doutrinas e artigos**, v. 18, n. 2, p. 21-41, 2020. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=7671516>. Acesso em: 05 jan. 2026.

CORREIA, Rony Rodrigues; MOURA JÚNIOR, Pedro Jácome de. Aprendizagem e Procrastinação: Uma Revisão de Publicações no Período 2005-2015. **REICE - Revista Iberoamericana sobre Calidad, Eficacia y Cambio en Educación**, v. 15, n. 2, p. 111-128, 2017. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/314983306_Aprendizagem_e_Procrastinacao_Uma_Revisao_de_Publicacoes_no_Periodo_2005-2015. Acesso em: 02 fev. 2026.

ESTEVINHO, Maria Fernanda; FORTUNATO, J. Soares. Dopamina e Receptores. **Revista Portuguesa de Psicossomática**, Portugal, vol. 5, n. 1, p. 21-31, jun. 2003. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/287/28750103.pdf>. Acesso em: 22 jan. 2026.

FARIA, Natali Valentim. **Uso excessivo de telas e desempenho acadêmico: impactos entre estudantes universitários**. Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2024. Disponível em: https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/31316?locale=pt_BR. Acesso em: 15 jan. 2026.

FELICIANO, Sonilany Roberta Delfino. **As tendências para o trabalho no pós-pandemia**. Repositório Institucional da Ufal, Maceió, 2022. Disponível em: <http://www.repositorio.ufal.br/jspui/handle/123456789/11247>. Acesso em: 27 jan. 2026.

FERMANN, Ilana Luiz *et al.* Uso de internet e mídias sociais por estudantes universitários: um campo de estudo emergencial. **Ciências Psicológicas**, v. 15, n. 1, 2021. Disponível em: http://www.scielo.edu.uy/scielo.php?pid=S1688-42212021000101217&script=sci_arttext. Acesso em: 27 abr. 2025.

FORTES, Amanda B.; BROILO, Patricia L.; LISBOA, Carolina S. M. Uso de tecnologias e a pandemia da COVID-19: o que mudou? **Psico**, Porto Alegre, v. 55, n. 1, p. 1-14, 2024. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/revistapsico/article/view/43034>. Acesso em: 15 jan. 2026.

GOMES, Marcio Fernando. Por uma Globalização Dialógica. **Boletim Paulista de Geografia**, [S. l.], v. 1, n. 107, p. 56–75, 2022. Disponível em: <https://www.publicacoes.agb.org.br/boletim-paulista/article/view/1993>. Acesso em: 9 dez. 2025.

GUZMAN, Yessenia Bernal. Tecnologias de informação e comunicação no ensino superior. **Revista Horizontes de Investigación en Ciencias de la Educación**, Peru, v. 7, n. 9, p. 1564-1579, 2023. Disponível em: <https://revistahorizontes.org/index.php/revistahorizontes/article/view/1038>. Acesso em: 27 jan. 2026.

HUBNER, Luiza Johanna. **Papel da dopamina e motivação para o esforço e fadiga mental**. Repositório Institucional da Ufsc, Florianópolis, 2022. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/233455>. Acesso em: 27 jan. 2026.

KLINGER, Ellen Fernanda *et al.* Propensão à dependência da internet: um estudo com acadêmicos de um centro universitário. **Revista Cereus**, Tocantins, v. 9, n. 2., 2017. Disponível em: <https://www.academia.edu/download/92800221/534.pdf>. Acesso em: 27 abr. 2025.

LEMBKE, Anna. **Nação dopamina**: por que o excesso de prazer está nos deixando infelizes e o que podemos fazer para mudar. Vestígio Editora, 2024.

LIMA, Lucas Alves de Oliveira *et al.* Tecnologias de informação e comunicação na G globalização: conexões, desigualdades e transformações socioculturais. **Revista de Gestão e Secretariado**, Paraná, v. 16, n. 8, p. 1-14, ago. 2025. Disponível em: <https://ojs.revistagesec.org.br/secretariado/article/view/5222>. Acesso em: 09 dez. 2025.

_____. Educação midiática: desafios e oportunidades no uso de tecnologias digitais. **Revista Caderno Pedagógico – Studies Publicações e Editora Ltda.**, Curitiba, v. 22, n. 9, p. 01-12, set. 2025. Disponível em: <https://ojs.studiespublicacoes.com.br/ojs/index.php/cadped/article/view/18273>. Acesso em: 09 dez. 2025.

MARINHO, Juliana da Rosa; GUAZINA, Félix Miguel Nascimento; ZAPPE, Jana Gonçalves. Experiências de ser estudante universitário em tempos de pandemia: mudanças, adaptações e perspectivas compartilhadas. **Educ. Pesqui.**, São Paulo, v. 49, 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ep/a/nmRkCL78HT5RZJYkB4pWKQS/?format=html&lang=pt>. Acesso em: 27 jan. 2026.

MEDEIROS, Kéllen Eduarda Bacchi; ANTONELLI, Ricardo Adriano; PORTULHAK, Henrique. Desempenho acadêmico, procrastinação e o uso de tecnologias de informação e comunicação: uma investigação com estudantes da área de negócios. **Revista Gestão Organizacional**, v. 12, n. 1, 2019. Disponível em: <https://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/rgo/article/view/4731/2744>. Acesso em: 17 jan. 2026.

MONTEIRO, Sara; TAVARES, José; PEREIRA, Anabela. Adulterez emergente: na fronteira entre a adolescência e a adultez. **Revista @mbienteeducação**, São Paulo, v. 2, n.1, p. 129-137, jan./jul. 2009. Disponível em: <http://publicacoes.unicid.edu.br/index.php/ambienteeducacao/article/view/545>> Acesso em: 19 jan. 2026.

MOTA, Fernanda de Oliveira. **O uso de mídias sociais e o desempenho acadêmico de estudantes em uma universidade pública do norte do Brasil**. Repositório Institucional UFT, Tocantins, 2024. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11612/7859>. Acesso em: 06 jan. 2026.

OLIVEIRA, Ana Carolina de Pinho Simas de. **A influência da dopamina na motivação, aprendizagem e comportamento de risco: implicações para a neuropsicopedagogia**. Atena Editora. 2025. Disponível em: <https://atenaeditora.com.br/catalogo/download-post/95647>. Acesso em: 20 dez. 2025.

QUINTANA, Alexandre Costa; AFONSO, Luís Eduardo. Tecnologias na educação: há impacto no desempenho acadêmico? **Revista Universo Contábil**. Blumenau, v. 14, n. 1, p. 07-28, mar, 2018. Disponível em: <https://ojsrevista.furb.br/ojs/index.php/universocontabil/article/download/5869/4070>. Acesso em: 20 dez. 2025.

ROCIO, Vitor. **Tecnologias da informação e comunicação**. 2012. Disponível em: https://www.academia.edu/download/59056045/TECNOLOGIAS_DA_INFORMACAO_E_COMUNICACAO_Rocio_Vitor20190427-34347-inp6oq.pdf. Acesso em: 9 dez. 2025.

RODRIGUES, Fernando de Abreu. Relação entre a fadiga, dependência de dopamina com as disfunções neuronais. **Brazilian Journal of Development**, Curitiba, v. 6, n. 11, p. 85183-85194, nov. 2020. Disponível em: <https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BRJD/article/view/19383>. Acesso em: 03 jan. 2026.

SÁ, Gustavo Malafaya. À frente do computador: a Internet enquanto produtora de dependência e isolamento. Sociologia. **Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto**, v. 24, p. 133-147, 2012.

SANTOS, Cecilia Prado Cunha Souza *et al.* Adultez emergente e universidade: o sentimento “in-between”. **Pretextos - Revista da Graduação em Psicologia da PUC Minas**, Belo Horizonte, v. 9, n. 18, p. 149-168, 2025. Disponível em: <https://periodicos.pucminas.br/pretextos/article/view/32726>. Acesso em: 02 fev. 2026.

SÃO PAULO (Estado). Resolução Seduc, de 18/3/2020 – Homologação do ensino a distância. **Diário Oficial Poder Executivo – Seção I**, São Paulo, v. 130, n. 54, p. 18, 2020. Disponível em: <https://www.educacao.sp.gov.br/confira-decretos-e-resolucoes-de-educacao-implementados-durante-pandemia/>. Acesso em: 23 jan. 2026.

SCORSOLINI-COMIN, Fábio. Psicologia da educação e as tecnologias digitais de informação e comunicação. **Revista Quadrimestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional**, São Paulo, v. 18, n. 3, p. 447-455, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pee/a/dXNR87XJcBw5v74bxtsbNyf/?lang=pt>. Acesso em: 23 mar. 2026.

SEMESP. **15º Mapa do Ensino Superior**. Dados Brasil, São Paulo, 2025. Disponível em: <https://www.semesp.org.br/mapa/educacao-15/brasil/>. Acesso em: 19 jan. 2026.

SILVA, Leo Victorino da. Tecnologias digitais de informação e comunicação na educação: três perspectivas possíveis. **Revista de Estudos Universitários-REU**, Sorocaba, v. 46, n. 1, p. 143-159, 2020.

SOARES, Deyse Mara Romualdo *et al.* As tecnologias digitais da informação e comunicação (TDICs) na prática docente. **Anais CIET: Horizonte**, São Carlos-SP, v. 4, n. 1, 2024. Disponível em: <https://ciet.ufscar.br/submissao/index.php/ciet/article/view/1925>. Acesso em: 31 mar. 2026.

TEIXEIRA, Irenides *et al.* Nomofobia: os impactos psíquicos do uso abusivo das tecnologias digitais em jovens universitários. **Revista Observatório**, v. 5, n. 5, p. 209-240, 2019. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/287188975.pdf>. Acesso em: 28 abr. 2025.

VIEIRA-SANTOS, Joene; MALAQUIAS, Vivian Nathalia Rodrigues. Procrastinação acadêmica entre estudantes universitários brasileiros. **Educação em Foco**, Belo Horizonte, v. 25, n. 47, 2022. Disponível em: <https://revista.uemg.br/index.php/educacaoemfoco/article/view/5816>. Acesso em: 02 fev. 2026.

WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). **Coronavirus disease (COVID-19) pandemic**. Disponível em: <https://www.who.int/europe/emergencies/situations/covid-19>. Acesso em: 14 dez. 2025.

ZHUANG, Jie *et al.* Um modelo de mediação serial do vício em mídias sociais e do envolvimento acadêmico de estudantes universitários: o papel da qualidade do sono e da fadiga. **Psiquiatria BMC**, v. 1, pág. 1-10, 2023. Disponível em: <https://bmcpsy psychiatry.biomedcentral.com/articles/10.1186/s12888-023-04799-5>. Acesso em: 15 jan. 2026.

PRÁTICAS ESPORTIVAS E JOVENS EM VULNERABILIDADE SOCIAL: a funcionalidade do esporte como ferramenta de inserção social.

Ana Luisa Tavares Amorim
Graduanda em Psicologia – Uni-FACEF
aluisattavares@gmail.com

Valéria Beghelli Ferreira
Doutora em Serviço Social – Uni- FACEF
valbeghelli@yahoo.com.br

1. INTRODUÇÃO

A prática esportiva, entendida como uma atividade corporal sistematizada, ultrapassa a dimensão dos aspectos físicos e motores para incorporar elementos culturais, sociais e educativos, constituindo-se como um importante espaço de socialização e construção identitária. Del Vecchio e Silva (2001) apontam que o esporte desempenha um papel fundamental na promoção de valores e na formação do indivíduo dentro de contextos sociais específicos.

Além disso, quando configuradas como agente ativo na dinâmica social, o esporte exerce a função de impulsionar demandas coletivas, além da atuação de meios de transmissão e ressignificação de valores morais, que são frequentemente associados à distinção social de acordo com o contexto que está inserido (Rodrigues, 2014).

Logo, o debate sobre promover uma compreensão mais aprofundada sobre a aplicação das práticas esportivas, independentemente do contexto, implica reconhecer seu potencial para o desenvolvimento cognitivo, indo além da dimensão física. Para tanto, é essencial identificar os elementos que as caracterizam tanto como modalidades esportivas, quanto como atividades de lazer, ampliando seus sentidos e contribuições nos contextos educacionais e sociais.

Compreender que esses dois fenômenos estão relacionados, sendo impossível estabelecer uma fronteira entre um e outro. Daí a importância de entendê-los como dois elementos de um continuum que envolve as atividades lúdicas humanas (Freire, 2017, p. 158).

Essa presente distinção, ressalta que as práticas esportivas podem assumir, através do seu desempenho, de funções múltiplas, dimensões educativas, sociais e culturais que apresentam compreensão à multiplicidade de sentidos que o esporte pode assumir na sociedade contemporânea (Barbanti, 2012).

Pieron (2004) complementa que, enquanto atividade de lazer, a conotação adquirida apresenta espontaneidade e um caráter lúdico para momentos de recreação, também visto como potencializador estimulante ao convívio social e promotor de bem-estar físico e emocional.

Em contrapartida, Daólio (1998) introduz que, quando compreendida como modalidade, seja realizada em quadras, estádios ou até mesmo em espaços informais, possibilita múltiplas interpretações, a depender da abordagem pela qual é analisada e também, integrada. Junto a isso, torna-se essencial compreender como cada contexto revela aspectos técnicos, sociais, culturais e educacionais que ampliam o sentido da prática esportiva.

Dessa forma, como reforçam Dallegrave et al. (2018), o esporte como modalidade se estabelece através do planejamento prévio, sendo uma análise do desempenho físico e motor dos participantes, que auxiliam na categorização de tipos de práticas, e assumem um caráter essencial para que resultados sejam eficazes.

Além disso, o esporte se manifesta de diversas formas e cumpre diferentes funções, indo além da dimensão técnica. Tendo essa perspectiva como base, suas expressões, como o esporte de rendimento, o profissional, o olímpico e o voltado à saúde, contribuem de maneiras distintas para o desenvolvimento pessoal (Bendrath, 2012).

Do mesmo modo, Bracht (2007) ressalta a análise do papel estratégico do esporte no processo de formação, articulado a outros fatores de integração social como a educação, tornando possível, citar a relação esporte educação, como categorização das práticas esportivas.

Em uma análise da formação de jovens por meio da prática socioeducativa e esportiva, Barbosa e De Araujo (2019) refletem sobre a cultura corporal como um conteúdo legítimo e indispensável à formação do sujeito, como produto cultural, o que não permite, que seja usado de forma contrária a inclusão do sujeito em um grupo social.

É importante destacar, que a reflexão sobre a cultura corporal como conteúdo legítimo e indispensável à formação do sujeito, requer também, evidências da sua presença atual, marcada por uma diversidade de práticas que respondem a diferentes finalidades, perfis de indivíduos e contexto variados, o que reforça sua abrangência e o expressivo número de pessoas envolvidas nessas vivências (De Oliveira, 2004).

Em adição ao que promove a cultura corporal como conteúdo formativo, surge a questão: como compreender, quais contextos dependem da presença dessas práticas, para finalidades que evidenciem sua abrangência e relevância social? E como a implementação de projetos pode promover o esporte como ferramenta de saúde pública?

Historicamente, Machado (2024) observa que ao ser incorporado como política pública, as práticas esportivas, tem sido reconhecida como um fenômeno social capaz de promover valores como disciplina, respeito, cooperação e pertencimento, especialmente entre os jovens.

Sendo o esporte um dos principais fenômenos culturais da atualidade, ele pode ocupar um lugar de destaque na formação da juventude no sentido de promover a aproximação entre o biológico e o cultural (Rubio, 2009, p.11)

A aproximação dos aspectos biológicos e culturais, concede que as atividades corporais sejam compreendidas, não apenas em sua dimensão fisiológica, mas também, de acordo com Madeira Neto (2022), entender como uma categoria social atravessada por marcadores de desigualdade, tensões econômicas e culturais, estabelecendo múltiplas experiências sobre o indivíduo.

Observa-se, que a presença desses atravessamentos durante o desenvolvimento biopsicossocial na adolescência, podem ressaltar a importância do reconhecimento de fatores que colocam determinados grupos em maior risco de se tornarem vítimas de negligências sociais. Assim, falar de questões sobre o alcance desses cenários, determinados pela desigualdade de grupos que são rotulados a partir de fatores raciais e socioeconômicos, é também, compreender a vulnerabilidade e seus impactos sociais (Silva; Saad, 2024).

Logo, trabalhar na construção do desenvolvimento de jovens expostos a diversos tipos de realidade, é conviver também, com o silenciamento da construção de duas próprias subjetividades, uma vez que, condicionadas a fatores

estruturais, sucedendo à marginalização e invisibilidade social (Malvasi, 2012). Assim, falar de questões de saúde pública no desenvolvimento de jovens, é também falar sobre risco e vulnerabilidade.

Portanto, compreendendo que a vulnerabilidade social, enquanto fator presente na vida de jovens em desenvolvimento, implica a sua presença como limitadora do acesso a experiências formativas significativas, o presente trabalho busca compreender como a prática esportiva pode favorecer o desenvolvimento integral de adolescentes em situação de vulnerabilidade social considerando as interrelações entre fatores biológicos, psicológicos e sociais. Além de compreender o papel das práticas esportivas na inclusão social e no fortalecimento da equidade de gênero e raça entre jovens em situação de vulnerabilidade; refletir a influência de programas esportivos na ressignificação da identidade de jovens marginalizados; avaliar a relação entre o engajamento esportivo e a inserção social de adolescentes que residem em comunidade marcadas pela exclusão e a violência e identificar como o esporte atua como espaço voltado a expressão e construção do protagonismo juvenil, como ferramenta de promoção de saúde coletiva.

A presente pesquisa caracteriza-se como um estudo de natureza qualitativa, de caráter exploratório com abordagem descritiva voltada à construção e ao aprofundamento de bases teóricas que contribuam para a compreensão ampliada do tema em questão.

A realização da revisão bibliográfica concentra-se na análise de textos que apresentem recortes temáticos que abordem diretamente a juventude, vulnerabilidade social, exclusão e inserção social, programas de promoção de saúde coletiva, e formação identitária.

Algumas questões norteadoras foram formuladas para embasar a discussão deste estudo: de que maneira os contextos de vulnerabilidade social, podem afetar o desenvolvimento biopsicossocial e a construção da identidade de adolescentes, especialmente diante de experiências de exclusão social? Como o esporte, quando inserido de forma intencional e contextualizada, disponibilizando espaços seguros, pode ser definido como dispositivo promotor de saúde e de fortalecimento de vínculos sociais? Como as atividades esportivas podem promover o pertencimento social e ser fator de proteção de jovens expostos a situações de negligência e vulnerabilidade social, como evasão escolar, situações de abusos e o

acesso a drogas? Como trabalhar a compreensão do esporte como agente de transformação na ressignificação da identidade de jovens marginalizados promovendo sua autoestima? Como as práticas esportivas podem oferecer espaços que possibilitam a construção de redes de apoio para trabalhar a construção da identidade juvenil?

2. ADOLESCER, VULNERABILIDADE SOCIAL E OS MARCADORES DA EXCLUSÃO

A compreensão da adolescência como uma etapa do desenvolvimento humano, implica reconhecê-la como um período atravessado por intensas transformações físicas, emocionais, cognitivas e, sociais. Trata-se de um período de mudanças em que o adolescente passa pela transição entre a infância, a partir da construção de novas formas de se relacionar consigo mesmo e com o mundo (Manika, 2024).

Entendida como um período marcado por transformações biopsicossociais, essa fase do desenvolvimento impõe ao sujeito o desafio da autodefinição e da revelação de sua identidade ao meio social. De acordo com Guida, Ribeiro e Souza (2024), essa construção não ocorre de forma isolada, mas resulta da intersecção entre o universo subjetivo, como sentimentos e valores e as influências do ambiente externo. Assim, a identidade constitui-se na relação entre o 'eu' e a cultura, definindo como o adolescente percebe a si mesmo e como deseja ser reconhecido pela sociedade.

À luz da perspectiva psicossocial, e com base nas contribuições de Zanella, et al. (2002), a adolescência configura-se como um momento fundamental para a construção de sentidos, valores e projetos de vida. Trata-se de um período, segundo os autores, em que os vínculos sociais ganham maior complexidade, especialmente em relações com pares, instituições educativas e espaços comunitários.

Conforme Anhas e Silva (2017), a participação de jovens em atividades comunitárias tem implicações diretas na busca por pertencimento, reconhecimento e autonomia, o que impulsiona processos de experimentação e participação social, ao

mesmo tempo em que pode expor adolescentes a conflitos e vulnerabilidades, sobretudo quando inseridos em contextos marcados por desigualdades sociais.

Assim, compreender esse período do desenvolvimento humano a partir de uma abordagem biopsicossocial implica reconhecer a articulação entre dimensões biológicas, psicológicas e sociais, exigindo considerar que esse processo quando condicionado pelas desigualdades sociais que atravessam os contextos da vida dos indivíduos, evidenciam a importância da participação de projetos comunitários que trabalhem a inserção do adolescente e trabalhe sua percepção e reconhecimento como ser participante do seu meio social.

2. 1 Vulnerabilidade Social e Marcadores da Exclusão na Juventude

A noção de vulnerabilidade social aplicada à juventude refere-se a um conjunto de condições estruturais, históricas e relacionais que ampliam a exposição de adolescentes e jovens a situações de risco, precarização e negação de direitos. Conforme aponta Canto et al. (2017), o sofrimento psíquico tende a apresentar maior incidência entre indivíduos inseridos em contextos de vulnerabilidade social, uma vez que as condições socioeconômicas exercem impacto direto sobre a qualidade de vida, o bem-estar e as possibilidades de desenvolvimento de grupos com menores recursos materiais e simbólicos.

Nessa perspectiva, a vulnerabilidade social não deve ser compreendida a partir de uma lógica singularizante ou associada à fragilidade individual, mas como um fenômeno complexo, multidimensional e socialmente produzido, que expressa desigualdades estruturais persistentes ao longo do ciclo de vida. No caso da adolescência, essa condição assume contornos ainda mais significativos, uma vez que diferentes dimensões da vulnerabilidade, como a econômica, a educacional, a territorial, a racial, a de gênero e a relacional que incidem simultaneamente sobre os sujeitos, configurando contextos marcados por restrições de acesso a direitos, bens e oportunidades, não atuando de forma isolada, mas sim, se entrelaçam e se potencializam mutuamente, produzindo efeitos cumulativos que intensificam processos de exclusão social e limitam as possibilidades de desenvolvimento integral. Para além da privação material, a vulnerabilidade envolve também formas

de exclusão simbólica e institucional, que impactam diretamente o desenvolvimento psicossocial, interferindo na construção da identidade, no sentimento de pertencimento e na capacidade de inserção social dos adolescentes (Oliveira et al., 2020). Nesse sentido, compreender a vulnerabilidade em sua complexidade implica reconhecer seus efeitos sobre os processos de subjetivação, especialmente em uma fase marcada pela formação identitária e pela busca de reconhecimento social.

Quando os processos de desenvolvimento e inserção social da adolescência se dão em contextos atravessados pela pobreza, pela violência, pela discriminação estrutural ou pela fragilidade da presença estatal, as possibilidades de vivência plena desse período tornam-se significativamente restringidas. Tais condições produzem barreiras objetivas e simbólicas ao acesso a direitos, serviços e oportunidades, comprometendo a participação social e o reconhecimento desses jovens como sujeitos de direitos no espaço coletivo (Oliveira et al., 2022).

Para os adolescentes, o fato de morar na periferia já os caracteriza como excluídos socialmente, segundo os referenciais de quem não vive nesse território (Oliveira et al., 2022 p. 3)

Aponto como exemplo, a violência urbana configura-se como um dos fatores que intensificam a vulnerabilidade social de adolescentes e jovens, resultante de desigualdades estruturais que atravessam seus processos de socialização.

Há uma combinação de variáveis que contemplam os níveis de exposição da população jovem à violência urbana, ligadas basicamente a problemas da socialização primária (na família) e da socialização secundária, surgidos de carências materiais, educativas, de inserção no mercado de trabalho e de dispositivos socialmente integradores de diversas características ligadas ao esporte (Gadea et al., 2017 p. 268).

Considerando que a adolescência se caracteriza por intensos e contínuos processos de transformações biopsicossociais, esse período do desenvolvimento envolve não apenas mudanças corporais e cognitivas, mas também reconfigurações emocionais e relacionais que influenciam diretamente a forma como o sujeito se percebe e se posiciona na sociedade. Nesse contexto, observa-se a ampliação das interações sociais e o aumento progressivo processos por meio dos quais o sentimento de pertencimento assume um papel central na organização da vida social juvenil, Tal pertencimento torna-se um elemento estruturante da ocupação social do adolescente, influenciando seu engajamento em

espaços coletivos, bem como suas possibilidades de participação e reconhecimento no meio social (Lourenço et al. 2024).

Neste sentido, Carvalho (2024) destaca que, no debate sobre desigualdades sociais que atravessam as trajetórias juvenis, a noção de mérito individual aparece com frequência como explicação para o sucesso ou o fracasso dos sujeitos, desconsiderando as condições estruturais que atravessam essas trajetórias desde a infância. O autor ainda ressalta que é comum, na sociedade brasileira, o discurso meritocrático, que atribui ao próprio indivíduo o sucesso ou o fracasso na trajetória escolar e profissional. A teoria meritocrática sustenta que basta apenas o esforço individual de cada um/a para a ascensão social.

Quando os processos de desenvolvimento e inserção social da adolescência se dão em contextos atravessados pela pobreza, pela violência, pela discriminação estrutural ou pela fragilidade da presença estatal, as possibilidades de vivência plena desse período tornam-se significativamente restringidas. Tais condições produzem barreiras objetivas e simbólicas ao acesso a direitos, serviços e oportunidades, comprometendo a participação social e o reconhecimento desses jovens como sujeitos de direitos no espaço coletivo (Oliveira et al., 2022).

Para os adolescentes, o fato de morar na periferia já os caracteriza como excluídos socialmente, segundo os referenciais de quem não vive nesse território (Oliveira et al., 2022 p. 3)

Em cenários marcados por tais desigualdades, as trajetórias juvenis tendem a ser marcadas por processos de exclusão cumulativa, nos quais diferentes formas de vulnerabilidade se sobrepõem e se reforçam ao longo do tempo. A ausência de políticas públicas efetivas e de redes de proteção social contribui para a reprodução das desigualdades, intensificando a marginalização social e limitando as possibilidades de construção de projetos de vida autônomos e socialmente reconhecidos (Oliva; Kauchakje, 2009).

A exclusão juvenil e a marginalização também se expressa por meio de processos simbólicos que reforçam estigmas e a criminalização da pobreza. A associação recorrente entre juventude, perigo e desvio, legitima práticas de controle social e contribui para a naturalização da violação de direitos, sobretudo no que se refere a adolescentes em conflito com a lei ou em situação de rua. Como discute Scherer (2025), essa lógica se insere na consolidação de um Estado Penal que, ao

criminalizar a pobreza e operar de forma seletiva, produz a eliminação simbólica e material de jovens das periferias, fenômeno identificado como juvenicídio.

Nesse sentido, tais narrativas desconsideram os condicionantes estruturais dessas trajetórias e deslocam do Estado para o indivíduo a responsabilidade pela exclusão social. Ao evidenciar esses marcadores, torna-se possível fundamentar a necessidade de políticas públicas integradas, a fim de promover inclusão, proteção social e condições efetivas para o desenvolvimento pleno da juventude.

2.2 A Adolescência entre direitos e proteção

A adolescência, enquanto etapa caracterizada por especificidades próprias do ciclo vital, deve ser compreendida a partir de uma perspectiva que articule o desenvolvimento humano, a garantia de direitos e a proteção social. Essa ideia é aprofundada por Silva (2022) ao afirmar que, tal compreensão pressupõe o reconhecimento da infância e da adolescência como construções sociais, bem como a superação dos modelos tradicionais da Psicologia do desenvolvimento, historicamente orientados por uma racionalidade adulta normativa e rigidamente definida.

No ordenamento jurídico brasileiro, esse entendimento é consolidado a partir da Constituição Federal de 1988 e aprofundado pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que institui a Doutrina da Proteção Integral e reconhece crianças e adolescentes como sujeitos de direitos, destinatários de prioridade absoluta nas políticas públicas e nas ações do Estado, da família e da sociedade.

Tomio e Facci (2009), ao refletir sobre a adolescência a partir de uma perspectiva histórica, compreende esse período como um momento de transição fundamental na constituição da condição humana, no qual se intensificam processos de socialização, elaboração simbólica e inserção nas formas culturalmente produzidas de vida em sociedade. Ainda que tal leitura esteja ancorada em referenciais teóricos de seu tempo, ela contribui para evidenciar que a adolescência não se reduz a um dado biológico, mas constitui um momento socialmente mediado de reorganização das relações do sujeito consigo, com o outro e com o mundo.

Nesse sentido, a produção histórica de discursos sobre a adolescência esteve, em grande medida, vinculada a práticas de regulação, normalização e controle social, sobretudo quando associada a contextos de pobreza, conflito com a lei ou transgressão das normas instituídas. A construção do adolescente como sujeito “em risco” ou “perigoso” contribuiu para a legitimação de intervenções de caráter punitivo e moralizante, frequentemente dissociadas da garantia de direitos e da oferta de políticas públicas estruturantes (Souza; Cabral, 2025).

Em contraposição a essas abordagens, a perspectiva da proteção integral afirma a adolescência como uma condição marcada pela participação social, pela produção de sentidos e pela construção ativa de trajetórias. Reconhecer adolescentes como sujeitos de direitos implica considerá-los não apenas como destinatários de políticas, mas como agentes sociais inseridos em contextos históricos, culturais e territoriais específicos (Perez, 2022).

Diante do exposto, compreender a adolescência a partir de uma perspectiva que articule construção social, garantia de direitos e proteção social constitui um passo fundamental para a superação de abordagens reducionistas e estigmatizantes. Ao deslocar o olhar do controle para o cuidado, da tutela para a participação e da punição para a proteção, reafirma-se a responsabilidade coletiva, especialmente do Estado, na promoção de condições que assegurem o pleno exercício da cidadania juvenil. Essa compreensão torna-se ainda mais relevante quando se analisam as múltiplas vulnerabilidades que atravessam as experiências adolescentes.

3. POLÍTICAS PÚBLICAS, ESPORTE E O DIREITO AO DESENVOLVIMENTO INTEGRAL

A efetivação dos direitos de crianças e adolescentes, conforme preconizado pela Constituição Federal de 1988 e pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, depende da implementação de políticas públicas capazes de assegurar condições concretas para o desenvolvimento integral. Tal desenvolvimento deve ser compreendido de forma ampliada, envolvendo dimensões físicas, emocionais, cognitivas, sociais e culturais, e não restrito a parâmetros individuais ou meramente biológicos. Nesse contexto, as políticas

públicas assumem papel central ao materializar direitos e reduzir desigualdades que historicamente atravessam as experiências juvenis.

Entre essas políticas, o esporte ocupa lugar de destaque enquanto direito social e instrumento de promoção da cidadania. Reconhecido constitucionalmente como direito de todos, o acesso ao esporte e ao lazer configura-se como componente fundamental das estratégias de proteção social voltadas à infância e à adolescência. Como afirma Passos e Athayde (2018), para além de seus benefícios físicos, a prática esportiva, quando orientada por princípios educativos e inclusivos, contribui para o fortalecimento de vínculos sociais, para a construção de valores coletivos e para o desenvolvimento de habilidades socioemocionais, como cooperação, autonomia e respeito às diferenças.

A efetivação de políticas públicas demanda mais do que somente uma formulação, exigindo processos concretos de implementação que garantam sua operacionalização no cotidiano social, acercando diferentes setores, como saúde, educação e assistência social, para a garantia da sua execução na prática e os seus reais impactos. Siqueira e Dell'aglio (2006), evidenciam a observação de que a distância entre o que é previsto nas diretrizes legais e o que se concretiza na prática ainda é significativa, sobretudo em contextos de vulnerabilidade social, onde a precarização dos serviços e a fragmentação das ações comprometem o acesso integral aos direitos. Dessa forma, torna-se fundamental que a implementação das políticas públicas seja pensada de maneira intersetorial, territorializada e sensível às demandas específicas dos sujeitos, possibilitando intervenções mais efetivas e alinhadas à promoção do desenvolvimento psicossocial.

A articulação entre diferentes setores, como esporte, educação e assistência social, constitui um elemento fundamental para a construção de respostas mais efetivas diante da complexidade das demandas sociais. Nesse sentido, os programas intersetoriais configuram-se como estratégias que promovem a integração de serviços e a atuação coordenada sobre um mesmo público, superando práticas fragmentadas e possibilitando um cuidado mais amplo e integrado. Tal articulação revela-se estratégica para a garantia do desenvolvimento integral, especialmente no contexto da adolescência, ao reconhecer os jovens como sujeitos de direitos, e não como problemas a serem prevenidos. Dessa forma, os programas intersetoriais contribuem para a construção de trajetórias mais

protegidas, significativas e alinhadas à promoção do desenvolvimento psicossocial. (Silva; Boarini, 2022)

Persson e Eriksen (2025) revela que no âmbito das políticas públicas, o esporte deve ser compreendido não como mecanismo de controle social ou de ocupação do tempo livre, mas como espaço legítimo de formação humana e participação social. Para o autor, em contextos marcados por vulnerabilidade social, a ausência de políticas esportivas estruturadas tende a reforçar processos de exclusão, limitando o acesso de adolescentes a experiências que ampliem repertórios culturais, oportunidades de socialização e perspectivas de futuro. Assim, a oferta desigual de equipamentos, programas e investimentos evidencia que o direito ao esporte permanece, muitas vezes, condicionado à posição social e territorial dos sujeitos.

Toledo e Bega (2019) complementa que, por meio desta perspectiva, o esporte pode atuar como campo privilegiado de escuta, participação e protagonismo juvenil, desde que orientado por políticas públicas comprometidas com a equidade, a inclusão e a permanência dos sujeitos nos espaços de convivência com condições indispensáveis para a efetivação dos direitos e para a construção de trajetórias juvenis mais justas e inclusivas.

O Programa Segundo Tempo (PST), desenvolvido pelo Ministério do Esporte, configura-se como uma política pública voltada à democratização do acesso ao esporte educacional no Brasil. Direcionado principalmente a crianças, adolescentes e jovens em contextos de vulnerabilidade social, o programa tem como finalidade promover o desenvolvimento integral dos participantes, articulando dimensões físicas, cognitivas e socioemocionais. Nesse sentido, o PST insere-se no conjunto de estratégias governamentais que utilizam o esporte como ferramenta de inclusão social e garantia de direitos. Em termos operacionais, o programa organiza-se por meio de núcleos esportivos implantados em parceria com estados, municípios e instituições públicas, nos quais são ofertadas atividades no contraturno escolar. Para além da prática esportiva, o PST orienta-se por princípios pedagógicos que visam à formação cidadã, ao fortalecimento de vínculos sociais e à permanência dos jovens na escola. Assim, seus objetivos abrangem não apenas a ampliação do acesso ao esporte, mas também a redução de fatores de risco, como evasão escolar e exposição a contextos de violência. Nessa perspectiva, o

programa dialoga diretamente com a noção de vulnerabilidade social, compreendida como um fenômeno multidimensional que envolve aspectos econômicos, sociais e culturais. Ao atuar em territórios marcados por desigualdades, o PST busca minimizar os impactos dessas vulnerabilidades por meio da oferta de espaços estruturados de convivência e desenvolvimento. Dessa forma, a política pública não atua de maneira isolada, mas se articula com outras dimensões da vida social, contribuindo para a construção de trajetórias mais protegidas para crianças e adolescentes.

Sob a ótica do desenvolvimento psicossocial, a inserção em atividades esportivas mediadas por intencionalidade pedagógica favorece processos fundamentais, como a construção da identidade, o sentimento de pertencimento e o desenvolvimento de habilidades socioemocionais. A participação em grupos esportivos possibilita a internalização de regras, a vivência da cooperação e o manejo de frustrações, elementos essenciais para o amadurecimento psíquico e social. Nesse contexto, o Programa Segundo Tempo evidencia-se como uma estratégia relevante de promoção do desenvolvimento integral, especialmente em contextos marcados por múltiplas vulnerabilidades. (Breyer, 2017)

4. IDENTIDADE E RESSIGNIFICAÇÃO SUBJETIVA PELA VIVÊNCIA ESPORTIVA

A construção da identidade juvenil constitui um processo dinâmico e relacional, marcado pela articulação entre experiências individuais e contextos sociais mais amplos. Durante a juventude, os sujeitos são atravessados por transformações corporais, emocionais e cognitivas que intensificam a busca por sentidos, pertencimentos e referenciais simbólicos (Guida et al., 2014). Esse movimento envolve a elaboração de narrativas sobre si, nas quais os jovens negociam valores, expectativas e projetos de vida a partir das interações estabelecidas com a família, a escola, os pares e outras instâncias de socialização. Assim, a identidade juvenil não se configura como um dado fixo ou exclusivamente individual, mas como um processo em constante construção, situado histórica e culturalmente.

Para os autores, o reconhecimento social desempenha papel central nesse processo, na medida em que as possibilidades de afirmação identitária estão diretamente relacionadas às formas como os jovens são vistos, escutados e legitimados nos espaços sociais que ocupam.

A ausência de reconhecimento, expressa por estigmatização, invisibilização ou negação de direitos, pode produzir experiências de desvalorização e exclusão, comprometendo o desenvolvimento saudável da identidade. Em contrapartida, contextos que promovem a participação, o diálogo e o respeito à diversidade favorecem o fortalecimento do sentimento de pertencimento e da autoestima, contribuindo para que os jovens se reconheçam e sejam reconhecidos como sujeitos de direitos e agentes ativos na vida social (Guida et al., 2014).

A vivência esportiva pode constituir-se como um espaço essencial de expressão subjetiva e também, de construção do pertencimento social, especialmente no contexto das juventudes. Conforme apontam Hirama e Montagner (2012), quando o esporte é desenvolvido para além de uma lógica meramente disciplinadora ou ocupacional, ele se transforma em um espaço pedagógico e relacional, no qual os jovens constroem vínculos, compartilham experiências e produzem sentidos coletivos. Nesses contextos, a prática esportiva favorece a expressão de emoções, a afirmação de identidades e o reconhecimento mútuo entre os participantes, contribuindo para a formação de laços sociais e para o fortalecimento do sentimento de fazer parte de um grupo.

Além disso, o esporte também se apresenta como um campo privilegiado de participação social e reconhecimento simbólico, sobretudo em contextos marcados por desigualdades. Nogueira (2011) destaca que a inserção de jovens em práticas esportivas pode ampliar suas possibilidades de visibilidade social, participação e exercício da cidadania, funcionando como um espaço de mediação entre o indivíduo e a coletividade. Nesse sentido, o esporte atua como um dispositivo de construção identitária, no qual os sujeitos expressam valores, constroem pertencimentos e ressignificam suas trajetórias, reforçando o papel do esporte como prática social capaz de promover inclusão, reconhecimento e fortalecimento dos vínculos sociais.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A compreensão de que modo a prática esportiva pode favorecer o desenvolvimento integral de adolescentes em situação de vulnerabilidade social, considerando fatores biológicos, psicológicos e sociais em suas relações, e as questões norteadoras que problematizam os impactos da exclusão, da violência e das desigualdades estruturais na construção da identidade juvenil, observa-se, a partir do levantamento teórico, realizado até o momento, que o esporte se apresenta como um importante dispositivo de mediação e inserção social.

As discussões analisadas indicam que, quando orientadas por princípios educativos, inclusivos e contextualizados, as práticas esportivas podem contribuir para a promoção de saúde coletiva, no fortalecimento de vínculos comunitários e na ampliação de redes de apoio, de maneira que se configure como fator de proteção diante de situações de risco.

Os estudos revisados sinalizam que programas esportivos são potenciais atuantes na inclusão social e no enfrentamento de desigualdades interseccionais, bem como na ressignificação da identidade de jovens historicamente marginalizados, além de sinalizar estratégias de atuação nessa realidade.

Evidencia-se, ainda, que o engajamento em práticas esportivas favorece o sentimento de pertencimento, o desenvolvimento da autoestima e também, a construção do protagonismo juvenil, especialmente em contextos marcados pela exclusão e pela violência.

Portanto, embora a pesquisa esteja em andamento e não apresentada discussão aprofundada do tema, por meio das questões norteadoras, as análises parciais do levantamento bibliográfico, sustentam a hipótese de que o esporte, enquanto política pública e prática sociocultural, possui potencial para promover desenvolvimento, inserção social e fortalecimento das trajetórias juvenis, desde que esse potencial se efetive de forma equânime, articulado a ações integradas entre diversas áreas, como o campo educacional, atenção à saúde, e assistência social.

REFERÊNCIAS

ANHAS, D. M.; SILVA, C. R. C. Participação Social e Subjetividade: Vivências Juvenis em uma Comunidade Vulnerável. **Revista Psicologia: Teoria e Prática**, v.

19, n. 3, 2017. Disponível em: https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S1516-36872017000300006&script=sci_arttext. Acesso em: 02 nov. 2025.

BARBANTI, V. O que é Esporte? **Revista Brasileira de Atividade Física & Saúde**, v. 11, n. 1, 2012. Disponível em: <https://rbafs.org.br/RBAFS/article/view/833>. Acesso em: 12 nov. 2025.

BARBOSA, J. S.; DE ARAÚJO, M. A. L. Cultura (corporal), educação e esporte: a formação cidadã de jovens no sertão baiano. **Revista Conexão UEPG**, v. 15, n. 1, 2019. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/conexao/article/view/12604>. Acesso em: 12 nov. 2025.

BRACHT, V. A constituição das teorias pedagógicas da educação física. **Cadernos CEDES**, Campinas, v. 19, n. 48, p. 69–88, 2007. DOI: 10.1590/S0101-32621999000100005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ccedes/a/3NLKtc3KPprBBcvgLQbHv9s/?format=html>. Acesso em: 10 fev. 2026.

BREYER, Thiago Bittencourt. Programa Segundo Tempo: um estudo sobre objetivos e indicadores de impacto. 2017. **Dissertação (Mestrado em Ciências do Movimento Humano)** – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017.

CANTO, A. J. et al. **Adolescência e vulnerabilidade social na Psicologia comunitária: uma revisão bibliográfica**. [S. l.], 2017. Disponível em: https://www.unipar.br/documentos/459/ADOLESCENCIA_E_VULNERABILIDADE_SOCIAL_NA_PSICOLOGIA_COMUNITARIA.pdf. Acesso em: 11 fev. 2026.

DALLAGRAVE, E. J. **Processo de treinamento esportivo e fatores técnico-técnicos de rendimento**: estudo de caso de uma equipe feminina de elite do handebol brasileiro. 2023. **Dissertação (Mestrado)** – Universidade do Estado de Santa Catarina, 2023. Disponível em: https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UDESC_2_of4bd69f778638bb730288863adc3863. Acesso em: 2 março. 2026.

DAÓLIO, J. Fenômeno social esporte na formação profissional em educação física. **Revista da Educação Física/UEM**, v. 9, n. 1, p. 11-115, 1998. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/RevEducFis/article/view/3824/2636>. Acesso em: 29 Jul. 2025.

DE OLIVEIRA, C. B. Mídia, cultura corporal e inclusão: conteúdos da educação física escolar. **Lecturas: Educación física y deportes**, v. 77, 2004. Disponível em: <https://www.efdeportes.com/efd77/midia.htm>. Acesso em: 26 nov 2025.

DEL VECCHIO, F. B.; SILVA, C. V. Esporte, cultura e sociedade: reflexões sobre o esporte contemporâneo. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, v. 23, n. 2, 2001. Disponível em: <https://ifce.edu.br/proen/defe/formacao-e-praticas-pedagogicas-em-educacao-fisica1.pdf>. Acesso em: 26 nov 2025.

FREIRE, E.S. Esporte e Sociedade. **Revista Mackenzie de Educação Física e Esporte**, v. 15, 2017. Disponível em: <https://editorarevistas.mackenzie.br/index.php/remef/article/view/10803>. Acesso em: 11 fev. 2026.

GADEA, C. A. et al. Trajetórias de jovens em situação de vulnerabilidade social: sobre a realidade juvenil, violência intersubjetiva e políticas para jovens em Porto Alegre-RS. **Sociologias**, v. 19, p. 258-299, 2017. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/sociologias/article/view/56955>.

GUIDA, S. L. A. G.; RIBEIRO, S. L. S.; SOUZA, M. T. S. de.; ORTIZ MONTEIRO, P. Construção de identidade na adolescência: dilemas individuais e sociais. **Saberes: Revista Interdisciplinar de Filosofia e Educação**, [S.l.], v. 24, n. 1, p. AR14, 2024. DOI 10.21680/1984-3879.2024v24n1ID35507. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/saberes/article/view/35507>. Acesso em: 27 abr. 2025.

HIRAMA, L. K.; MONTAGNER, P. C. Algo para além de tirar da rua: o ensino do esporte em projeto socioeducativo. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, v. 34, n. 1, p. 149-164, 2012. DOI: 10.1590/S0101-32892012000100011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbce/a/VjrkZPssKdWZyNY3MVGvKQJ/>. Acesso em: 06 fev. 2026.

LOURENÇO, M. S. G. et al. Adolescência e sentimento de pertença: apontamentos da literatura. Gerais: **Revista Interinstitucional de Psicologia**, v. 17, n. 3, e21682, 2024. DOI: 10.36298/gerais202417e21682. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/gerais/article/view/56695>. Acesso em: 06 fev. 2026.

MACHADO, M. A. D. R. Política Pública no Esporte: rumo à sustentabilidade social e ao bem-estar coletivo. **Revista Contemporânea**, v. 4, n. 5, 2024. Disponível em: <https://ojs.revistacontemporanea.com/ojs/index.php/home/article/view/4387>. Acesso em 11 fev.. 2026.

MADEIRA NETO, P. H. **O esporte como possibilidade do desenvolvimento desportivo e social dos jovens**: uma revisão integrativa. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Educação Física) – Centro Universitário Fametro – UNIFAMETRO – Fortaleza, CE, 2022. Disponível em: https://repositorio.unifametro.edu.br/bitstream/123456789/1752/1/PAULO%20HARDY%20MADEIRA%20NETO_TCC.pdf. Acesso em: 12 jun 2025.

MALVASI, P. A. **Interfaces da vida loka**: um estudo sobre jovens, tráfico de drogas e violência em São Paulo. Tese (Doutorado em Saúde Pública) – Universidade de São Paulo, SP 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/T.6.2012.tde09032012-132410>. Acesso em: 11 fev. 2026.

MANIKA, L. G. B. et al. Da Infância à Adolescência: explorando a crise existencial da transição. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, v. 10, n.11, 7480–7501. Disponível em: <https://doi.org/10.51891/rease.v10i11.17143>

Disponível em: <https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/17143>. Acesso em: 10 fev. 2026.

NOGUEIRA, Q. W. C. Esporte, desigualdade, juventude e participação. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, v. 33, n. 2, p. 401-416, 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbce/a/cxBnGgp53PszmSGfQLsZXfK/?lang=pt>. Acesso em: 09 fev. 2026.

PASSOS, F. B.; ATHAYDE, P. A. Esporte e políticas sociais no Brasil: uma discussão sobre cidadania e emancipação humana. **Pensar a Prática**, Goiânia, v. 21, n. 3, p. 702–712, 2018. DOI: 10.5216/rpp.v21i3.44289. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/fef/article/view/44289>. Acesso em: 09 fev. 2026.

PERSSON, M. F.; ERIKSEN, I. M. Sports participation as a reflection of social inclusion in youth: a holistic exploration of sport within young people's lives. **Sport, Education and Society**, [S. l.], 2025. DOI: 10.1080/13573322.2025.2451354. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/13573322.2025.2451354>. Acesso em: 09 fev. 2026.

PEREZ, B.C. et al. Participação de crianças e adolescentes no conselho de direitos: construindo caminhos possíveis. **Rev. psicol. polít.**, São Paulo, v. 22, n. 55, p. 622-636, dez. 2022.

PIERON, M. Estilo de vida, prática de atividades físicas e esportivas, qualidade de vida. **Fitness & Performance Journal**, v.3, n.1, p.10-17, 2004. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=2953114>. Acesso em: 11 nov. 2025.

OLIVA, J. C. G. A.; KAUCHAKJE, S. As políticas sociais públicas e os novos sujeitos de direitos: crianças e adolescentes. **Revista Katálisis**, Florianópolis, v. 12, n. 1, p. 83–91, 2009. DOI: 10.1590/S1414-49802009000100004. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=179613969004>. Acesso em: 10 fev. 2026.

OLIVEIRA, P. C. D. et al. Sobrevivendo: vulnerabilidade social vivenciada por adolescentes em uma periferia urbana. **Interface-Comunicação, Saúde, Educação**, v.24 e190813. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/icse/a/ZcTPn95X5HZYsRFF4ScsTTR/?format=html&lang=pt>

OLIVEIRA, E. et al. Adolescents, poverty areas, violence, and public health: an intersectional perspective. **Revista Brasileira de Enfermagem**, v. 75, supl. 2, p. e20190685, 2022. DOI: 10.1590/0034-7167-2019-0685. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/reben/a/bKrWQ7stN9nwpFFvVQQSFqN/>. Acesso em: 11 fev. 2026.

RODRIGUES M. R. F. The Concept of Sport as a Global Phenomenon: plurality and controversy. **Revista Observatorio del Deporte**, v. 1, n. 1, p. 147-185, 30 dic. 2014. Disponível em: <https://www.revistaobservatoriodeldeporte.cl/index.php/odep/article/view/39>. Acesso em: 29 Jul. 2025.

RUBIO, K. Esporte e Juventude: privilégio ou direito? de todos ou dos habilitados?. In: Espindula, B (org.). **Políticas de esporte para a juventude**: contribuições para debate. 1. ed. -- São Paulo: Centro de Estudos e Memória da Juventude: Instituto Pensarte, 2009. Disponível em: file:///C:/Users/Dell/Downloads/Livro_politicas_esporte_para_juventude_seminario.pdf. Acesso em: 19 jun. 2025.

SCHERER, G. A. Uma guerra (in)visível: criminalização da pobreza e juvenicídio como reflexo do Estado Penal. **Textos & Contextos** (Porto Alegre), [S. l.], v. 24, n. 1, p. e47320, 2025. DOI: 10.15448/1677-9509.2025.1.47320. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/fass/article/view/47320>. Acesso em: 09 fev. 2026.

SILVA, Lorena Maria da; BOARINI, Maria Lucia. Intersetorialidade e políticas sociais no contexto brasileiro: desafios para a proteção integral infantojuvenil. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 27, e49726, 2022.

SILVA, G.; SAAD, A. P. R. Violência contra Adolescentes: um desafio biopsicossocial na sociedade contemporânea. **Revista Seção Judiciária do Rio de Janeiro**, [S.l.], v. 28, n. 61, 2024. Disponível em: <http://lexcult.trf2.jus.br/index.php/revistasjrj/article/view/822>. Acesso em: 11 fev. 2026.

SIQUEIRA, Aline Cardoso; DELL'AGLIO, Débora Dalbosco. Políticas públicas para adolescentes em vulnerabilidade social: abrigo e provisoriedade. **Psicologia: Ciência e Profissão**, Brasília, v. 26, n. 1, p. 30-45, 2006.

SOUZA, I. F. de; CABRAL, J. Políticas Públicas para Crianças e Adolescentes: uma análise a partir do plano decenal dos direitos humanos de crianças e adolescentes. **Revista Direitos Sociais e Políticas Públicas** (UNIFAFIBE), [S. l.], v. 6, n. 1, p. 115–151, 2025. DOI: 10.25245/rdspp.v6i1.304. Disponível em: <https://portal.unifafibe.com.br/revista/index.php/direitos-sociais-politicas/pub/article/view/304>. Acesso em: 11 fev. 2026.

TOLEDO, R. M.; BEGA, M. T. S. Esporte, direitos sociais e políticas públicas no Brasil: desenho institucional em perspectiva comparada. **Revista da ALESDE**, v. 10, n. 1, p. 20–32, 2019. DOI: 10.5380/jlasss.v10i1.59287. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/alesde/article/view/59287>. Acesso em: 10 fev. 2026.

ZANELLA, A. V. et al. Contextos grupais e sujeitos em relação: contribuições às reflexões sobre grupos sociais. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, v. 15, p. 211–218, 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/prc/v15n1/a22v15n1.pdf>. Acesso em: 09 fev. 2026.

REPRESENTAÇÕES DO TRANSTORNO DISSOCIATIVO DE IDENTIDADE NA MÍDIA: uma análise do personagem Norman Bates

Rafaella Mozetti Silva
Graduanda Psicologia Uni-FACEF
rafaellamztt@gmail.com

Sofia Muniz Alves Gracioli
Professora Uni-FACEF- Doutora FFCLRP-USP
sofiagracioli@yahoo.com.br

1. INTRODUÇÃO

O Transtorno Dissociativo de Identidade (TDI), é uma condição complexa e frequentemente incompreendida, caracterizada pela presença de duas ou mais identidades ou estados de personalidade distintos que alternam o controle do comportamento do indivíduo. Esse transtorno está associado a falhas na integração de memória, consciência, identidade e percepção, sendo geralmente relacionado a experiências traumáticas intensas, especialmente durante a infância. De acordo com o DSM-5 (Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais), o TDI integra o grupo dos transtornos dissociativos, destacando-se por sua complexidade diagnóstica e clínica. O diagnóstico é possível através de avaliações clínicas realizadas por psicólogos e psiquiatras em formato de entrevistas com o paciente e familiares, seguindo os critérios do DSM-5.

Sendo pouco compreendido, o Transtorno dissociativo de personalidade é frequentemente associado a violência, periculosidade e imprevisibilidade em produções cinematográficas e televisivas, contribuindo para a construção de imaginários sociais equivocados. Nesse contexto, o artigo traz como tema representações midiáticas do Transtorno Dissociativo de Identidade e seus impactos na percepção social, a partir da análise do personagem Norman Bates.

Norman Bates é um dos personagens mais icônicos do suspense psicológico, criado por Robert Bloch no romance *Psicose* e eternizado no cinema por Alfred Hitchcock no filme *Psicose*. Dono do isolado Bates Motel, Norman aparenta ser um jovem tímido, educado e solitário, profundamente ligado à memória de sua mãe. No entanto, por trás dessa aparência frágil e cordial, esconde-se uma mente fragmentada marcada por conflitos psicológicos intensos e uma relação

perturbadora com a figura materna. A complexidade de sua personalidade e a dualidade entre inocência e violência fazem de Norman um dos retratos mais marcantes da psicopatologia na cultura popular, explorado tanto no clássico do cinema quanto na série Bates Motel.

A relevância deste estudo fundamenta-se na necessidade de discutir os efeitos das representações midiáticas na construção do estigma associado aos transtornos mentais, especialmente o TDI. A recorrente associação entre dissociação e comportamentos violentos, como observado em Norman Bates, reforça estereótipos prejudiciais e contribui para a marginalização de indivíduos diagnosticados. Além disso, a análise crítica dessas representações torna-se essencial para a prática psicológica, uma vez que o imaginário social influencia diretamente o reconhecimento, o diagnóstico e a adesão ao tratamento. Ao evidenciar as discrepâncias entre a construção ficcional e a literatura científica, este estudo contribui para a desmistificação do transtorno e para a promoção de uma abordagem mais ética e informada.

Desta forma, o artigo apresenta como objetivo geral investigar criticamente a representação do Transtorno Dissociativo de Identidade no personagem Norman Bates, discutindo suas discrepâncias em relação à literatura científica e seus impactos na construção do estigma social. Possuindo ainda, como objetivos específicos: compreender os critérios diagnósticos do TDI a partir de referenciais teóricos contemporâneos; identificar elementos narrativos e comportamentais associados ao TDI na construção do personagem Norman Bates; explorar as divergências entre a representação midiática e a caracterização clínica do transtorno; discutir os efeitos dessas representações na percepção social e no estigma relacionado ao TDI; refletir sobre a importância do diagnóstico e tratamento adequado, bem como a relevância da informação científica na prática psicológica.

Trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa, de caráter exploratório e descritivo, fundamentada em revisão de literatura e análise de conteúdo de obras audiovisuais. A escolha da abordagem qualitativa justifica-se pela natureza interpretativa do objeto de estudo, que envolve a compreensão de significados, representações e construções simbólicas relacionadas ao Transtorno Dissociativo de Identidade no contexto midiático.

A pesquisa foi desenvolvida em duas etapas complementares. Na primeira etapa, realizou-se uma revisão bibliográfica, com o objetivo de reunir e sistematizar conhecimentos acerca do Transtorno Dissociativo de Identidade, incluindo definições, critérios diagnósticos, etiologia e manifestações clínicas. Para tanto, foram utilizados manuais diagnósticos, como o DSM-5, bem como artigos científicos, livros e produções acadêmicas relevantes na área da psicopatologia.

Na segunda etapa, procedeu-se à análise das obras *Psicose* e *Bates Motel*, com foco na construção do personagem Norman Bates. A análise foi orientada por uma perspectiva interpretativa, considerando elementos como comportamento, discurso, relações interpessoais e situações narrativas que sugerem processos dissociativos. A articulação entre os dados provenientes da literatura científica e a análise das obras audiovisuais possibilitou uma leitura crítica das representações midiáticas do transtorno, evidenciando aproximações e distanciamentos em relação à caracterização clínica. Dessa forma, a metodologia adotada busca integrar os campos da psicopatologia e dos estudos de mídia, contribuindo para uma compreensão mais ampla dos impactos sociais dessas representações.

2. DESENVOLVIMENTO

2.1 Diagnóstico do Transtorno Dissociativo de Identidade (TDI)

O Transtorno Dissociativo de Identidade (TDI) constitui uma condição psicopatológica de elevada complexidade, cuja caracterização diagnóstica demanda rigor conceitual e criteriosa avaliação clínica. Inserido no espectro dos transtornos dissociativos, o TDI é reconhecido pela presença de dois ou mais estados de personalidade distintos, que se alternam no controle do comportamento do indivíduo, acompanhados por descontinuidades significativas na experiência de si mesmo e na integração de funções psíquicas fundamentais.

Conforme estabelecido nos principais sistemas classificatórios, em especial o DSM-5-TR, o diagnóstico do TDI fundamenta-se em critérios que abrangem alterações persistentes nos domínios da consciência, memória, identidade, emoção, percepção e funcionamento sensório-motor.

O TDI pode ser descrito como uma... Ruptura da identidade caracterizada por dois ou mais estados de personalidade distintos, que podem ser descritos em algumas culturas como uma experiência de possessão. A ruptura na identidade envolve uma descontinuidade acentuada no senso do Eu e no senso de controle, acompanhada de alterações relacionadas no afeto, comportamento, consciência, memória, percepção, cognição e / ou funcionamento sensório-motor. Esses sinais e sintomas podem ser observados por outros ou relatados pelo próprio indivíduo (American Psychiatric Association, 2013, p. 292).

Tais alterações manifestam-se de forma recorrente e não podem ser compreendidas como parte de práticas culturalmente sancionadas ou experiências religiosas normativas, sendo consideradas clinicamente relevantes quando acarretam sofrimento significativo ou prejuízo funcional em diferentes esferas da vida do indivíduo.

Um elemento central na delimitação diagnóstica do transtorno refere-se à presença de lacunas recorrentes na recordação de informações pessoais relevantes, eventos cotidianos e experiências potencialmente traumáticas, que excedem o esquecimento ordinário. Essas descontinuidades refletem a fragmentação dos processos de integração da memória, constituindo um dos principais marcadores clínicos do TDI. Indivíduos com transtorno dissociativo de identidade apresentam lacunas recorrentes na recordação de eventos cotidianos, informações pessoais importantes e/ou eventos traumáticos, inconsistentes com o esquecimento comum” (American Psychiatric Association, 2013, p. 292).

Adicionalmente, a formulação diagnóstica requer a exclusão de etiologias alternativas, como os efeitos fisiológicos de substâncias psicoativas ou condições médicas gerais que possam justificar os sintomas apresentados. Nesse sentido, a avaliação do TDI exige uma abordagem multidimensional, frequentemente envolvendo entrevistas clínicas estruturadas, instrumentos psicométricos específicos e análise detalhada do histórico do paciente.

Dessa maneira, a explicitação rigorosa dos critérios diagnósticos do Transtorno Dissociativo de Identidade mostra-se essencial não apenas para o diagnóstico, mas também para a fundamentação de intervenções clínicas mais eficazes e eticamente orientadas, considerando a complexidade fenomenológica e a singularidade dos quadros apresentados.

Entre os principais sintomas do TDI, destacam-se as lacunas recorrentes na memória autobiográfica, que vão além do esquecimento comum, a

sensação de despersonalização e desrealização, além da presença de diferentes padrões de comportamento, afetividade e cognição que podem variar entre os estados de identidade. Tais manifestações podem causar sofrimento significativo e prejuízos importantes no funcionamento social, acadêmico e ocupacional do indivíduo.

Em contraste, a representação midiática frequentemente simplifica ou distorce esses elementos clínicos. Filmes, séries e reportagens tendem a enfatizar a ideia de “múltiplas personalidades” completamente independentes e drasticamente diferentes entre si, muitas vezes associando o transtorno a comportamentos violentos ou perigosos. Essa dramatização ignora que, na prática clínica, os estados dissociativos costumam estar ligados a mecanismos de defesa frente ao trauma e não implicam necessariamente em agressividade. A mídia também contribui para a espetacularização do transtorno, reforçando estigmas e desinformação, o que é apontado por estudos como um fator que influencia a percepção social e até o aumento do interesse público recente sobre o tema. A mídia tende a retratar os transtornos mentais de forma sensacionalista, frequentemente associando-os à violência e à periculosidade, o que contribui para a manutenção do estigma social” (Oliveira et al., 2019, p. 21).

A construção do personagem Norman Bates, originalmente apresentado no filme *Psicose*, dirigido por Alfred Hitchcock, constitui um dos exemplos mais emblemáticos da forma como a mídia contribui para a distorção do Transtorno Dissociativo de Identidade. No enredo, Bates é retratado como um sujeito que alterna entre sua identidade e a de sua mãe falecida, assumindo comportamentos violentos sem aparente consciência. Embora frequentemente interpretado pelo senso comum como um caso de “múltiplas personalidades”, essa representação não corresponde aos critérios clínicos do TDI, uma vez que mescla elementos de psicose, transtornos de personalidade e dissociação de maneira imprecisa. A narrativa constrói uma associação direta entre dissociação e homicídio, reforçando uma lógica ficcional que privilegia o suspense em detrimento da fidelidade científica.

Do ponto de vista psicopatológico, a caracterização de Norman Bates distancia-se significativamente da compreensão clínica contemporânea do TDI. Enquanto o personagem apresenta uma cisão dramatizada, com alternâncias

abruptas e externalizadas, a literatura aponta que os estados dissociativos costumam ser mais sutis, frequentemente encobertos e associados a experiências internas de fragmentação. Além disso, diferentemente da figura construída em *Psicose*, indivíduos com TDI raramente apresentam comportamentos violentos dirigidos a terceiros, sendo mais comum que o sofrimento se manifeste por meio de sintomas internalizantes, como ansiedade, depressão e desregulação emocional. Dessa forma, a representação de Bates contribui para a cristalização de uma imagem equivocada do transtorno, afastando-o de sua base clínica fundamentada no trauma e na dissociação como mecanismo defensivo.

A ampla circulação de narrativas como a de Norman Bates exerce impacto significativo na construção do imaginário social acerca do TDI, reforçando estigmas e preconceitos que ultrapassam o campo da ficção. Ao associar o transtorno à periculosidade, à instabilidade extrema e à imprevisibilidade comportamental, tais representações dificultam o reconhecimento do TDI como uma condição de sofrimento psíquico legítimo, passível de cuidado e intervenção clínica. Esse processo contribui não apenas para a marginalização de indivíduos diagnosticados, mas também para a desinformação generalizada sobre o transtorno, interferindo negativamente na busca por ajuda e na forma como esses sujeitos são percebidos em contextos sociais e institucionais.

Outra divergência, refere-se à forma como ocorre a alternância entre identidades. Enquanto produções midiáticas frequentemente retratam mudanças abruptas, visíveis e facilmente identificáveis, a clínica descreve essas transições como muitas vezes sutis, internas e nem sempre perceptíveis para observadores externos. Além disso, o foco terapêutico não está na “eliminação” de personalidades, mas na integração ou cooperação entre os estados dissociativos, geralmente por meio de psicoterapia de longo prazo. Essa nuance é raramente explorada pela mídia, que privilegia narrativas mais dramáticas e menos fiéis à realidade clínica.

Por fim, as divergências também se manifestam na própria compreensão da etiologia e da prevalência do TDI. Enquanto a mídia pode sugerir que se trata de um fenômeno raro, exótico ou até questionável, a literatura científica indica que o transtorno está frequentemente relacionado a traumas severos e pode estar subdiagnosticado devido à sua complexidade e à dificuldade de identificação.

Assim, a discrepância entre mídia e ciência não apenas distorce o entendimento público, mas também pode impactar negativamente o reconhecimento, o diagnóstico e o tratamento adequado dos indivíduos que vivenciam o transtorno.

As representações midiáticas do Transtorno Dissociativo de Identidade (TDI) exercem forte influência na construção da percepção social sobre o transtorno. Em geral, a mídia tende a retratar o TDI de forma sensacionalista, associando-o a comportamentos violentos, imprevisíveis ou perigosos. Esses conteúdos acabam moldando o imaginário coletivo, levando o público a desenvolver concepções distorcidas sobre o transtorno. As representações sociais dos transtornos mentais são fortemente influenciadas pelos meios de comunicação, os quais contribuem para a construção de estereótipos negativos e para a perpetuação do preconceito (Santos et al., 2020, p. 218).

Estudos apontam que, quando a principal fonte de informação sobre saúde mental é a mídia, há maior probabilidade de formação de estereótipos negativos e generalizações inadequadas.

Como consequência, essas representações contribuem diretamente para o aumento do estigma relacionado ao TDI. O indivíduo diagnosticado passa a ser visto não apenas como alguém que enfrenta um sofrimento psíquico, mas como alguém potencialmente ameaçador ou incapaz de manter relações sociais estáveis. Esse processo de estigmatização pode gerar exclusão social, preconceito e discriminação, dificultando a inserção em contextos como trabalho, escola e convivência familiar. A literatura também destaca que o estigma não se limita ao senso comum, podendo influenciar até mesmo atitudes de profissionais não especializados.

Para Brand et.al, é essencial discutir os aspectos neurológicos do TDI e seus danos à saúde e vida social da vítima, desta forma,

Com ênfase no prognóstico desses casos e nos custos advindos do tratamento de um quadro geralmente crônico como é o TDI. Por outro lado, reconhecem que a mídia e as narrativas fictícias em livros e filmes sobre múltiplas personalidades tendem a perpetuar falsas concepções acerca do TDI, como a ideia de que os portadores do transtorno seriam violentos e antissociais ou que os sintomas são evidentes e intensos, quando, na verdade, os episódios de violência seriam infrequentes e, em muitos casos, os sintomas do transtorno seriam sutis ou mesmo imperceptíveis a um observador externo (Oliveira, 2019, p.21).

Outro efeito relevante diz respeito à internalização desse estigma pelos próprios indivíduos com TDI. Estudos indicam que a exposição constante a representações negativas pode levar à chamada autoestigmatização, em que a pessoa passa a incorporar essas visões distorcidas, desenvolvendo sentimentos de vergonha, culpa e inadequação. Isso pode impactar negativamente a autoestima e agravar o sofrimento psicológico, além de interferir na construção da identidade e na capacidade de buscar apoio social.

As consequências dessas representações também se refletem na busca por tratamento e no processo terapêutico. O medo de ser julgado ou incompreendido pode levar indivíduos com sintomas dissociativos a evitar o contato com serviços de saúde mental, atrasando o diagnóstico e o início do tratamento. Além disso, a desinformação disseminada pela mídia pode gerar expectativas irreais sobre a terapia, prejudicando a adesão ao tratamento. Nesse sentido, a literatura ressalta a importância de promover representações mais responsáveis e baseadas em evidências, como forma de reduzir o estigma e favorecer uma compreensão mais empática e informada sobre o TDI.

No que se refere aos dados epidemiológicos, observa-se que ainda há uma escassez de estudos que investiguem de forma consistente a prevalência do transtorno na população geral, o que dificulta uma compreensão mais ampla de sua distribuição e impacto.

A investigação da prevalência do Transtorno Dissociativo de Identidade (TDI) ainda se apresenta como um campo incipiente na literatura científica, especialmente em razão da complexidade diagnóstica e das dificuldades metodológicas envolvidas em sua identificação. Apesar disso, estudos recentes têm buscado oferecer estimativas que contribuam para a compreensão da distribuição do transtorno na população geral, indicando não apenas sua ocorrência, mas também aspectos relacionados a variáveis como sexo e faixa etária.

São poucos estudos que abordam a prevalência do TDI na população, Baggio et al (2024) afirmam que o transtorno afeta 1,5% da população, com homens e mulheres sendo afetados de maneira proporcional. Já com relação a idade das pessoas acometidas pela enfermidade, não apresentaram prevalência em determinada faixa etária, podendo acometer desde a infância até a população idosa (Viera; Trevisan, 2024, p.2).

Diante desses dados, observa-se que, embora o TDI ainda seja um transtorno pouco investigado em termos epidemiológicos, as evidências disponíveis indicam uma distribuição relativamente homogênea entre os sexos e ao longo das diferentes fases da vida. Tal constatação reforça a necessidade de maior investimento em pesquisas na área, a fim de aprofundar o conhecimento sobre sua prevalência, bem como subsidiar práticas clínicas mais precisas e abrangentes.

A literatura aponta que a complexidade do quadro tende a ser intensificada em contextos de exposição contínua a situações adversas, influenciando diretamente a organização da identidade e os mecanismos dissociativos. Nesse sentido, estudos recentes têm evidenciado não apenas a associação entre o TDI e traumas precoces, mas também possíveis diferenças nas formas de vivência e relato desses eventos entre homens e mulheres. O TDI geralmente é mais complexo quando há trauma infantil prolongado, sendo comuns relatos de pacientes masculinos e femininos demonstrando origem no passado, onde as mulheres relatam mais causas relacionadas ao abuso sexual e os homens desde violência até estupro na infância (Ferreira; Rios; Santos, 2024, p.4).

Diante disso, observa-se que o TDI está profundamente associado a experiências traumáticas precoces, especialmente aquelas marcadas pela repetição e intensidade, as quais contribuem para a fragmentação da identidade como forma de enfrentamento psíquico. Ademais, as diferenças nos relatos entre homens e mulheres evidenciam a necessidade de uma escuta clínica sensível às especificidades de gênero, reforçando a importância de abordagens terapêuticas individualizadas e fundamentadas na compreensão do histórico traumático de cada indivíduo.

2.2 A importância do diagnóstico e tratamento

De acordo com as autoras Viera e Trevisan (2024) a compreensão das transformações no campo da saúde mental exige a análise das mudanças paradigmáticas que orientam as práticas de cuidado. Historicamente, o modelo biomédico consolidou-se a partir de uma lógica centrada na hospitalização, na fragmentação do trabalho em saúde e na primazia do saber médico, priorizando a medicalização e o controle dos sintomas. Em contraposição, a partir do Movimento

da Reforma Psiquiátrica, emerge o paradigma psicossocial, que propõe uma reconfiguração das práticas assistenciais, fundamentada na interdisciplinaridade, na valorização do sujeito e na ampliação dos espaços de cuidado para além das instituições hospitalares. Nesse contexto, a citação a seguir evidencia as principais diferenças entre esses modelos e os avanços promovidos pela perspectiva psicossocial. Uma das abordagens utilizadas é a Terapia do Esquema, que consiste em uma psicoterapia integrativa que tem sido proposta como tratamento para TDI e os estudos apontam um potencial para se tornar um tratamento baseado em evidências para TDI.

O cuidado psicossocial rompe com o paradigma biomédico que tem no hospital psiquiátrico o local centralizador do tratamento das pessoas em sofrimento psíquico; com equipe multidisciplinar de trabalho, mas que se caracteriza pela fragmentação de tarefas e a supervalorização do saber médico, além de enfatizar os sintomas e a terapêutica medicamentosa, já o paradigma psicossocial estabelecido pós Movimento da Reforma Psiquiátrica, é caracterizado pelo trabalho em equipe interdisciplinar e as intervenções são baseadas em diferentes recursos terapêuticos, enfatizando a autonomia, cidadania e a participação social da pessoa em sofrimento psíquico, inclusão pelo trabalho e cuidado também com foco na família, na comunidade e com o próprio sujeito. Esse paradigma propõe a promoção de um cuidado eficaz e humanizado, com a participação do sujeito no tratamento, como protagonista de sua história, sendo assim, o paradigma psicossocial assume o importante papel de nortear a construção de novas práticas e serviços em saúde mental (Viera; Trevisan, 2024, p.3).

Diante do exposto, observa-se que o paradigma psicossocial representa uma mudança significativa na forma de compreender e intervir no sofrimento psíquico, ao priorizar práticas mais integradas, humanizadas e centradas no sujeito. Ao promover a autonomia, a inclusão social e a participação ativa no processo terapêutico, esse modelo contribui para a construção de estratégias de cuidado mais eficazes e éticas, alinhadas aos princípios da cidadania e dos direitos humanos na saúde mental.

A análise desses paradigmas de cuidado em saúde mental pode ser enriquecida quando articulada à representação de personagens fictícios que evidenciam, ainda que de forma dramatizada, a complexidade do sofrimento psíquico, como é o caso de Norman Bates, do filme *Psicose*. O personagem apresenta manifestações que podem ser interpretadas à luz de um quadro dissociativo associado a traumas precoces, especialmente no contexto de uma relação materna marcada por violência, controle e possível abuso. Sob a ótica do

modelo biomédico tradicional, um sujeito com tais características seria, historicamente, encaminhado à institucionalização psiquiátrica, com foco na contenção dos sintomas e na medicalização, desconsiderando, muitas vezes, os determinantes subjetivos e contextuais de seu sofrimento.

Por outro lado, ao considerar o paradigma psicossocial, é possível refletir sobre como uma abordagem centrada na escuta qualificada, no acompanhamento interdisciplinar e na inclusão social poderia favorecer uma compreensão mais ampla da trajetória de Norman Bates. Nesse sentido, intervenções voltadas para o fortalecimento da autonomia, a elaboração dos traumas e a construção de vínculos sociais poderiam contribuir para formas mais eficazes e humanizadas de cuidado. Embora se trate de uma representação ficcional, o personagem ilustra, de maneira significativa, a importância de práticas em saúde mental que ultrapassem a lógica exclusivamente biomédica, reafirmando a centralidade do sujeito em seu processo terapêutico.

A análise do acesso ao tratamento em saúde mental para indivíduos com transtornos dissociativos evidencia importantes fragilidades no reconhecimento e manejo clínico dessas condições. Apesar de uma parcela significativa desses indivíduos estar inserida em serviços de saúde, observa-se que a complexidade diagnóstica e a sobreposição de sintomas frequentemente contribuem para equívocos na identificação do transtorno, o que compromete a efetividade das intervenções. Além disso, a ausência de protocolos terapêuticos específicos e amplamente consolidados para a dissociação reforça os desafios enfrentados tanto pelos profissionais quanto pelos pacientes, conforme destaca Viera e Trevisan,

Estima-se que 28% a 48% dos indivíduos com transtorno dissociativo recebem tratamento de saúde mental. Dentre esta estimativa muitas vezes são distribuídos diagnósticos errôneos, incessantes hospitalizações e a descrença na equipe de saúde e o fato de não existir um tratamento específico para dissociação pode ocasionar má qualidade de vida (Viera; Trevisan, 2024, p.3).

Diante desse cenário, constata-se que, embora haja algum nível de acesso aos serviços de saúde mental, a qualidade do cuidado ofertado ainda apresenta limitações significativas. Os diagnósticos imprecisos, as recorrentes hospitalizações e a fragilidade no vínculo com a equipe de saúde tendem a agravar o sofrimento psíquico e impactar negativamente a qualidade de vida dos indivíduos.

Assim, torna-se fundamental o investimento em formação profissional, aprimoramento dos critérios diagnósticos e desenvolvimento de abordagens terapêuticas mais eficazes, a fim de promover um cuidado mais qualificado, contínuo e centrado nas necessidades do sujeito.

A busca por estratégias terapêuticas complementares no campo da saúde mental tem ganhado destaque, especialmente diante da complexidade dos quadros psiquiátricos e das limitações de intervenções exclusivamente convencionais. Nesse contexto, estudos de caso assumem relevância ao evidenciar, de forma aprofundada, os efeitos de práticas integrativas no manejo de sintomas psíquicos. A utilização de instrumentos sistemáticos de avaliação, como escalas psiquiátricas que mensuram aspectos emocionais, comportamentais e cognitivos, possibilita o acompanhamento da evolução clínica do indivíduo. Assim, a citação apresentada destaca a aplicação da acupuntura como estratégia de intervenção em um paciente idoso, evidenciando seus possíveis benefícios no alívio de sintomas relacionados ao sofrimento psíquico.

Em um estudo de caso realizado com um idoso de 68 anos a Escala Breve de Avaliação Psiquiátrica utilizada para avaliar periodicamente de 1 a 5 sobre elementos relacionados a preocupação, desorganização, retraimento emocional, sentimento de culpa ou remorso, tensão, manifestações físicas ou motoras, humor depressivo, hostilidade e demais sentimentos relacionados. (..) Nesse estudo foi utilizado a acupuntura como estratégia de intervenção e foi possível identificar diversos avanços em um tempo limitado na prática da acupuntura. Acredita-se que com uma frequência maior seriam identificadas mudanças ainda mais satisfatórias. Indubitavelmente, a acupuntura proporcionou ganhos para o indivíduo, auxiliando nos sintomas relacionados a paranoia, irritação, sentimentos de desconfiança e estresse (Viera; Trevisan, 2024, p.6).

Diante dos achados descritos, observa-se que a acupuntura pode se configurar como um recurso terapêutico complementar promissor no cuidado em saúde mental, contribuindo para a redução de sintomas como paranoia, irritabilidade, desconfiança e estresse. Ainda que os resultados indiquem avanços em um período limitado, sugere-se que intervenções mais frequentes possam potencializar tais benefícios. Dessa forma, reforça-se a importância de abordagens integrativas e individualizadas, que considerem a singularidade do sujeito e ampliem as possibilidades de cuidado, promovendo melhora na qualidade de vida e no bem-estar psicológico.

A ampliação das estratégias terapêuticas no tratamento do Transtorno Dissociativo de Identidade (TDI) tem evidenciado a relevância de intervenções psicoeducacionais, especialmente aquelas mediadas por recursos tecnológicos. Tais abordagens visam não apenas a compreensão dos efeitos do trauma, mas também o desenvolvimento de habilidades práticas voltadas à regulação emocional, manejo de sintomas e prevenção de comportamentos de risco. Nesse contexto, programas estruturados e acessíveis, como intervenções online, configuram-se como ferramentas promissoras ao possibilitar a capacitação conjunta de pacientes e terapeutas, promovendo maior autonomia e engajamento no processo terapêutico, conforme ilustrado na citação apresentada.

De maneira análoga, outro artigo apresenta o resultado de uma intervenção psicoeducacional realizada de forma online com uma amostra de 111 pacientes com diagnóstico de TDI, indicados pelos seus terapeutas. Os materiais psicoeducacionais abordaram o impacto do trauma, as reações traumáticas complexas; técnicas de gestão de sintomas e emoções; e a natureza e as funções da Autolesão Não Suicida (ALNS), dos comportamentos suicidas e de risco entre pessoas traumatizadas. Foram utilizados exercícios práticos em vídeo, escritos e comportamentais, o programa forneceu aos terapeutas e pacientes capacitação, para criar habilidades para melhorar a regulação emocional, gerenciar problemas de segurança e diminuir os sintomas. A participação foi associada a reduções na dissociação e nos sintomas de TEPT, melhor regulação emocional e maiores capacidades adaptativas. Foram percebidas também melhorias na apresentação altas taxas de ALNS entre os pacientes mais autolesivos foram particularmente impressionantes. Embora todos os grupos de pacientes tenham apresentado melhorias significativas, os indivíduos com níveis mais elevados de dissociação demonstraram uma melhoria maior e mais rápida em comparação com aqueles com níveis mais baixos de dissociação. (Viera; Trevisan, 2024, p.6).

Diante dos resultados expostos, observa-se que intervenções psicoeducacionais online podem produzir impactos significativos na redução de sintomas dissociativos e de transtorno de estresse pós-traumático, além de favorecer a regulação emocional e o desenvolvimento de estratégias adaptativas. Destaca-se, ainda, a eficácia dessas intervenções em casos mais graves, como em indivíduos com maiores níveis de dissociação e comportamentos autolesivos, os quais apresentaram melhorias mais expressivas. Assim, reforça-se a importância da incorporação de abordagens inovadoras e acessíveis no cuidado em saúde mental, contribuindo para tratamentos mais eficazes, abrangentes e centrados nas necessidades dos indivíduos com TDI.

A complexidade do Transtorno Dissociativo de Identidade (TDI) exige abordagens terapêuticas estruturadas e de longo prazo, capazes de contemplar tanto a gravidade dos sintomas quanto a profundidade das experiências traumáticas associadas ao transtorno. Nesse contexto, a psicoterapia psicodinâmica tem se destacado como uma das principais referências no tratamento do TDI, organizando-se em etapas progressivas que visam, inicialmente, a estabilização do indivíduo, seguida pela elaboração dos traumas e, por fim, pela integração da identidade. Tal modelo evidencia não apenas a complexidade do processo terapêutico, mas também os desafios inerentes à condução do tratamento, conforme apresentado na citação.

De acordo com Bachrach et al. (2023) o tratamento do TDI geralmente segue uma abordagem de psicoterapia psicodinâmica baseada na prática, que consiste em três fases: a estabilização dos sintomas, o processamento do trauma e a integração e reabilitação da identidade. A terceira fase é a mais difícil de ser alcançada. O tratamento é longo e a remissão dos principais sintomas do TDI é discreta, havendo necessidade de ampliar as pesquisas sobre estratégias de cuidado para essa população.

Diante disso, observa-se que o tratamento do TDI é um processo prolongado e de difícil condução, especialmente no que se refere à etapa final de integração da identidade, considerada a mais desafiadora. A limitada remissão dos sintomas reforça a necessidade de continuidade do acompanhamento terapêutico e evidencia lacunas no conhecimento científico acerca de intervenções mais eficazes. Assim, torna-se imprescindível o investimento em pesquisas que ampliem as estratégias de cuidado, contribuindo para a construção de abordagens mais efetivas e adequadas às demandas dessa população.

A representação de personagens com Transtorno Dissociativo de Identidade (TDI) como indivíduos perigosos ou criminosos contribui para a construção e manutenção de estigmas sociais profundamente prejudiciais. A literatura científica aponta que transtornos mentais, de modo geral, são frequentemente associados à violência de forma equivocada, reforçando estereótipos que não correspondem à realidade clínica. No caso do TDI, essa distorção é ainda mais problemática, uma vez que se trata de um transtorno fortemente relacionado a experiências traumáticas, sobretudo na infância, sendo os indivíduos acometidos, na maioria das vezes, vítimas de violência. Assim, a

associação recorrente entre dissociação e criminalidade contribui para a desinformação e dificulta a compreensão adequada do transtorno.

Nesse contexto, o personagem Norman Bates, constitui um exemplo emblemático dessa representação distorcida. Embora a obra tenha grande relevância histórica no cinema, sua construção narrativa associa diretamente a dissociação à prática de homicídios, reforçando a ideia de que indivíduos com fragmentação da identidade são inerentemente perigosos. Estudos acadêmicos indicam que esse tipo de representação midiática influencia negativamente a percepção pública, gerando medo, preconceito e discriminação. Além disso, tais retratações tendem a simplificar e dramatizar excessivamente o transtorno, desconsiderando sua complexidade clínica e os processos terapêuticos envolvidos.

Por fim, pesquisas na área da saúde mental ressaltam que o estigma associado aos transtornos dissociativos pode impactar diretamente o acesso ao cuidado e a adesão ao tratamento. Quando indivíduos com TDI são socialmente percebidos como ameaçadores, há maior probabilidade de isolamento social, descrédito de seus relatos e até mesmo abordagens inadequadas por parte de profissionais não especializados. Dessa forma, a perpetuação de personagens como Norman Bates, enquanto figuras violentas, contribui para a marginalização desses sujeitos, reforçando a necessidade de produções culturais mais responsáveis e alinhadas às evidências científicas, que promovam uma compreensão mais ética, humanizada e realista do transtorno.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O artigo apresenta como objetivo geral investigar criticamente a representação do Transtorno Dissociativo de Identidade no personagem Norman Bates, discutindo suas discrepâncias em relação à literatura científica e seus impactos na construção do estigma social. Possuindo ainda, como objetivos específicos: compreender os critérios diagnósticos do TDI a partir de referenciais teóricos contemporâneos; identificar elementos narrativos e comportamentais associados ao TDI na construção do personagem Norman Bates; explorar as divergências entre a representação midiática e a caracterização clínica do transtorno; discutir os efeitos dessas representações na percepção social e no

estigma relacionado ao TDI; refletir sobre a importância do diagnóstico e tratamento adequado bem como a relevância da informação científica na prática psicológica.

No que se refere aos objetivos específicos, foi possível, em um primeiro momento, compreender os critérios diagnósticos do Transtorno Dissociativo de Identidade a partir de referenciais teóricos atualizados, especialmente aqueles fundamentados em manuais diagnósticos como o DSM-5. Evidenciou-se que o TDI constitui um transtorno de elevada complexidade, marcado por descontinuidades na identidade, na memória e na consciência, frequentemente associado a experiências traumáticas precoces. Em seguida, a análise do personagem Norman Bates permitiu identificar elementos narrativos e comportamentais que sugerem dissociação, tais como a fragmentação da identidade e a presença de conflitos psíquicos intensos, ainda que apresentados de forma simplificada e distorcida no contexto ficcional.

Adicionalmente, foram exploradas as divergências entre a representação midiática e a caracterização clínica do transtorno, destacando-se que a mídia tende a enfatizar aspectos sensacionalistas em detrimento da complexidade psicopatológica. Nesse sentido, constatou-se que tais representações exercem impacto direto na percepção social do TDI, reforçando estigmas, preconceitos e processos de marginalização. Essa constatação permitiu também refletir sobre a relevância do diagnóstico adequado, do acesso a tratamentos fundamentados cientificamente e da importância da disseminação de informações qualificadas na prática psicológica, de modo a promover uma compreensão mais ética e humanizada do transtorno.

No que concerne ao prognóstico, destaca-se a necessidade de avanços tanto no campo científico quanto no âmbito sociocultural. Torna-se imprescindível o fortalecimento de pesquisas que aprofundem a compreensão do TDI, bem como o investimento na formação de profissionais capacitados para o manejo clínico dessa condição. Paralelamente, é fundamental incentivar a produção de representações midiáticas mais responsáveis e alinhadas às evidências científicas, contribuindo para a desconstrução de estigmas e para a promoção de uma visão mais realista e menos preconceituosa acerca dos transtornos mentais.

Durante o desenvolvimento deste estudo, foram identificadas algumas limitações importantes, dentre as quais se destaca a escassez de produções

científicas que articulem diretamente o Transtorno Dissociativo de Identidade às suas representações midiáticas, o que restringe a amplitude das análises comparativas. Soma-se a isso a limitação de dados epidemiológicos consistentes sobre o transtorno, bem como sua própria complexidade diagnóstica, que envolve múltiplas variáveis e exige avaliações clínicas aprofundadas. Tais fatores configuram desafios significativos para a produção de conhecimento mais abrangente e sistematizado na área.

Por fim, no que se refere às possibilidades de pesquisas futuras, sugere-se o desenvolvimento de estudos de campo que possam ampliar a compreensão empírica do fenômeno. Investigações que envolvam entrevistas com profissionais da saúde mental, especialmente psicólogos e psiquiatras, podem contribuir para identificar percepções clínicas acerca do TDI e dos impactos das representações midiáticas no processo diagnóstico e terapêutico. Além disso, pesquisas com indivíduos diagnosticados com o transtorno podem oferecer subsídios relevantes sobre experiências de estigmatização, acesso ao cuidado e vivências subjetivas. Também se mostram pertinentes estudos que analisem a percepção social do TDI em diferentes contextos culturais, possibilitando a construção de estratégias educativas e interventivas mais eficazes, éticas e comprometidas com a promoção da saúde mental.

REFERÊNCIAS

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION (APA). Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders, fifth edition (DSM-5). Washington, DC: American Psychiatric Publishing.

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. *Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais: DSM-5*. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2013.

BRAND, B. L., SCHIELKE, H. J., & BRAMS, J. S. Assisting the courts in understanding and connecting with experiences of disconnection: Addressing traumarelated dissociation as a forensic psychologist, part I. *Psychological Injury and Law*, v. 10, 2017, p. 283–297.

BRAND, B. L., SCHIELKE, H. J., BRAMS, J. S., & DICOMO, R. A. Assessing trauma-related dissociation in forensic contexts: Addressing trauma-related dissociation as a forensic psychologist, part II. *Psychological Injury and Law*, v. 10, 2017., p. 298– 312.

FAMP. **Transtorno dissociativo de identidade: uma revisão de literatura.** *Revista Saúde Multidisciplinar*, [S.l.], v. 10, n. 1, p. 1-10, 2021. Disponível em: <https://revistas.famp.edu.br/revistasaudemultidisciplinar/article/view/784>. Acesso em: 26 abr. 2026.

FERREIRA, Arthur de Castro; RIOS, Hemily Moza; SANTOS, Mariana Fernandes Ramos dos. **Transtorno dissociativo de identidade e o trabalho do psicólogo: os desafios da construção de um diagnóstico.**

OLIVEIRA, M. L.; et al. **Transtorno dissociativo de identidade: desafios diagnósticos e clínicos.** *Revista Eletrônica Multidisciplinar de Estudos Científicos em Saúde*, [S.l.], v. 3, n. 1, p. 45-60, 2022. Disponível em: <https://www.revistaremeccs.com.br/index.php/remecs/article/view/2008>. Acesso em: 26 abr. 2026.

OLIVEIRA, M. L.; et al. **Estigma associado aos transtornos mentais e suas implicações sociais.** *Revista Eletrônica Multidisciplinar de Estudos Científicos em Saúde*, [S.l.], v. 3, n. 1, p. 45-60, 2022. Disponível em: <https://www.revistaremeccs.com.br/index.php/remecs/article/view/2008>. Acesso em: 26 abr. 2026.

OLIVEIRA, M. L.; et al. **Transtornos dissociativos e suas representações sociais: desafios para a prática clínica.** *Revista Eletrônica Multidisciplinar de Estudos Científicos em Saúde*, [S.l.], v. 2, n. 3, p. 15-25, 2019. Disponível em: <https://www.revistaremeccs.com.br/index.php/remecs/article/view/2008>. Acesso em: 26 abr. 2026.

SANTOS, J. R.; et al. **Transtorno dissociativo de identidade: aspectos diagnósticos e implicações clínicas e forenses.** *Fragmentos de Cultura*, São Paulo, v. 30, n. 2, p. 215-228, 2020. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/fid/article/view/46307>. Acesso em: 26 abr. 2026.

SILVA, A. C.; et al. **Transtorno dissociativo de identidade: uma revisão teórica.** *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, Brasília, v. 35, e35412, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ptp/a/NJtYnRHpWWJ9hVDMWXhBn7v/>. Acesso em: 26 abr. 2026.

VIEIRA, Maria Gabriela Barbosa; TREVISAN, Erika Renata. **Estratégias de cuidado psicossocial com pessoas com transtorno dissociativo de identidade.** *Sanare*, Sobral, v. 23, n. 1, p. 101–111, jan./jun. 2024.

SOB O OLHAR DA LOUCURA: a verdade por trás da reforma psiquiátrica no século XXI no Brasil

Anna Clara Silva Sampaio
Graduanda Psicologia Uni-FACEF
annaclarasampaio06@gmail.com

Bianca Oliveira Canavez
Graduanda Psicologia Uni-FACEF
bia.canavez@hotmail.com

Gianna Emanuela Ferreira Neves
Graduanda Psicologia Uni-FACEF
giannaemanuelaferreiraneves@gmail.com

Mariana Machado Guedes
Graduanda Psicologia Uni-FACEF
guedesmariana947@gmail.com

Sofia Muniz Alves Gracioli
Professora Uni-FACEF- Doutora FFCLRP-USP
sofiagracioli@yahoo.com.br

1. INTRODUÇÃO

A reforma psiquiátrica foi um movimento revolucionário que se iniciou no período pós-segunda guerra na Europa, tendo como protagonista o psiquiatra italiano Franco Basaglia, que denunciou o cenário desumano do tratamento das patologias mentais em todos os seus ambientes inseridos. Diante desse contexto, no Brasil os ideais da reforma propagados na Itália tiveram relevância em 1970 com figuras como Nise da Silveira e movimentos como o Movimento dos Trabalhadores em Saúde Mental (MTSM), entretanto, foi somente com a criação do Sistema Único de Saúde (SUS) em 1986 que fez tal reforma ganhar força e realmente ser iniciada de forma concreta através dos Centros Dia, atualmente conhecido como CAPS (Centro de Atenção Psicossocial). No ambiente político legislativo, a Reforma Psiquiátrica brasileira foi consolidada juridicamente pela Lei 10.216 em 6 de abril de 2001, mas sua teorização iniciou a

ser produzida no mesmo ano da criação do SUS, colocando em evidência o retardo e burocratização sob as leis que envolvam tal tema.

Além do contexto histórico, a Reforma carrega em si como força motriz a desinstitucionalização da loucura, combatendo a lógica manicomial de exclusão, violência e segregação presente nos hospitais psiquiátricos e na sociedade. Tudo isso coloca em foco a influência do positivismo dentro do contexto do nascimento da psiquiatria clínica, que inaugura consigo a tomada de objeto de estudo a loucura como fonte científica, dentro da justificativa de medicalização e reclusão das pessoas apreendidas como doentes mentais não racionais. Portanto a luta antimanicomial tem como principal foco a ressocialização do indivíduo anteriormente institucionalizado, reconstrução da imagem do doente mental como ser portador da patologia, mas não reduzido a essa, sendo capaz assim de romper as barreiras dos estereótipos e estigmas personificados no contexto social.

Ainda que historicamente tenham se passado trinta anos desde o início da luta antimanicomial, é ainda presente a alienação da população brasileira sobre a verdadeira aplicação da reforma em gênese. Por isso, faz-se relevante o presente debate para reafirmar a conscientização acerca dos ideais que potencializam o processo de reinserção social das pessoas com patologias mentais e a mudança no modelo biomédico de tratamento quanto às pessoas como também aos estigmas desenvolvidos ao longo da história da Psiquiatria.

Dessa maneira, o tema objetiva explorar os aspectos históricos desde o início da idealização da reforma psiquiátrica até o tempo atual, baseado em bibliografias que influenciam o olhar contemporâneo sob à saúde mental, suas ramificações nos diversos contextos de cuidado e o desenvolvimento ainda recente da reforma e seus impactos na sociedade em contexto nacional.

Com esse fim, o referencial metodológico do presente artigo provém de teóricos, bibliografias, pesquisas e contextos históricos que refletem o tema tratado, além de basear-se na esfera política legislativa que reflete essencialmente na cultura dominante e maneira de ação sobre o assunto.

2. A HISTORICIDADE DA REFORMA PSIQUIÁTRICA E A CONCEITUALIZAÇÃO DA LOUCURA

A visão mediante a loucura encontrou-se com diversas definições ao longo dos diferentes momentos históricos, passando pelo caminho de exaltação até chegar ao caminho de encarceramento e segregação. Nesse contexto, cabe analisar a visão da loucura dentro dos povos Gregos, os quais viam a mesma como algo característico da pessoa com poderes diversos, que era ouvida e valorizada, haja vista que a loucura era a maneira de manifestação do divino para essa população. Já na Idade Média, a loucura passa a ser vista como expressão da potência humana, sendo cultuado em um misto de terror e atração.

Entretanto, com o surgimento do racionalismo, o cenário mediante a loucura se altera, e esta deixa de ser vista como algo positivo, assumindo o status de desrazão, sendo o louco aquele que foge das normas morais racionais. Logo, a loucura ganha um caráter moral, sendo vista como desqualificante. Atrelado a isto, diante da lógica capitalista e da sociedade do consumo, todo aquele que foge dos padrões necessários para a produção passa a ser institucionalizado e visto como louco, desviante da norma e sem valor, sob a prerrogativa do controle social a tudo que fosse desviante. (Ribas, 2009)

De acordo com os estudos de Bianchetti (1998 apud PEREIRA, 2008), a medicina foi avançando, e com ela o conceito de deficiência passou a ter perfis que se diferenciavam do que se conhecia até o momento. O corpo começou a ser tratado como uma máquina e aquilo que era considerado deficiência ou doença, passou a ser visto como uma alteração ou problema. A partir desse momento, a sociedade, que até então usava o místico e o sobrenatural para tentar explicar as deficiências, passa a tratá-la como uma anomalia, um desequilíbrio ou uma irregularidade.

A medicina acompanhou o crescimento de todos os campos do conhecimento, observado entre os séculos XVII e XVIII. Esse crescimento acontecia numa época em que a saúde e a doença disputavam o homem assim como o bem e o mal disputavam o mundo (CANGUILHEM, 1978, p. 77 apud PEREIRA, 2008, p. 24)

Dentro do contexto histórico anterior ao século XVIII, é visto a retratação de uma política social e de moral pública que contextualiza o hospital como uma mistura "...de casa de correção, caridade e hospedaria, espaço de

populações heterogêneas.” (Amarante, 1998, p.25) Desse modo, o ambiente hospitalar era visto somente como lugar de depósito de pessoas não aptas a conviver em sociedade, impondo um ideal de exclusão, assistência ou até filantrópico, apoiando a visão das anormalidades como desafortuno sobrenatural, embasado na religião. Com o decorrer dos anos, Pinel teve como figura central na criação do personagem do médico clínico a partir de 1793, postulando:

[...] o isolamento como fundamental a fim de executar regulamentos de polícia interna e observar a sucessão de sintomas para descrevê-los. Organizando desta forma o espaço asilar, a divisão objetiva a loucura e dá-lhe unidade, desmascarando-a ao avaliar suas dimensões médicas exatas, libertando as vítimas e denunciando suspeitos. (Amarante, 1998, p.25)

Assim, a formação do hospital no século XVIII postulou um ambiente de manifestação da doença, com práticas centradas entre uma relação da medicina com o processo de hospitalização que constituiu um poder institucional-social da época baseado na assistência e tutela. Em seguimento de tal corrente, é possível observar a partir da segunda metade do século XIX, o saber psiquiátrico como demandador de ordenação dos sujeitos, o qual tomou posse de ideais positivistas, baseando-se o modelo da psiquiatria no observável, descritível e comprovação científica. (Amarante, 1998).

Como primeiro passo à reforma, tem-se ainda a figura de Pinel, que constitui tal ação pela transformação simbólica do espaço hospitalar de medicalização em instituição médica, fundando a psiquiatria e, como consequência, o hospital psiquiátrico. Isso constitui assim um espaço ilusório, mas em contrapartida, libertador dos estigmas dos loucos, conceitualizando o espaço hospitalar como não restritivo.

O período pós-guerra foi o potencializador de teorias sobre a reforma psiquiátrica contemporânea, como aponta Amarante (1998, p 27)

Conforme a periodização estabelecida por Birman & Costa (1994), a respeito das psiquiatrias reformadas, organizamos os itens subseqüentes, observando a seguinte ordenação: a psicoterapia institucional e as comunidades terapêuticas, representando as reformas restritas ao âmbito asilar; a psiquiatria de setor e psiquiatria preventiva, representando um nível de superação das reformas referidas ao espaço asilar; por fim, a antipsiquiatria e as experiências surgidas a partir de Franco Basaglia, como instauradoras de rupturas com os movimentos anteriores, colocando em questão o próprio dispositivo médico-psiquiátrico e as instituições e dispositivos terapêuticos a ele relacionados.

Tendo como foco no movimento antipsiquiátrico, com surgimento na década de 60 na Inglaterra atrelados aos movimentos de contracultura que criticaram de maneira explícita as práticas de violência, violação dos direitos humanos e da inadequação da tratativa no contexto asilar, denunciando-as. Isso contribui com o início da reconceitualização da loucura, vista não mais como algo inerente às pessoas tidas como “loucas”, mas como entre os homens da sociedade como um todo, colocando o tratamento das pessoas como digno de análise e sem repressão de sintomas, auxiliada com o apoio do grupo que envolve os multiprofissionais que poderão dar suporte, mas com responsabilidade social. Rompe-se com essa teoria por fim o saber psiquiátrico moderno, introduzindo historicamente a tradição basagliana e o movimento da Psiquiatria Democrática Italiana (PDI), fundado em 1973 em Bolonha.

Com a presença dos manicômios e as tentativas de humanizar tais ambientes, foi através do ideário Franco Basaglia que foi pontuado que a humanização aconteceria a partir do momento em que superasse os limites institucionais, colocando a cidadania no lugar da assistência, tutela e reclusão social.

3. A VERDADE: O OLHAR DA SOCIEDADE BRASILEIRA A PARTIR DA REFORMA PSIQUIÁTRICA

A partir dos ideais difundidos no exterior, a reforma psiquiátrica postulou-se no âmbito nacional como uma forma de resistência ao modelo médico institucionalizante vigente até então. Tais concepções levaram a sociedade a desenvolver uma visão acerca da loucura que advém, principalmente, da visão manicomial, que era usada como forma de segregação e controle social daqueles que fogem dos padrões, dos que não se encaixam, dos diferentes. Tal visão foi por muito tempo sinônimo de uma prisão mantida pelo poder invisível dos estigmas e da multiplicidade das maneiras de controle, como aponta Foucault (1988, p.86)

E se é verdade que o jurídico pode servir para representar, de modo sem dúvida não exaustivo, um poder essencialmente centrado na coleta e morte, ele é absolutamente heterogêneo com relação aos novos procedimentos de poder que funcionam, não pelo direito, mas pela técnica, não pela lei mas pela normalização, não pelo castigo mas pelo

controle, e que se exercem em níveis e formas que extravasam do Estado e de seus aparelhos para o meio social.

Diante disso, é possível concluir que a reforma psiquiátrica no Brasil surge como forma de resistência ao poder do Estado, que era moralizante e segregacionista, deixando as margens do corpo social todos aqueles que de alguma maneira fugiam dos padrões de saúde mental. A visão então se modifica e o Estado deixa de ser detentor de todos os saberes, a população brasileira toma consciência das barbaridades que estavam sendo feitas em nome da saúde mental, ganhando força a partir de mobilizações sociais como o movimento dos trabalhadores em Saúde Mental e a luta antimanicomial. Essas mobilizações assumem um papel relevante possibilitando abertura para denúncias e acusações ao sistema principalmente nacional de assistência psiquiátrica que incluíam torturas, corrupções e fraudes em suas organizações. Um marco para o surgimento do MTSM segundo Amarante, foi a “crise da Dinsam”:

‘Crise da DINSAM’ é como fica conhecido o movimento de denúncias, reivindicações e críticas deflagrado no Rio de Janeiro, nos quatro hospitais da Divisão Nacional de Saúde Mental do Ministério da Saúde, no primeiro trimestre de 1978, por um grande número de ‘bolsistas’, na verdade, profissionais que atuam na prestação de assistência nas unidades. A mobilização dos bolsistas encontra eco no CEBES, por um viés voltado principalmente para a crítica ao modelo sanitário brasileiro, e no Sindicato dos Médicos, recém-assumido pelo REME, no qual destaca-se fundamentalmente o viés corporativo/trabalhista. (1995, p.90)

Tal movimento provocado pelo setor psiquiátrico, impulsiona o nascimento ao MTSM - Movimento dos Trabalhadores em Saúde Mental, que vem com uma proposta em cima de articulações sociais que sobrepõem o muro dos manicômios. Ainda que com propostas e ideais parecidos sobre a ótica da loucura e sua institucionalização, o MTSM passa por uma ruptura com a reforma psiquiátrica por seu caráter social estabelecido pela institucionalização do Movimento da Luta Antimanicomial, conhecido como MLA, nos anos 1990. É dessa maneira ativista, inspirada no marxismo, que a Luta Antimanicomial é fundada.

[...]caracterizando-se como autêntico movimento social, organizado em torno da mobilização e agenciamento de resistência e recusa às práticas de internação e exclusão, ao abuso de poder que representa o governo psiquiátrico total sobre a vida e os corpos daqueles que são marcados por um diagnóstico psiquiátrico patologizante e incapacitante, sendo –

não raro em caráter compulsório – submetidos a um “tratamento” manicomial. (Filho, Lemos; 2012, p.58)

Portanto, a reforma psiquiátrica brasileira deve ser compreendida em articulação com outros movimentos sociais que marcaram a história da saúde no país, especialmente a reforma Sanitária. Esta, por sua vez, constitui o contexto no qual emerge a reforma psiquiátrica, compartilhando princípios que buscavam reorientar o modelo de atenção à saúde. Antes da Reforma Sanitária, a assistência à saúde no Brasil estava vinculada ao mercado de trabalho formal, sendo garantida principalmente por meio das caixas de previdência. Dessa forma, apenas trabalhadores com vínculo formal tinham acesso aos serviços de saúde, e a qualidade da assistência variava de acordo com a profissão exercida. Assim, categorias profissionais com maior prestígio, como médicos, dispunham de melhores condições de atendimento em comparação a trabalhadores como mecânicos, pedreiros e operários, o que contribuía para o aprofundamento das desigualdades sociais.

Entre meados da década de 1970 e o final dos anos 1980, período em que se consolidou a Reforma Sanitária, o Brasil enfrentava diversas dificuldades relacionadas à garantia de direitos sociais. A população vivia sob um regime autoritário, marcado por intensa desigualdade social, precariedade no acesso e na qualidade dos serviços de saúde, elevadas taxas de doenças infectocontagiosas e aumento da mortalidade infantil. Diante desse cenário, crescia a insatisfação popular em relação à ausência de políticas públicas eficazes, o que gerava um sentimento coletivo de desassistência e abandono por parte do Estado.

Partindo desse contexto, a Reforma Sanitária passou a defender a saúde como um direito universal, contribuindo diretamente para o surgimento e fortalecimento da reforma psiquiátrica. Esta, por sua vez, tinha como um de seus principais objetivos a desinstitucionalização do cuidado em saúde mental. Nesse sentido, promoveu uma crítica ao modelo hospitalocêntrico, especialmente à centralidade da internação psiquiátrica, o que se expressa na luta antimanicomial e na proposta de progressivo fechamento dos manicômios.

Embora compartilhem princípios comuns, como a defesa da ampliação de direitos, esses dois movimentos apresentam diferenças em seus

focos de atuação. A Reforma Sanitária teve um caráter mais estrutural e administrativo, voltado à reorganização do sistema de saúde, enquanto a reforma psiquiátrica buscou uma transformação social e cultural mais ampla, propondo a ressignificação da relação da sociedade com a loucura e com os sujeitos em sofrimento psíquico. A respeito disso, entende-se que para haver uma mudança de fato efetiva em relação ao modo institucional e asilar de cuidado, não basta mudanças institucionais, são necessárias mudanças que superem a lógica dos hospitais psiquiátricos e do modelo médico de saúde (David Jr, 2002).

No auge desta lógica advinda dos movimentos sociais ativistas, como o MTSM, ocorreu em Brasília, no ano de 1986 a 8ª conferência nacional de saúde, a qual contou com a consulta da população. A partir disso, surge uma nova concepção de saúde, a qual passa a ter como ideal a premissa de que saúde é um direito do cidadão e um dever do Estado. Portanto, é a partir dessa mudança de premissa que princípios básicos são estabelecidos para a boa promoção de saúde, como: universalização do acesso, descentralização e democratização da saúde, promoção de políticas de bem estar por parte estatal, aspirando a saúde de qualidade como requisito básico para o fenômeno da vida.

Mesmo diante de tudo isso, somente em 1989, com a apresentação do projeto de lei 3.657/89, que os direitos dos doentes mentais são postulados e grandes mudanças ocorrem no âmbito jurídico.

Em 1989, houve a apresentação do Projeto de Lei no 3.657/89, de autoria do deputado Paulo Delgado, que regulamentava os direitos dos doentes mentais em relação ao tratamento e indicava a extinção progressiva dos manicômios públicos e privados, e sua substituição pelos serviços extra-hospitalares. A partir daí, tiveram início as principais transformações no campo jurídico-político, que provocaram enorme polêmica na mídia, na sociedade em geral e em alguns familiares. Alguns se posicionaram contra, e outros, a favor, mas o mais importante foi que os temas da loucura, da assistência psiquiátrica e dos hospitais psiquiátricos invadiram a mídia nacional. O Projeto de Lei foi transformado na Lei nº 10.216, de 6 de abril de 2001, atualmente em vigor, que dispõe sobre a extinção progressiva dos manicômios e sua substituição por novas modalidades de atendimento, como Hospitais-Dia (HDs), Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) e Lares Protegidos. Propondo a substituição gradativa dos leitos em hospitais especializados e dificultando a internação psiquiátrica involuntária (Maciel;2012, p. 76)

Ainda nesse contexto dos anos 80, em junho de 1987, no Rio de Janeiro, ocorreu a I Conferência nacional de saúde mental, na qual o MTSM

repensa suas estratégias e seus princípios, além do surgimento do primeiro movimento da luta antimanicomial. Deste ponto, as críticas à psiquiatria passaram a ser dirigidas não mais ao âmbito de falência terapêutica, mas ao conjunto de questões sociais que tem como fio condutor a exclusão dos cidadãos (Maciel; 2012, p.76). Nesse mesmo ano, estabeleceu-se o dia 18 de maio como o Dia Nacional da Luta Antimanicomial, a qual tem caráter ideológico e tem contribuído para a consolidação da reforma psiquiátrica e para os processos de inclusão social.

A luta antimanicomial é um movimento importante a ser estudado no contexto da eficácia e produção efetiva de mudanças no meio nacional, visto que ela dá voz ao que foi postulado no campo jurídico pela reforma psiquiátrica, obrigando mudança de postura real através da voz da população, dos profissionais da saúde e das pessoas portadoras de deficiência. Logo, não é um movimento especificamente da saúde, mas sim, um movimento social de luta popular que atua no campo da saúde mental, apoiado na lógica da inclusão das diferenças.

[...] Os defensores da luta antimanicomial criticam o desrespeito a todos os direitos, traduzido na precariedade da assistência ofertada, que, via de regra, não oferece as mínimas condições de dignidade humana. Além disso, contestam a violência no trato, o cerceamento da liberdade, o enclausuramento sustentado em nome da irracionalidade perigosa, a invalidação como modo de vida e o silenciamento imposto pelo enfadonho monólogo da razão, repetindo à exaustão pela boca dos técnicos (Maciel; 2012, p.77)

Por outro lado, diante de outras raízes e revisões bibliográficas, ainda com todos os fatos históricos e revisões expostos acima, é necessário trazer luz para o contexto de que todo esse movimento da Reforma Psiquiátrica iniciada pelo MTSM, que resultou na formação da MLA, tinha caráter primário da participação social. Ao desenrolar das Conferências Nacionais de Saúde Mental, núcleos de desospitalização e movimentos, foi observada uma falta da intersetorialidade que restringia-se aos segmentos ora do campo da saúde mental ora somente da comunidade médica e judicial, apontando assim que a proposta inicial postulada pela Reforma de delinear um outro lugar social para a loucura acaba por ser monopolizada dentro das mãos de uma maioria conservadora e preservadora da cultura da loucura.

Isso pode também ser visto no contexto da Luta Antimanicomial, que apontava seu olhar para além da desconstrução dos muros dos Hospitais Psiquiátricos, mas como também a reinserção social do institucionalizado, resistência ao controle de corpos no modelo psiquiátrico com métodos violentos e desumanos, colocando como fim último uma não exclusão e internação de indivíduos definidos em sua patologia psíquica como forma justificativa de reclusão social. Todas as maneiras que visavam a luta por tais direitos, partiram de um contexto social que tangenciou o jurídico,

nos domínios institucionais do Congresso Nacional, erguendo bandeiras contra o manicômio e formulando um projeto de lei propondo a extinção dos hospitais psiquiátricos no Brasil. O tempo de tramitação do projeto – mais de dez anos – dá mostras da intensidade dos debates, da dificuldade de negociação, da obtenção de consenso e da aceitação da proposta, também de postergação intencional, tendo sido a sua aprovação como Lei nº 10.216/01 comemorada como vitória do movimento. (Filho, Lemos; 2012,p.59)

Com a promulgação da lei Paulo Delgado sobre o fim dos hospitais psiquiátricos, foram lançados projetos nacionais de implementação de uma rede de serviços substitutivos no âmbito da saúde mental, fundando os CAPS - Centros de Atenção Psicossociais. Tal serviço, entretanto, focalizou suas atividades na substituição e deslocamento do modelo hospitalocêntrico para uma maneira de atenção psicológica e social que acaba resultando atualmente em uma substituição do “lugar da loucura”, levando dos manicômios aos CAPS, Hospitais Dias e lares especializados.

A problemática acerca de tal estratégia da implantação de “...uma rede de serviços substitutivos no campo da saúde mental” (Filho, Lemos; 2012, p.59), é visto por meio da notória psiquiatrização de tais modalidades de acolhimento e intervenção psicológica e psiquiátrica proposta pelo MLA, aproximando-se mais do modelo da RP (Reforma Psiquiátrica) do que da abolição da estrutura de internação hospitalar, com herança do lugar arquitetonicamente diferente mas que pratica ainda atividades muito similares comparadas àquelas dos Hospitais Psiquiátricos, que eram tida por lei como unidades de saúde locais com responsabilidade de realizar uma cobertura sob a população local tendo como foco oferecer cuidados intermediários entre a rede ambulatorial e a internação hospitalar (Amarante, Nunes; 2018). Isso é

contrastado por meio de Filho e Lemos (2012), em que pontuam a hipocrisia das atividades:

São vestígios disso a gradativa e discreta substituição de atividades de oficina por práticas ambulatoriais de governo medicamentoso da conduta dos “usuários” observável no período, bem como certa “tomada do poder” concreta nos CAPS, que antes eram coordenados por profissionais de quaisquer das especialidades atuantes na unidade e que cada vez mais vêm sendo dirigidos por psiquiatras, sendo que a proposta do “ato médico” – outro equívoco legalista brasileiro – só reforça essa tendência. Deve-se notar que à medida que o locus do governo da loucura desloca-se do hospital psiquiátrico para os serviços substitutivos deslocam-se na mesma direção o interesse e as práticas psiquiátricas, estendendo os domínios do poder psiquiátrico aos CAPS, anexando-os a um projeto de reforma psiquiátrica. (p.60)

Ainda no contexto histórico, mas crítico dentro das revisões já apresentadas, em 1986 na VIII Conferência Nacional de Saúde foi palco do nascimento da concepção da saúde como direito universal e como dever do Estado. Em 1987, foi criado como desdobramento de tal ideal o SUDS - Sistema Unificados e Descentralizados de Saúde, que abrigava como suas principais diretrizes a universalização e equidade enquanto aos serviços da saúde, a integralidade dos cuidados assistenciais, a descentralização das ações de saúde e a implementação de distritos sanitários, que renunciou a municipalização que viria a ser colocada em prática através do SUS (Reis, Araújo, Cecílio; p.34). Um marco valiosíssimo para a RP, foi a constituição que veio em seguida no ano de 1988, nomeada por muitos como a “Constituição cidadã”, que estabeleceu a saúde como um direito e dever do Estado para sua garantia universal, designando um acesso geral ao acesso dos serviços prestados por eles que devem ser hierarquizados segundo parâmetros técnicos com gestão descentralizada, ponto este que será retomado e criticado.

Foi então em 1990 que se deu a criação do SUS- Sistema Único de Saúde- de forma legal e judicial com a lei nº 8.080 promulgada em 19 de setembro deste ano, que continha como fins sua promoção, proteção e recuperação da saúde por meio da organização e funcionamento dos serviços correspondentes à proposta da criação. Ainda que revolucionário o projeto do Sistema Único de Saúde proposto pelo governo e desdobramento da força política do movimento da RP, ao longo dos anos de implantação e efetividade do SUS em todo o âmbito nacional, é encontrado diversos impasses ou dificuldades.

O subfinanciamento dos recursos destinados à operacionalização e financiamento do SUS, como muito bem apontado pelo balanço feito através do militante histórico do Movimento Sanitário brasileiro em 2008, Nelson Rodrigues dos Santos, que a atualização do financiamento federal não acompanha de forma alguma o crescimento populacional da época, nem a inflação na saúde e a incorporação das tecnologias, mostrando-se insuficiente, podendo causar um impedimento na implementação do sistema, como também no avanço da reestruturação do modelo e procedimentos de gestão derivado do não cumprimento federal de seu auxílio financeiro.

Além disso, há a questão da insuficiência da gestão local do sistema, principalmente municipal, funcionando em partes como desdobramento do problema de recursos oferecidos para toda a população. Isso é observado no ponto teorizado pelo próprio SUS da gestão local, que seria um, de acordo com Reis, Araújo e Cecílio

conjunto de atividades desenvolvidas pelos gestores municipais, visando a operacionalização, na prática e em seus contextos sócio-político-institucionais singulares, das grandes diretrizes política do Sistema Único de Saúde. (p.40)

Ademais, existe como problemática a baixa resolutividade da rede básica de serviços, que pode ser abordada pela baixa capacidade de construção de vínculos e a produção de autonomia dos usuários do sistema, apresentando dificuldades de propostas de atividades alternativas ao modelo biomédico com seu rápido avanço tecnológico e articulação estreita com o complexo do médico dentro do SUS, tendo em vista assim que os trabalhadores dentro da organização dos diversos recursos presentes no SUS, são, de acordo com Reis, Araújo e Cecílio:

obrigados a reprimir demandas, sabendo penosamente que ações preventivas e de diagnósticos precoces impediriam o surgimento da maior parte de casos graves e urgentes, mas obrigados a priorizar os casos de maiores sofrimentos e urgências devido à insuficiência de recursos. (p.44)

Nessa ótica, resulta-se conseqüentemente uma falta de suporte no atendimento básico da população necessitada dos serviços oferecidos pelo SUS, aumentando a demanda vista como desordenada dos serviços de urgência ou emergência, refletido também no contexto no lapso de formação dos profissionais

de saúde, encontrando estes uma dificuldade quase paralisante de impor atividades alternativas às ambulatoriais e curativas, não aproximando de práticas que voltam seu olhar ao ser integral e resolutiva de cuidado. Tudo isso de maneira geral, impacta na dificuldade intersetorial de comunicação, postura ética, capacidade de trabalho em equipe, conhecido como multidisciplinar, e a aplicação de atividades que visem o aspecto de prevenção e promoção de saúde mental.

Por fim, dentro desse ponto de dificuldades encontradas na implementação do SUS dentro do contexto nacional dentro dos anos 2000 e 2008, é considerado ainda uma valorização do usuários, que exercem um importante protagonismo dentro do sistema, dos serviços médico-hospitalares, a priorização de atendimentos dentro da unidade de emergência por sua rapidez e busca por segurança, efetividade e satisfação pessoal na utilização da tecnologia a favor de suas potencialidades. Isso revela o ponto de que a desqualificação do sistema tem como explicação o atendimento médico procurado pelos usuários, desqualificando por consequência os serviços de saúde e reafirmando por fim que o modelo médico e institucionalizado em um contexto mais amplo ainda é aculturado e adornado pela população brasileira, colocando assim mais obstáculos a serem enfrentados para a mudança de paradigma de valores médico-hospitalares para uma mais humanizada, voltada à desinstitucionalização e a valorização de iniciativas de promoção de saúde ainda que básicas.

Retomando agora de forma mais central o contexto histórico de desdobramentos diante dos movimentos e efetivas realizações judiciais dos MLA e da RP, temos em 2011 a instituição da RAPS- Rede de Atenção Psicossocial-, que é aplicada como uma nova dimensão das ações de saúde mental dentro do SUS, tendo como objetivos principais

definidos como a ampliação do acesso à atenção psicossocial da população, em seus diferentes níveis de complexidade; promoção do acesso das pessoas com transtornos mentais e com necessidades decorrentes do uso do crack, álcool e outras drogas e suas famílias aos pontos de atenção; e garantia da articulação e integração dos pontos de atenção das redes de saúde no território, qualificando o cuidado por meio do acolhimento, do acompanhamento contínuo e da atenção às urgências. (Amarante, Nunes; 2018, p. 2072)

Apesar de sua impensável importância, o RAPS dentro de suas atividades de cultura, trabalho e geração de renda não foi previamente definida, contando assim com o mesmo ponto exposto acima sobre o subfinanciamento nada estratégico atribuído dentre essas iniciativas, que deveriam e poderiam ser melhor utilizadas. Ainda assim, é necessário pontuar que de acordo com dados, é expressiva diminuição dos leitos psiquiátricos, tendo 80mil desse na década de 1970 e indo para 25.988 em 2014, além de que o investimento financeiro, ora pontuado como essencial ora visto como deixado de lado gerando o subfinanciamento dos projetos, dentro do âmbito de tal financiamento em serviços de atenção psicossocial, especialmente em CAPS, em 2014 é visto que ultrapassam a cifra dos 2 mil, alcançando uma cobertura de 0,86 CAPS a cada 100 mil habitantes. Além dessas informações, ainda em 2014, é registrado 610 serviços de residência terapêuticas com 2.031 moradores egressos derivada das instituições psiquiátricas e do Programa de Volta Para Casa, passando a ter assim 4.349 beneficiários de tal serviço. (Amarante, Nunes; 2018)

Partindo nesse momento para uma parcela mais atual da história dos inúmeros desafios, avanços e retrocessos nos movimentos da RP, Reforma Sanitária e MLA, temos o cenário nacional de 2016 a 2019 marcado por relevantes retrocessos críticos à RP. Tal movimento é reconhecido como um desmonte de tal política, que ainda com muito impasses, obstáculos e críticas, ganhava voz e poder até judicial no Brasil, que foi sendo de forma literal desmontado desde 2016. De acordo com Cruz, Gonçalves e Delgado, “No período de dezembro de 2016 a maio de 2019, foram editados cerca de quinze documentos normativos, dentre portarias, resoluções, decretos e editais, que formam o que a nota técnica 11/2019-CGMAD/DAPES/SAS/MS [...]” (2020), que contribuíram para a Nova Política Nacional de Saúde Mental, que tem como características o incentivo da internação psiquiátrica e por sua segregação política sobre álcool e outras drogas, que tomou o nome de Política nacional sobre drogas, com ênfase no financiamento de comunidades terapêuticas, tendo como abordagem proibicionista e punitivista das questões do uso de álcool e outras drogas.

Todas essas medidas feitas, foram questionadas por entidades tais quais os conselhos profissionais de Psicologia e enfermagem, Associação brasileira de Saúde Coletiva (Abrasco), Associação Brasileira de Saúde Mental (Abrasme), dentre outras entidades, e pesquisadores do campo da saúde mental, assim como da Defensoria Pública da União, Ministério Público e parlamentares. Configura-se assim este cenário de retrocesso dos ganhos obtidos até então sobre os ideais e ações da RP.

Tal movimento teve início com a deposição de Dilma Rousseff em maio de 2016, significando uma interrupção do processo democrático no país,

acarretando uma reorientação radical das políticas sociais. No mesmo ano de 2016, o novo governo (Temer) instituiu uma medida provisória, que posteriormente tornou-se a Emenda Constitucional 95/2016, determinando o congelamento por 20 anos dos recursos destinados a diversas políticas sociais, entre as quais o SUS. Iniciou-se um período, agravado nos anos seguintes, de redução dramática do já insuficiente financiamento do sistema público de saúde. (Cruz, Gonçalves, Delgado; 2020, p.3)

O fato que apontou o retorno do modelo manicomial, é marcado pela mudança de gestão da saúde mental que ocorreu pela nomeação de um parlamentar do partido que era, até então, denominado como PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro), para o Ministério da Saúde (MS), com um contexto de rearranjo base de apoio para enfrentar a crise política.

A Resolução 32 da CIT em dezembro de 2017, marca o início da “nova política que aponta diretrizes alternativas relacionadas ao funcionamento da RAPS, estabelecendo o hospital psiquiátrico como parte integrante do cuidado na rede oferecida, colocando ainda um maior financiamento deste para que haja a real integração dos manicômios dentro da rede do RAPS. Além disso, isso tudo é definido como uma “linha de cuidado” para os usuários da rede, reajustando assim o valor das diárias para a internação em hospitais especializados, incluindo ainda na constituição da RAPS, os hospitais-dias, que tinham o modelo anterior à RP de funcionamento sem o dispositivo territorial. Todos os movimentos descritos, refletem no fortalecimento potencial da centralidade do modelo do hospitalocentrismo, ou seja, o modelo médico de atuação na saúde mental, postulado anteriormente por Pinel no seu contexto de criação do personagem do médico clínico. Retorna-se assim, evidentemente, de acordo com a Resolução

32, ao paradigma existente anteriormente à Reforma Psiquiátrica, herdando aspectos como o cuidado asilar como base da nova proposta na RAPS.

Na semana seguinte da Resolução de 32, foi feita a proposta de CAPSad IV que por princípio visa aumentar o tamanho das Residências Terapêuticas e das enfermarias em leitos referentes à saúde mental em hospitais gerais, aumentando também os recursos hospitalares. Como consequência, temos a lógica que desvirtua o CAPS de sua estrutura ideal revolucionária que se baseia em aspectos do cuidado humanizado, com vínculos e bases territoriais, para um serviço que capacita e faz assistência a urgências e emergências.

Esta indicação ainda pode apontar para um projeto de intervenção por meio do recolhimento compulsório destas pessoas, capaz de servir como grande porta de entrada para internações compulsórias em comunidades terapêuticas. Trata-se de uma estrutura vocacionada para internações contra a vontade, implantada nas cenas de uso: por que designar tal dispositivo como “centro de atenção psicossocial”, se ele é o oposto do paradigma psicossocial? (Cruz, Gonçalves, Delgado; 2020, p.7)

No dia 26 de janeiro de 2018, a CIT veio com duas publicações de extrema importância nesse contexto de atualidade, que trata sobre a disposição sobre a devolução ou bloqueio de recursos destinados a unidades dos serviços que não apresentavam um faturamento ideal, justificando então um corte de verbas dispostas para os serviços do CAPS e SRTs. Tudo isso evoca uma falta de investimento que sucateia todo o ideal e as conquistas da RP, cortando verbas em um sentido federal que aumenta de forma automática o financiamento de estruturas hospitalares de modelo biomédicos, afirmando a colonização do poder judicial em detrimento dos direitos já existentes na constituição vigente.

Trazendo em vista agora o ano de 2019, em 4 de fevereiro foi postado por ordem presidencial a Nota Técnica nº 11, apresentando argumentos introdutórios do mesmo esquema de “fortalecimento da rede CAPS”, trazendo consigo valor democrático por discussão com entidades não informadas na Nota. (Cruz, Gonçalves, Delgado; ano). Todo este pronunciamento presidencial, teve desdobramentos que questionaram as informações de tal Nota, trazendo pontos a serem discutidos com o ministro da saúde Luiz Henrique Mandetta, pontuando por fim que tal Nota iria contra a desinstitucionalização já teorizada e praticada pela RP.

Por ser um decreto presidencial, traz a esta política uma institucionalidade maior do que as resoluções e portarias que o precedem. Pretende se estabelecer enquanto política de Estado, e não apenas de governo. Coloca, definitivamente, a gestão dos recursos e administração destas ações sob os Ministérios da Cidadania e da Justiça e Segurança Pública. Tem potencial de interferir em pesquisas, formação, prevenção e cuidado relacionados ao uso de drogas. Deixa clara a concepção de tratamento sob confinamento como prioritário. (Cruz, Gonçalves, Delgado; 2020, p.12)

Por fim, neste período entre 2016 e 2019, é nítido o poder que foi gerado por meio do discurso de democratização e delimitações de poder político e hierárquico de monopolização das ações governamentais em cima dos recursos de saúde mental oferecidos em âmbito nacional, trouxe consequências visíveis de impactos. Como exemplos de pesquisas de tais dados, temos o número que quase se estagna relacionado ao número total de atenção psicossocial por ano e a porcentagem que decaís entre tal período estudado no incremento de CAPS no Brasil.

Portanto, tais dados e reflexões coloca em xeque a questão da força e obstáculos presentes da verdadeira efetividade da luta iniciada pela RP, e posteriormente aderida por outros movimentos que deram força à humanização, desinstitucionalização e direitos dos Hospitais psiquiátricos dentro de meio nacional em conjunto com o complexo biomédico de medicalização e cuidado. A potência da subvalorização e desfinanciamento do próprio SUS e seus recursos alternativos paralisa o movimento e afirma a superioridade governamental e a negligência de práticas humanizadas, não violentas e sociais que são propostas por todo o movimento defendido acima.

Atualmente, o movimento da reforma psiquiátrica e da luta antimanicomial tem encontrado barreiras que constituem paradigmas e criam retrocessos no campo da saúde mental. Isso pode ser observado através do surgimento de movimentos como o da contrarreforma psiquiátrica, que coloca em cheque novamente o modelo hospitalar e medicalizador, como afirma Lira e Oliveira (2023, p. 113)

[...] A contrarreforma psiquiátrica neoliberal revigora o subfinanciamento, a remanicomialização e a mercantilização da saúde mental, em especial nos governos Michel Temer e Jair Bolsonaro (2016-2022). Apesar deste fenômeno ser anterior a 2015. A contrarreforma psiquiátrica adquire novos contornos no período em questão, mediante o acirramento das medidas neoliberais, de austeridade e conservadores. A reatualização do conservadorismo na política de saúde mental vem conjugada à

perspectiva manicomialista, sob a retórica de que é essencial fortalecer instituições asilares, desfinanciar serviços substitutivos e reinserir novos manicômios no centro do cuidado, pela via do hibridismo, em que o propósito não é a substituição, mas a complementação dos serviços manicomiais.

Logo, fica evidente que a formação em saúde mental está sendo prejudicada por interesses políticos, econômicos e corporativistas, os quais enfraquecem o cuidado psicossocial e grande parte das conquistas do movimento antimanicomial. Nesse viés, fica claro que a luta por uma promoção de saúde mental humana, biopsicossocial e incluyente, ainda não acabou, sendo extremamente necessário a existência de políticas que lutem contra essa visão emergente, que tem base na remanicomialização e no conservadorismo. Faz-se necessário repensar não apenas a forma de ver os processos de sofrimento, mas buscar rever toda a superestrutura em que o sofrimento está calcado, e a forma pela qual a estrutura se coloca diante do sofrimento. Assim, torna-se possível questionar premissas de reforçar a centralidade da lógica do capital no trato com a saúde mental, a exemplo do tratamento por meio do trabalho, do consumo e do encaixe em padrões estabelecidos (Passos, 2015; 2018).

Portanto, hoje a busca pela manutenção dos ideais conquistados durante o período de latência da reforma psiquiátrica são muito necessários. O campo contraditório que abarca a saúde mental é compreendido entre os que lutam pela defesa da vida e da liberdade e aqueles que creem em ideais políticos, conservadores e encarcerados mediante a realidade que abarca o social no momento atual. Dessa maneira, o ambiente de luta se encontra transposto por um processo de construção e reconstrução da concepção antimanicomial. (Lira; Oliveira, 2023, p.118)

4. CONCLUSÃO

Depreende-se, portanto, através da discussão presente que o tema objetiva explorar os aspectos históricos desde o início da idealização da reforma psiquiátrica até o tempo atual, baseado em bibliografias que influenciam o olhar contemporâneo sob à saúde mental, suas ramificações nos diversos contextos de cuidado e o desenvolvimento ainda recente da reforma e seus impactos na sociedade em contexto nacional.

Através das pesquisas realizadas, observou-se que no que tange a saúde mental, a reforma psiquiátrica não ficou restrita aos anos iniciais, sendo uma luta que se faz presente até os dias atuais. Haja vista que ainda hoje, a sociedade segrega e encarcera a pessoa em sofrimento psíquico de maneiras ora diferentes ora parecidas, uma vez que partem do mesmo modelo biomédico e institucionalizante.

Observa-se, a partir da literatura analisada que, mesmo após décadas da reforma psiquiátrica e de outros movimentos que promoveram mudanças no sistema de saúde, ainda persistem diversas barreiras sociais e institucionais que dificultam a efetivação de seus princípios. Entre esses entraves, destaca-se a permanência de uma lógica medicalizante no tratamento do sofrimento psíquico, que tende a reduzir experiências complexas a diagnósticos e intervenções farmacológicas. Além disso, o contexto contemporâneo evidencia o surgimento de novas formas de adoecimento, especialmente relacionadas ao mundo do trabalho, marcado por precarização e intensificação das exigências produtivas. Tais fatores reforçam a necessidade de uma atenção ampliada à saúde mental, que considere os determinantes sociais do sofrimento psíquico e vá além de práticas centradas exclusivamente na medicalização.

Durante as pesquisas realizadas, fez-se notório a quantidade de artigos que abrangem os anos iniciais da reforma, enquanto artigos que abarcam os dias atuais são menos recorrentes. A literatura muito trata da história e deixa por menor o hodierno em âmbito nacional, o qual é de extrema necessidade, uma vez que é a partir da maneira como se encontra o cuidado em saúde mental hoje que observamos a efetividade da reforma psiquiátrica e seus impactos. Tal dificuldade reflete a maneira como a sociedade brasileira enxerga a reforma psiquiátrica, com uma lente socialmente velada, a qual não permite críticas e busca efetiva pela sua real aplicação.

A partir da presente pesquisa, busca-se conscientizar e provocar uma crítica à lente que tanto impede a evolução da saúde mental no Brasil, buscando tratar de elementos e fatos acerca da reforma psiquiátrica que se encontram às margens da saúde no Brasil. A luta ainda existe e não ficou restrita ou se findou com as evidentes conquistas dos movimentos, visto que a saúde

mental e a inclusão de pessoas em sofrimento psíquico ainda é precária e o encarceramento ainda ocorre, de maneiras diferentes, mas que segregam de maneira velada e igualmente prejudicial. Portanto, é necessário um olhar atencioso à causa, que busca tratar o tema não mais como algo passado, mas como algo atual e pulsante no corpo social. O processo de inclusão e de luta antimanicomial é vivo e merece atenção, a reforma psiquiátrica não acabou e a busca por fazê-la ainda é necessária.

REFERÊNCIAS

AMARANTE, Paulo (coord.). Loucos pela vida: a trajetória da reforma psiquiátrica no Brasil. 2. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 1995. Disponível em: <https://doi.org/10.7476/9788575413357>. Acesso em: 25 mar. 2026.

AMARANTE, Paulo; NUNES, Mônica de Oliveira. A reforma psiquiátrica no SUS e a luta por uma sociedade sem manicômios. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 23, n. 6, p. 2067-2074, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.org/article/csc/2018.v23n6/2067-2074/pt/>. Acesso em: 2 abr. 2026.

CASSIANO, Marília Bazzo; BRESSAN, Maria Beatriz. Contextualização histórica da deficiência: histórias de luta e segregação. *Trilhas Pedagógicas*, v. 7, n. 7, p. 305–317, ago. 2017.

CRUZ, Nelson F. O.; GONÇALVES, Renata W.; DELGADO, Pedro G. G. Retrocesso da reforma psiquiátrica: o desmonte da política nacional de saúde mental brasileira de 2016 a 2019. *Trabalho, Educação e Saúde*, Rio de Janeiro, v. 18, n. 3, e00285117, 2020. DOI: 10.1590/1981-7746-sol00285.

DAVID JUNIOR, N. Considerações histórico-conceituais sobre a instituição psiquiátrica no Brasil e a desinstitucionalização do doente mental. In: BOARINI, M. (Ed.). *Desafios na atenção à saúde mental*. 2. ed. Maringá: Universidade Estadual de Maringá, 2002. p. 32-64.

DELGADO, P. Perspectivas da psiquiatria pós-asilar no Brasil. In: COSTA, S. (Ed.). *Cidadania e loucura: políticas de saúde mental no Brasil*. 7. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2001. p. 171-202.

LIRA, Gabriela Fernandes Chaves; OLIVEIRA, Andreia de. Desafios na sustentação dos princípios da luta antimanicomial. *Argumentum*, Vitória, v. 15, n. 3, p. 111-125, set./dez. 2023. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=9231617>. Acesso em: 14 abr. 2026.

MACIEL, Silvana Carneiro. Reforma psiquiátrica no Brasil: algumas reflexões. Saúde Mental . Disponível em: <https://d1wqtxts1xzle7.cloudfront.net/34272683/2021-8070-1-PB-libre.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2026.

MERHY, Emerson Elias; AMARAL, Helena (org.). A reforma psiquiátrica no cotidiano II. São Paulo: Hucitec, 2007.

PRADO FILHO, Kleber; LEMOS, Flavia Cristina Silveira. Uma breve cartografia da luta antimanicomial no Brasil. Contemporânea, v. 2, n. 1, p. 45-63, jan./jun. 2012. Disponível em: <https://www.contemporanea.ufscar.br/index.php/contemporanea/article/view/59/32>. Acesso em: 2 abr. 2026.

REIS, Denizi Oliveira; ARAÚJO, Eliane Cardoso de; CECÍLIO, Luiz Carlos de Oliveira. Políticas Públicas de Saúde no Brasil: SUS e pactos pela Saúde. Módulo Político Gestor. São Paulo: UNIFESP, [s.d.].

TRANSTORNOS MENTAIS E A CULTURA POP: Os perigos da representatividade de alguns temas durante a adolescência

Elesbão Evaristo Costa e Freitas Júnior
Graduando em Psicologia – Uni-FACEF

Sofia Muniz Alves Gracioli
Professora Uni-FACEF – Doutora FFCLRP-USP
sofiagracioli@yahoo.com.br

1. INTRODUÇÃO

O debate sobre saúde mental é relativamente novo, principalmente pensando num debate aberto e fora do ambiente hospitalar e acadêmico. Hoje, com o advento dos meios de comunicação e da internet, com facilidade as pessoas conseguem se unir e debater sobre diversos assuntos que sentem a necessidade e vontade. Um dos temas que tem crescido, é a saúde mental e os transtornos mentais.

Há alguns anos atrás, debater sobre esses assuntos era quase que um tabu. Não se falava de depressão, ansiedade ou mesmo do Burnout como se fala hoje. Tais transtornos, na época, eram encarados como “falta do que fazer”, “querer chamar atenção” ou “falta de religiosidade”. Um tipo de pensamento ainda muito presente em algumas famílias mais tradicionais e que sofre grande influência da igreja católica mais tradicional e como ela encarava tais assuntos.

Na Idade Média acreditava-se que agentes externos causassem as doenças mentais, tese essa propagada pela Igreja Católica. Galeno, um dos maiores expoentes da época, explicava a depressão pela psicobiologia, embora considerasse que fatores emocionais pudessem acentuar a sintomatologia, mas tais ideias não interessavam à Igreja, que considerava a perda da razão como uma marca do desfavor de Deus, uma punição para a alma pecadora. (RITA ROMARO, [s.p], [s.d])

Não é novidade que a igreja católica incriminava pessoas por motivos fúteis, simplesmente por aquele indivíduo não estar dentro de uma norma padrão estipulada como “correto” ou “aceitável”. A igreja católica determinava quem merecia e quem não merecia a salvação, seja por uma questão de saúde física/mental, seja por um comportamento, seja pelo status. Tudo aquilo que não se encaixava no padrão da salvação, era condenado muitas vezes à morte e vinculado ao diabo.

Os anos se passaram e após o Renascimento, o pensamento humano e a ciência passaram a caminhar num sentido mais antropocêntrico, colocando a racionalidade humana no centro, pensando nos problemas humanos como responsabilidade dos próprios humanos e de suas raízes tanto biológicas, como sociais. Claro, isso levou tempo e esse conhecimento era frequentemente assimilado com as ideologias dominantes na época e da ciência tradicional e determinista que buscava respostas objetivas e que simplificava o máximo o objeto de estudo.

Atualmente, mesmo compreendendo que ainda existem ideologias que ainda são muito fortes na consciência de muitos, como machismo, racismo e a intolerância religiosa, há uma maior liberdade de falar o que se acha necessário discutir em grupo, mesmo que não seja um debate acadêmico ou que vá gerar uma grande repercussão na mídia ou na ciência. Por isso, como já foi citado, os transtornos mentais são um desses casos. As pessoas têm uma maior liberdade de comentar como estão se sentindo, sem medo de que outros irão julgá-la, pois sabe que pensamentos, sentimentos e mesmo os transtornos (que são como “desordens psíquicas” desses pensamentos) são comuns entre os seres humanos.

Essa maior liberdade que nos permitiu ter um maior engajamento nesses temas e consequentemente, com o advento da internet, conseguir cada vez mais informação sobre os transtornos mentais, fez com que esse conhecimento, mesmo que raso, não fosse restrito a comunidade médica e assim, pudesse ser repassado entre a população em geral. Porém, como toda informação repassada em grupos maiores há distorções que podem desfavorecer totalmente a carga de aprendizado que aquela informação poderia ter.

É por causa disso que durante os últimos anos, nomenclaturas como “sad boy” e “sad girl” tem sido utilizado no vocabulário dos mais jovens como forma de uma romantização dos transtornos mentais como a depressão e a ansiedade, como se fosse uma forma de chamar atenção no meio virtual e social. No ano que esse artigo foi escrito, em 2025, essas nomenclaturas já não são mais utilizadas, pois é algo que fez um certo sucesso nos anos de 2015-2018. Assim como também aumentou o número de pessoas que se auto-diagnosticam com TEA e/ou TDAH, por se basearem em comportamentos estereotipados dos transtornos.

Mesmo assim, em 2020, no ano da pandemia, o número de transtornos mentais diagnosticados cresceu. Em 2022, de acordo com um relatório da OMS sobre a prevalência de ansiedade e depressão ao redor do mundo, aumentou em 25% os seus casos. Junto disso, a população pode experimentar um aumento também das mídias, como o TikTok e o Instagram, com cada vez mais pessoas crescendo como *influencers*. E saúde mental foi o que esses influencers mais falaram nesse período, alguns alertavam sobre a importância de se cuidar, outros pareciam querer comentar da sua condição em troca de likes (mesmo que essa condição não fosse necessariamente diagnosticada), como se fosse uma vitória ir ao psiquiatra e tomar medicações controladas.

Nessa época, até as músicas, filmes e séries retratavam cenas e realidades onde conviver com um transtorno e estar sempre triste e melancólico era moda. O artigo não objetiva criticar obras e nem artistas, mas não se pode negar que foi justamente nessa época o sucesso de artistas como Olivia Rodrigo e Lana Del Rey, com músicas que retratam claramente uma realidade melancólica e triste (e até cômica) que geram uma representatividade principalmente nos mais jovens que estão com o seu cognitivo em transformação e hormônios a flor da pele, fazendo muitos deles até a considerar esse estilo de vida como parte da sua identidade.

A relevância do presente artigo se dá pelo fato de ser algo muito presente na vida das pessoas, principalmente dos mais jovens e a importância de debater sobre os sentimentos, sem romantizar uma dor latente ou um sofrimento existente.

O objetivo visa discutir, refletir e problematizar a romantização dos transtornos mentais na cultura pop, visando investigar onde começa a representatividade (que é tão importante) e onde começa a influência preocupante dessas obras e os gatilhos que elas podem disparar nos mecanismos psíquicos, principalmente dos mais jovens.

A metodologia foi uma revisão bibliográfica crítica com uso de artigos científicos e livros na área do conhecimento (principalmente na área da Terapia Cognitivo-Comportamental e da Análise do comportamento, buscando entender como se dá essa romantização pela padronização de pensamentos e comportamentos) e vídeos do *Youtube* de criadores de conteúdo dessa mesma temática.

2. ADOLESCÊNCIA E AS EMOÇÕES

Primeiramente, é interessante citar que Papalia (2015) traz em sua obra sobre o desenvolvimento humano, a ideia de que a adolescência, até alguns anos atrás, não existia. Ela foi uma fase do desenvolvimento humano criada à partir das mudanças políticas, sociais e econômicas da sociedade, no período de transição em que os jovens deixaram de ser vistos como um “pequeno adulto”, e puderam investir seu tempo numa formação escolar/acadêmica mais longa, tal como a ideia de viver com os pais mais tempo sem se preocuparem em casamento ou constituir uma família.

A principal característica por questão de evidência dessa fase da vida é a maturidade física dos adolescentes, ao que diz respeito ao tamanho, peso e características secundárias sexuais (pelos, mudanças vocais, distribuição de gordura, [...]) por causa do nível elevado de hormônios no corpo. Essa fase é demarcada porque os adolescentes estão, pelo menos no campo fisiológico, aptos para a procriação, ou seja, seus corpos atingiram a maturidade sexual para essa função evolutiva. Mas claro que há inúmeras outras influências a respeito disso, como a lei, a cultura, o emocional (de estar preparado para as responsabilidades).

Um dos resultados mais evidentes do crescimento durante a adolescência é a maturidade física. O jovem alcança – ou quase alcança – a sua estatura máxima. [...] Outro fato que é ainda mais importante, é que o indivíduo durante a adolescência “amadurece” sexualmente, no sentido de estar apto para procriar. [...] (Jersild, 1957, pg 9)

De acordo com Papalia, no livro “Desenvolvimento humano – 12a edição” (2015): “As mudanças que anunciam a puberdade começam normalmente aos 8 anos nas meninas e aos 9 anos nos meninos mas existe uma ampla variação etária para várias mudanças”. Não é necessariamente uma regra, mas é comum ver as primeiras mudanças corporais nas meninas do que nos meninos, assim como o final da puberdade dos meninos é mais tardia que a das meninas. Mas além do gênero, reconhece-se que a etnia também apresenta influência no tempo e características.

O desenvolvimento sexual, como já citado anteriormente por Jersild (1957), Papalia complementa, propondo que a delimitação da vida sexual

concretizada se dá a partir da “menarca” (primeira menstruação, nas meninas) e da “espermarca” (primeira ejaculação, muitas vezes noturnas, nos meninos).

No que se refere ao desenvolvimento cerebral, dizemos que os adolescentes se encontram num período de muitas mudanças no campo neurológico e é por isso que tem-se a crença popular de que é mais fácil aprender algo no período da infância e da adolescência, por uma quantidade maior de sinapses e uma maior atuação da plasticidade cerebral (a capacidade do cérebro de se adaptar e readaptar em diferentes situações).

É também por isso que se preocupa tanto com a relação dos adolescentes com drogas e demais substâncias, uma vez que o cérebro está passando por intensa modificação e construção de redes, e o abuso de substâncias nessa época pode resultar numa falha na formação completa do sistema neuronal e que pode ser definitivo.

Mudanças dramáticas nas estruturas cerebrais envolvidas nas emoções, no julgamento, organização do comportamento e autocontrole ocorrem entre a puberdade e o início da vida adulta[...]. O abuso pode levar à dependência química, ou adicção, que pode ser fisiológica, psicológica ou ambas, e que provavelmente continuará até a idade adulta. As drogas que causam dependência são especialmente perigosas porque estimulam partes do cérebro que ainda estão se desenvolvendo na adolescência. (Papalia, 2015, pg 392/399).

No que se refere às emoções, Papalia (2015) expõe a ideia de que as emoções são compreendidas de forma diferente quando comparadas com a forma que os adultos compreendem. Segundo estudos de imagem, foi comprovado que jovens de até 12 anos, quando apresentadas situações específicas, a área do cérebro da amígdala (lobo temporal) era mais estimulada, área essa responsável por nossas ações mais instintivas. Já em adolescentes mais velhos, com os seus 17 anos, a área mais estimulada era a do lobo frontal, responsáveis pelo planejamento, raciocínio e controle. A partir disso, entende-se de forma biológica, o do porquê dos adolescentes se colocarem em situações de risco, como o abuso de substância e o sexo inseguro e pelo fato de serem vistos como “intensos”.

Junto disso, Papalia cita Steinberg (2007), explicando as redes cerebrais que se desenvolvem nesse momento: A rede sócio emocional responsável pela captação e compreensão dos estímulos externos e sociais e a rede de controle cognitivo, terminada de se desenvolver só mais tarde na vida adulta.

A propensão para comportamento de risco parece resultar da interação de duas redes cerebrais: (1) uma rede socioemocional que é sensível a estímulos sociais e emocionais, tal como a influência dos pares, e (2) uma rede de controle cognitivo que regula as respostas a estímulos. A rede socioemocional torna-se mais ativa na puberdade, enquanto a rede de controle cognitivo amadurece mais gradualmente até o início da idade adulta. Esses achados podem explicar a tendência dos adolescentes a explosões emocionais e a comportamento de risco e por que o comportamento de risco frequentemente ocorre em grupos (Papalia, 2015, pg 393)

Essa rede socioemocional que é tão forte nos adolescentes se explica pelo fato de que essa é uma fase importante para a construção da própria identidade. Nessa fase, eles já não só repetem o que recebem dos pais, muito pelo contrário, há um movimento comum entre os adolescentes de se distanciar dos pais como se dissessem: “Agora é a minha vez de escolher o que eu quero”. É claro que eles ainda não tem uma maturidade suficiente para tomar todas as escolhas das suas vidas sozinhos e nem rompem completamente a relação familiar, mas por exemplo, eles passam a ser mais seletivos com grupos de amigos, hobbies e atividades.

Na verdade, conceber à criança (ou ao adolescente, de que estamos falando) uma liberdade ilimitada em nome da democracia, é fomentar o caos. Nenhum jovem possui a sabedoria, o juízo e a capacidade necessária para fazer bom uso de uma liberdade ilimitada, mesmo que, em teoria, fosse possível facultar tal liberdade. (Jersild, 1957, pg 20)

Essa tendência a se afastar dos pais e buscarem grupos de pares que pensam de forma parecida e estão passando por processos parecidos intensificados pela adolescência, também vai desenvolver no adolescente a sua autonomia e a solidão. Isso porque o adolescente, ao se separar dos pais minimamente, começa a perceber que suas escolhas só dependem dele e da forma que ele julga as possíveis consequências das mesmas.

Um aspecto que amíúde acompanha esta crescente capacidade para ser responsável por si mesmo é a sensação de estar só. Muitos jovens, à medida que atravessam os anos da adolescência, tornam-se cada vez mais conscientes do fato de que há decisões e aspectos da luta pela vida que tem que enfrentar sozinhos, mesmo que tenham muitos amigos [...] Quanto mais ricamente o jovem vive, mais só, em certo sentido, ele se torna; Porém, à medida que se vai mostrando mais capaz de apreciar a maneira de ser e os sentimentos dos outros, mais capaz se torna também de estabelecer relações significativas com eles. (Jersild, 1957, pg 12)

Com isso, podemos ver que quanto mais o adolescente compreende a importância das suas próprias escolhas, mais ele se conhece e se torna autônomo.

Claro que a solidude, quando começa a apresentar sintomas de sofrimento psíquicos causados pelo sentimento de sentir-se sozinho e abandonado, deve ser considerado procurar ajuda.

E já que já foi comentado o fato dos adolescentes se afastarem ideologicamente do que os pais pensam, o mesmo se aplica às pressões sociais que visam definir como cada um deve agir. É por isso que por muito tempo foi alimentado um estereótipo de que todo adolescente é “rebelde”. Mas a tal “rebeldia” que era propagada, explicada por comportamentos antissociais (isolamento, pensamentos contrários ao hegemônico, entre outros) não é um fator generalizado no desenvolvimento humano, isso é muito mais aprendido do que padrão de espécie. A tal rebeldia que a sociedade propaga (antigamente com mais frequência) é o simples fato do adolescente estar pensando por si.

Uma das tarefas do adolescente é realizar um esforço contínuo para se encontrar a si mesmo. Isto significa, entre outras coisas, uma compreensão crescente a respeito de quem e do que ele é, dos seus recursos e limitações, das suas perspectivas e esperanças. (Jersild, 1957, pg 24)

Jersild (1957), em sua obra, até diferencia os adolescentes que tiveram uma infância marcada por uma maior aceitação de si mesmo e com isso, passa para essa próxima fase com uma maior capacidade de viver satisfatoriamente consigo mesmo. Em contrapartida, os jovens que tiveram uma infância composta por uma auto rejeição de si, tendem a ser pessoas que não confiam em si, tem pouco respeito pelos seus méritos e pensam que precisam se desculpar a todo momento.

Logo, entende-se que o adolescente pode ser influenciado tanto positivamente por amigos (e familiares em menor frequência), mas também negativamente, em relação aos pensamentos dominantes de uma sociedade que visa controlar a maneira de pensar.

[...] Para o jovem que está desenvolvendo as suas potencialidades para governar-se, por exemplo, é importante pensar por si mesmo e poder optar por isto ou aquilo. É-lhe importante tornar-se um indivíduo autônomo, ser dono de si mesmo. Todavia, precisa lutar contra forças poderosas se quiser alcançar esse objetivo. A sua volta tudo faz pressão no sentido do conformismo, tudo o leva a pensar e sentir como os outros, a usar o que eles usam, a fazer o que eles fazem, a desposar a pessoa que eles acham adequada, etc. Exercem pressão sobre ele para que seja “socialmente bem ajustado” [...] (Jersild, 1957, pg 19)

E é por isso que em épocas conturbadas, como o período de guerras ou a ditadura militar no Brasil, um dos primeiros grupos a se mobilizar é justamente o

grupo de jovens militantes, por essa tendência de ter dificuldade a acatar algo que não faça sentido para a vida deles. Por isso, bandas como Legião Urbana cativaram tantos fãs jovens e com uma ideologia tão “revolucionária”. O fator da influência social (de pares) e da imitação.

Em conclusão do capítulo, nota-se que a adolescência é uma fase de emoções intensas e a importância de se valorizarem. Além de que os comportamentos dos adolescentes não são mais tão influenciados pelo que os pais ditam como certo, mas sim pela forma como o grupo de pares reage às situações e por isso, são facilmente levados pelo o que o grupo pensa sobre o mundo e sobre eles.

3. ADOLESCÊNCIA E A ACEITAÇÃO SOCIAL

Como já foi introduzido no capítulo anterior, a adolescência é uma fase que o indivíduo é muito sensível às ideias dos outros, já que é uma fase de busca pelo autoconhecimento e decisão sobre o que cada um quer para si, sem necessariamente seguir o que os pais acham melhor, como era feito na infância. Jersild, em sua obra já referenciada no presente trabalho, aponta que o adolescente pode ter uma visão realista de si e do mundo quando faz seus julgamentos a partir do que ele pensa, mas também uma visão irrealista, quando o mesmo faz esses julgamentos a partir do que os outros pensam.

Na obra de Jean Piaget, a “epistemologia genética” (1955), Piaget falava sobre a presença do egocentrismo nas fases mais infantis, tal conceito foi criado para explicar um déficit na vida da criança que fazia a mesma não conseguir diferenciar-se do outro, criando a ideia de que o mundo existia para a criança. Piaget defendeu em sua obra que à medida que a criança crescia e mudava de estágios cognitivos, esse egocentrismo desaparecia e ela então percebia que as coisas não funcionam sob à sua lei pessoal.

Dito isso, Jersild, comenta sobre essa ideia do abandono do egocentrismo, ainda que ele não utilize desse termo, na busca por identificação de si e dos próprios valores em circunstâncias e personalidades conhecidas pelo adolescente (podendo ser reais ou fictícias).

[...] Ocorre por volta do início da adolescência na capacidade de a criança identificar-se com circunstâncias e pessoas que estão fora do seu ambiente imediato (Havighurst e outros, 1947). É o que acontece quando se pede para a criança descrever seus heróis ou ideais ou que diga quem é a pessoa que mais admira. (Jersild, pg 96, 1957)

Essa e outras características já citadas aqui, foram propostas como um conjunto de conceitos que formam a “maturidade social”. Segundo Jersild, essa característica não só diz respeito à assumir responsabilidade por si mesmo (pagar contas, fazer compras, abrir conta no banco, [...]), como também defende que uma pessoa socialmente madura seja aquela que se interesse pelos assuntos sociais, assumindo um papel ativo nas comunidades em que ele vive.

Porém, antes que o sujeito chegue no patamar de “pessoa madura socialmente”, o adolescente deve enfrentar a fase da aprovação dos seus pares. É uma fase de extrema importância para qualquer um, afinal a socialização é processo que garantiu nossa evolução e sobrevivência nesse planeta. A fase da aprovação, por sua vez, diz respeito ao momento que o adolescente é capaz de abdicar de tudo o que conhece em prol de ser aceito no grupo de pares em que ele busca uma identificação e acolhimento.

O jovem, por vezes, ao adotar os hábitos do grupo, usará roupas desconfortáveis, empregará linguagem incorreta mesmo que tenha aprendido em casa a falar com esmero, e praticará travessuras que os membros do grupo aplaudem, embora sejam contrárias aos ensinamentos morais ensinados no lar. (Jersild, pg 242, 1957)

Sendo assim, segundo Jersild, entende-se que a busca por validação e aceitação do adolescente pode ser saudável e necessária para o seu crescimento como ser humano quando ele respeita os membros do grupo que ele cobiça e é respeitado da mesma forma, mas também pode ser algo negativo para o seu desenvolvimento normal quando o sujeito deixa de ter gostos, interesses e valores próprios em prol de agradar os outros. Ou seja, o desenvolvimento social deve-se seguir um meio termo entre buscar a validação nos outros, mas também valorizar suas potencialidades.

Essa característica “quase patológica” (o termo utilizado para dar um grau de intensidade preocupante na saúde mental) de aceitar o que é do outro para ser aceito num grupo, Jersild vai chamar de conformismo que é uma fase comum no começo da adolescência de aceitar e imitar tudo o que vem dos pais ou criadores,

mas que precisa ser vencida caso o sujeito queira se conhecer e experimentar o mundo.

Se o adolescente quiser achar-se a si mesmo e entrar no gozo do seu direito inato como indivíduo distinto, é-lhe essencial não se conformar pura e simplesmente. Para realizar as suas potencialidades, ele tem de ser uma pessoa e não só uma parte; um ser humano e não só um dente de engrenagem numa máquina social impessoal (Jersild, pg 256, 1957)

Caso contrário, o próprio Jersild defende que essa imitação sem limites gera a morte do eu, que é justamente o que já foi dito sobre essa castração da subjetividade com o objetivo de caber numa bolha social e replicar sempre o mesmo imposto por um grupo dominante. Inclusive, pessoas presas à essa bolha podem até alimentar entre seus pares ideias preconceituosas contra pessoas de outros grupos, desde expressões menos violentas, como olhar com apatia ou como se a pessoa não devesse estar ali, até casos jurídicos como humilhações verbais e agressões físicas.

Dentro de um viés da psicologia, em uma abordagem psicodinâmica, Carl Jung trás o conceito de “persona” para designar “máscaras” que os indivíduos criam para diferentes situações para melhor se adaptarem. Tais personas, quando utilizadas da maneira correta pelo único objetivo de adaptação saudável, influencia positivamente o processo de individuação (processo de conhecimento de si mesmo). Porém, quando criadas literalmente como máscaras na tentativa de esconder algo (consciente ou inconscientemente), Jung denominava o processo de “possessão da persona/sombra”, quando o processo de individuação é limitado e há a dificuldade de diferenciar o Self (o ser em si) da persona, que é o processo que Jersild descreve quando há essa necessidade de imitar o outro, deixando a si mesmo.

4. A REPRESENTATIVIDADE NA MÍDIA E A ROMANTIZAÇÃO

As mídias, assim como as outras formas de arte, são extremamente eficientes para representar as emoções daqueles que as consomem, sejam os jogos virtuais, as séries ou os filmes. Essa eficiência se dá pelo fato do caráter artístico que desde os primórdios, a humanidade vem utilizando da arte para representar aquilo que sentem e pensam com maior facilidade, não é atoa que em testes

psicológicos como o DFH e o HTP são considerados “projetivos”, ou seja, baseados na produção de um desenho que represente características internas do analisando.

Por outro lado, como qualquer outro meio de comunicação, essas mídias também são facilmente manipuláveis e partidárias, fazendo com que essa representação que pode ser muito positiva para a formação da identidade do sujeito, seja carregada de estereótipos de uma determinada ideologia, como explicam Dutra e Monteiro (2019):

A ficção, nas mídias visuais, apesar da existência de exceções, é responsável por representações supostamente precisas do modo através do qual a sociedade se enxerga; ou seja, funciona, também, como um mecanismo para disseminação da desinformação e o perpetuamento de estereótipos, como, por exemplo, o estereótipo de que pessoas que sofrem de transtornos psicológicos possuem predisposição à agirem violentamente. (Dutra, Monteiro, 2019, pg 2)

Na teoria sócio-histórica, baseando-se no materialismo dialético de Marx, Vygotsky propõe que a identidade do ser humano é moldada a partir da mediação com outros seres humanos e com o ambiente que os cerca, tal como funciona na aprendizagem. Nessa teoria, a identidade social do sujeito é formada a priori da identidade pessoal, afinal os conteúdos sociais e culturais aprendidos são mais tarde internalizados na psique, formando a personalidade.

Sabendo disso e trazendo a teoria de Vygotsky para os dias atuais, entende-se que a relação dos sujeitos com os meios de comunicação são mais evidentes que na época que a teoria foi proposta, e consequentemente aplicam uma influência mais forte no que se refere a formação da identidade cultural e pessoal de cada um, a tal ponto de algumas vezes funciona mais como alienação cega do que uma representatividade de fato.

Em 2003, Donald L. Diefenbach e Mark D. West (2007) realizaram uma pesquisa no conteúdo dos programas de horário nobre dos quatro maiores canais da televisão americana. Em 84 horas de conteúdo analisado, 29 personagens foram identificados como portadores de transtornos psicológicos. Desses, 37% poderiam ser classificados como criminosos violentos. Nesses mesmos programas, cerca de 2 mil personagens não possuíam transtornos psicológicos, e apenas 93 deles apresentaram comportamento violento e criminal. (Dutra, Monteiro, 2019, pg 3)

Na citação acima, a partir da pesquisa de Dutra e Monteiro, é possível perceber como a mídia gosta de aumentar e dar novos significados para algumas situações para ganharem mais fama e ter mais pessoas acessando aquele conteúdo. Nessa mesma pesquisa, as pesquisadoras explicam que, ao contrário do

que as mídias colocam, pessoas com transtornos mentais normalmente são as vítimas dos crimes e não as causadoras.

Pegando emprestado o termo de George Gerbner (1976), também citado na pesquisa de Dutra e Monteiro, pode-se considerar essa alienação e essa má representação dos transtornos mentais como uma forma de “aniquilação simbólica” que é a não representação proposital de alguma condição ou cultura em prol da disseminação de outra (ou ainda “violência simbólica” quando não há essa “extinção” simbólica, mas há um ataque). É o que acontecia na época da Segunda Guerra ou ainda na Guerra Fria com os filmes e quadrinhos da época que “demonizava” as ideologias opostas, ressaltando características estereotipadas.

Atualmente tem sido muito comum mídias que criam personagens com algum transtorno mental enviesado e estereotipado, junto com outro personagem que age na vida do adoecido como um “herói” ou uma “cura”, sendo que na vida real, as pessoas próximas dos afetados por transtornos, em muitos casos, tem um forte sofrimento psíquico.

Nessas histórias, quase sempre, há um personagem que se torna a cura para o transtorno do outro, trazendo, com isso, mais dois mitos que reforçam os estereótipos de transtornos mentais: o de que quem se apaixona por alguém com transtornos psicológicos é um tipo de herói; e o de que a cura para eles é externa e não necessariamente envolve terapia e medicação. (Dutra, Monteiro, 2019, pg 7)

Não só em criações românticas, mas em temas que envolvem personagens com alguma desordem social (“psicopatas”), como é o caso de Hannibal e Dexter, onde os personagens são retratados como charmosos, atraentes e inteligentes, retratando tais personagens de forma mais humanizadas, fazendo com que os telespectadores sintam uma certa empatia por eles e que segundo as pesquisadoras já citadas, uma revisão feita por O’Boyle em 2013, perceberam que a psicopatia e uma “super inteligência” não são fatores correlacionados.

O mesmo vale para os personagens depressivos e ansiosos também muito retratados e muitas vezes, romantizados, como é o caso da série “os 13 porquês”, retratando o cotidiano de uma pessoa com depressão que comete suicídio e deixa fitas para seus colegas de escola, tal como se fossem cartas. Inclusive, a série desobedeceu a norma da OMS que pediu que não houvesse cenas de suicídio,

afinal tais cenas não são permitidas nem em jornais de notícias a fim de evitar gatilhos.

No mesmo sentido, na literatura, John Green conhecido por sua obra principal “A Culpa É Das Estrelas”, escreveu também “Quem é você, Alasca?” voltado ao público adolescente (assim como a maioria dos seus livros) e que em 2019 ganhou uma série baseada no livro. A trama acontece em uma escola com internato, numa história típica de seriado adolescente em que os jovens se reúnem para pregar peças nos outros, envolvendo os diferentes grupos da escola.

Mas o que chama atenção é o romance entre o protagonista (Miles Halter) e Alasca Young. O protagonista se prova alguém sem muita experiência romântica e Alasca retratada como a típica adolescente rebelde que vive sem pensar muito nas consequências, se envolvendo com bebidas alcoólicas e principalmente com o tabagismo, romantizando tais atitudes, como a frase que ela mesmo diz: “Vocês fumam para saborear, eu fumo para morrer”. E esses momentos de intensidade, senso de aventura e de perigo são colocados na obra de forma muito “charmosa”, sempre influenciando o protagonista que é sempre colocado no livro como mais receoso e acaba que no final do livro, ele se sente mais corajoso para seguir Alasca e replicar os seus comportamentos. É claro que não há problema nisso já que é uma obra de ficção, mas é importante para esta pesquisa ressaltar que como as mídias anteriores, o livro descreve esses impulsos de Alasca e do protagonista de forma romantizada, charmosa e sem consequências.

A representação cega, e acrítica, das mídias auxilia elas à modelarem o comportamento do indivíduo na criação de uma estética própria daquela mídia específica. Porém, com o tempo, passa a ser algo independente, como se fosse um organismo vivo e que passa a influenciar mais pessoas que não conhecem a mídia que a originou. Podemos citar como exemplo a estética “emcore”, definida por roupas escuras, com muitos acessórios, franja no cabelo e emoções exageradas e dramáticas. Essa cultura nasceu à partir da música dos anos 2000, uma modificação do rock e do punk que tinham esse lado emotivo a florado, e hoje muitas pessoas (na maioria jovens) se dizem “emo” por gostar da estética visual, sem reconhecer o vínculo musical do princípio.

A criação e o seguimento dessas estéticas tornam-se o que Durkheim chamava de “Fato Social”. Ou seja, a cultura criada passa a ser algo tão cristalizada

e arraigada à sociedade ou um grupo menor que as pessoas sentem cada vez mais necessidade de estarem dentro desse grupo, caso contrário, sentirão excluídas (e segundo Durkheim, serão mesmo).

E por isso, o tema deste artigo é problemático. Com a necessidade de se encaixarem, os jovens, os mais propensos à busca por identidade grupal para desenvolverem a identidade pessoal, podem se expor à perigos irreversíveis, influenciados por uma mídia que romantiza comportamentos perigosos e desadaptativos, como o caso do abuso de substâncias, a fim de se encaixarem num “tribo” que flerta com esse tipo de estética. A própria estética emo, anteriormente, tinha problemas com a romantização e a repetição de comportamentos de automutilação como forma de enfrentamento ineficiente dos problemas.

A partir da literatura, Corrigan e Watson (2002), Stuart Hall (1997) e as pesquisadoras já citadas no artigo, Dutra e Monteiro (2019), é possível chegar à conclusão que podemos dividir a representatividade em três tipos: Positiva/saudável, neutra/artística e “patológica”. A representatividade saudável diz respeito às mídias que auxiliam os indivíduos a construir sua própria identidade a partir da mediação, como defende Vygotsky. A representatividade neutra tem o objetivo único de ser artística, se por um acaso ela facilitar no desenvolvimento da identidade, ótimo, mas esse não é o seu foco. E por fim, a já comentada, a patológica, que utiliza de ideologias e estereótipos para criar repertórios cognitivos politizados e controlados nos sujeitos. Vale ainda ressaltar que o termo “patologia” aqui não é relacionado com doença ou transtorno, apenas uma forma desadaptativa de agir.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se a partir desse estudo que as mídias têm uma forte capacidade de influência, principalmente nos mais jovens, pois naturalmente eles estão em uma idade em que a busca por aceitação social é de extrema importância para a sua construção de identidade, como já defendido por Papalia e Jersild. Essa informação não é algo ruim, afinal o ser humano necessita dessa mediação para se desenvolver, seja com outros humanos, ou com os meios de comunicação e mídias.

No entanto, deve-se com os mais jovens nas escolas e nas famílias, a importância de ser crítico ao consumir qualquer mídia para que eles possam escolher aquilo que faz sentido para eles, que trará benefícios e bem-estar e não algo imposto por simplesmente aceitação. Também os meios de comunicação devem ser mais responsáveis na hora de criar seus personagens e propagar informações, se atentando à possíveis estereótipos e pensando no que causarão a população.

Contudo, os objetivos do artigo foram atingidos, à medida que ele visa observar os efeitos que a representatividade pode causar na população, sejam eles positivos ou negativos, sem tomar um partido, agindo contra ou à favor, mas se posicionando de forma neutra. Ressalta que a pesquisa não fora realizada com pesquisa de campo e que talvez fosse uma boa ideia recolher informações de campo a fim de compará-las com os resultados da atual pesquisa.

REFERÊNCIAS

JERSILD, Arthur. Psicologia da Adolescência. 2. ed. Nova Iorque: The Macmillan Company, 1957. 515 p. v. 78.

PAPALIA, Diane E.; FELDMAN, Ruth Duskin. Desenvolvimento Humano. 12. ed. rev. [S. l.]: AMGH Editora LTDA, 2013. 793 p.

MELO, Carolina Marques de; RODRIGUES, Pedro Octávio Gonzaga. **O fenômeno da romantização: uma análise da série 13 Reasons Why**. In: *Ciências da saúde e suas descobertas científicas*. [S.l.: s.n.], [2021]. Disponível em: <https://doi.org/10.56238/ciesaudesv1-094>. Acesso em: 6 maio 2026.

DUTRA, Ana Claudia Monteiro; MONTEIRO, Maria Carolina Maia. **A glamourização de transtornos psicológicos na mídia**. In: CONGRESSO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO NA REGIÃO NORDESTE, 21., 2019, São Luís, MA. *Anais [...]*. São Luís: Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, 2019.

VIVÊNCIAS DE RUA: realidades da população em situação de rua em uma cidade interiorana no estado de São Paulo

Mariane Silva Teixeira
Graduanda em Psicologia- Uni-FACEF
mariane2004teixeira@gmail.com

Profa Dra Maria de Fátima Aveiro Colares
Orientadora do projeto
mariadefatima@facef.br

1. INTRODUÇÃO

O Plano Nacional Ruas Visíveis (Brasil, 2023), que se constitui como plano de ação e monitoramento para Efetivação da Política Nacional para a População em situação de rua (PNPR), descreve como a população em situação de rua é um grupo diverso, que adoece e que vivencia múltiplas realidades. Portanto é de suma importância valorizar e ouvir o que as pessoas marginalizadas falam sobre si, não a fim de generalizá-las, mas com o objetivo de entender suas realidades e garantir acessos e direitos que seriam deveres do Estado. Assim, a população em situação de rua é um grupo heterogêneo. Sendo necessário “primeiramente reconstruir o olhar a respeito da população em situação de rua, enxergando-a como um grupo que existe e que é socialmente importante” (Silveira, 2009).

De acordo com o Conselho Federal de Psicologia (2025), pessoas em situação de rua “utilizam as ruas como espaços de sociabilidade, convivência, subsistência etc. Enfrentam preconceitos e tentativas de aniquilação de seus corpos, identidade e história” (p. 22). Sendo assim, o presente trabalho vai em direção contrária as violências sofridas por essa população.

É de extrema necessidade compreender as especificidades e decodificar as vastas relações estabelecidas nas ruas em suas diferentes formas, seja associações de cuidado, conflitos, serviços e como os vínculos são constituídos na rua, reconhecendo na pessoa desassistida sua capacidade de produzir significados da rua enquanto um locus de existência (Holanda, 2019).

É preciso reconhecer a rua, agora com um olhar de permanência de grupos marginalizados, e as vivências a partir de seu território (suas regras não oficializadas, conflitos), acolhendo-os, reconhecendo autonomias e diversidades.

Esse acolhimento inclui o reconhecimento do paciente como protagonista do seu próprio processo saúde/doença, indo de encontro a essa pessoa. Isso é, não assumir postura de herói ou hierarquia. “Conhecer os territórios, as dinâmicas de vida e as suas práticas de transgressão é parte de um processo de abertura para o “outro” e o caminho para a desconstrução do olhar estigmatizante e colonizador.” (Hallais, Barros, 2015).

Este trabalho tem como objetivo conhecer as vivências de moradores de rua e suas particularidades e demandas em uma cidade no interior paulista, além de, buscar compreender a atuação dos profissionais dos serviços básicos de saúde e assistência social voltadas para a população.

Para a realização da pesquisa se faz necessário a compreensão do discurso de saúde e assistencial que eles produzem, assim como a maneira na qual se realiza o trabalho dos profissionais nas áreas, quais as diretrizes do manejo atual e como é feita a entrada da população de rua nesses serviços, caso haja, com o objetivo de compreender as demandas atendidas por eles.

Vale ressaltar que esta pesquisa deve ir de encontro com a ética do Conselho Federal de Psicologia (2019):

Não é possível desassociar a operação de limpeza na cracolândia de outros momentos históricos, em que a elite nacional pensou estratégias de desenvolvimento que passam por essa ideia de higienização. A imagem de pessoas na rua consumindo drogas, morando na rua e sem grandes perspectivas escancara as mazelas de uma sociedade profundamente desigual que em detrimento do lucro de poucos, produz miséria para muitos.

Em outras palavras, é a diretriz do trabalho que preza por uma contínua luta contra processos de higienização, priorizando e fortalecendo uma construção ética acerca dos fatores sociais envolvidos no tema. Nesse sentido, é importante o posicionamento sobre a retirada das pessoas de seus territórios com o intuito de “limpeza” e “cuidado”, tendo um olhar crítico sobre a realidade. Inclusive em relação ao que caracteriza as pessoas que fazem da calçada morada, a extrema pobreza, é oriunda de questões sociais como relatado no texto. Saúde da população em situação de rua: um direito humano (Brasil, 2014).

É base para o trabalho de garantia de direitos à legitimação da população de rua. A Lei nº 11.258 de 2005, que incluiu, no parágrafo único do Artigo 23 da Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS, a prerrogativa de que, na

organização dos serviços da Assistência Social, deverão ser criados programas destinados às pessoas em situação de rua (Brasil, 2011).

A proposta da cartilha Saúde da População em Situação de Rua vai muito de encontro com o que é esperado do presente trabalho, que seria o compartilhamento de informações de modo reflexivo sobre o que é estar em situação de rua, dando voz à população de rua enquanto sensibiliza profissionais para um acolhimento adequado (Brasil, 2014).

Assim, este estudo assume uma importância social relevante pois pretende discutir questões à luz das políticas públicas.

2. JUSTIFICATIVA

A justificativa da pesquisa é a necessidade de ampliar o conhecimento sobre a população de rua em uma cidade do interior de São Paulo, entendendo as particularidades da cidade e da própria comunidade. Acredita-se que, ao entender o contexto e a realidade que estão inseridas as pessoas sem acesso à moradia da cidade, é possível o entendimento da atenção básica voltada para pessoas que vivem abaixo de estrelas, com o objetivo, junto às secretarias de Saúde e Assistência Social e dar subsídios a projetos a fim de assistir essa população. Somando com a própria perspectiva dessas pessoas em como o serviço às atende, buscando melhorias e qualificações, fortalecendo assim os serviços públicos de saúde e assistência social da cidade.

3. OBJETIVOS

3.1 OBJETIVO GERAL

O objetivo geral do presente trabalho é a caracterização da população de rua de uma cidade no interior de São Paulo, a fim de construir, junto à comunidade, um diagnóstico socioterritorial, para auxiliar o entendimento das demandas existentes sugerindo medidas específicas de cuidado integral para a população da cidade, além de dialogar com equipes de saúde e assistência e a comunidade de rua.

3.2 Objetivos específicos

1. Compreender o contexto de vida de pessoas em situação de rua incluindo aspectos relacionados às suas fragilidades, potencialidades e saúde mental
2. Explorar as especificidades da vinculação com a comunidade, em um contexto de cidade de interior;
3. Identificar a partir de relatos de profissionais as dificuldades vivenciadas pela população em situação de rua;
4. Compreender através da escuta qualificada a realidade local vivenciada pelos moradores de rua;
5. Colaborar com a perspectiva de Políticas Públicas que possam atuar junto a moradores de rua.

4. METODOLOGIA

4.1 Delineamento de pesquisa

A construção do presente trabalho foi desenvolvida a partir de metodologia exploratória e descritiva, de abordagem qualitativa.

4.2 Participantes do estudo

O estudo ainda se encontra em andamento e os participantes estão compostos por 2 grupos:

Grupo 1: População com trajetória de rua da cidade estudada, maiores de 18 anos, em condições mínimas de diálogo, com uma fala organizada, e já ter tido vivência nos espaços públicos superior a um mês; Grupo 2: integrantes da equipe profissional da rede, sendo, médicos, enfermeiros, psicólogos, assistentes sociais, técnicos ou auxiliares de enfermagem, agentes de saúde, atendentes, que trabalham nos serviços de assistência e saúde da cidade.

4.3 Instrumentos utilizados

Para a coleta de dados foi utilizada entrevista semiestruturada. Para o Grupo 1 as perguntas são relacionadas à percepção dos atendimentos de saúde e

assistência, a construção do imaginário da população em situação de rua, caracterizando-os, dados sociodemográficos, tempo de rua, atividades do dia a dia, possível condição médica, questões referentes à comunidade, buscando entender as redes de apoio, laços, coletividades, estigmas que há, perguntas direcionadas a sua vinculação com os serviços de saúde e assistência da cidade, incluindo perspectivas quanto aos serviços e conhecimento de seus direitos. Para o Grupo 2, as questões serão direcionadas aos prestadores de serviços, referentes à profissão, instituição que trabalha, se houve um atendimento de alguma pessoa em situação de rua, como ele se dá, percepção dos profissionais acerca do que é viver em situação de rua, programas existentes, formação continuada.

4.4 Coleta de dados

O estudo encontra-se em andamento. Com o Grupo 1 ainda não foi possível a realização das entrevistas em razão de questões operacionais dos equipamentos, pois a pesquisadora será acompanhada por um membro da equipe. A coleta de dados será realizada nos espaços de identificação onde as pessoas que sobrevivem, ou já sobreviveram se encontram. Em relação ao Grupo 2, os profissionais da saúde e sociais, a coleta de dados foi realizada no espaço que o trabalhador exerce sua função. A coleta com os profissionais já foi iniciada e até o presente momento foram entrevistados 7 profissionais.

4.5 Aspectos éticos

Tanto para as entrevistas com o Grupo 1 como o Grupo 2, o TCLE será apresentado e explicado a natureza do estudo, conforme as recomendações do comitê de ética em pesquisa após aprovação do estudo.

4.6 Análise dos dados

Os dados parciais obtidos até o momento (Grupo 2) foram analisados segundo os pressupostos da pesquisa qualitativa. As entrevistas foram transcritas com a anuência dos participantes e analisadas em categorias temáticas sobre as questões abordadas.

5. RESULTADOS PARCIAIS OBTIDOS

Os resultados obtidos com o Grupo 2 (profissionais da área da saúde e assistência social) se caracteriza inicialmente pela apresentação dos dados sociodemográficos dos participantes (Tabela 1), e na sequência serão apresentadas as categorias temáticas obtidas a partir das entrevistas realizadas, bem como sua discussão.

5.1 Dados sociodemográficos

Tabela 1- Informações de dados sociodemográficos referentes aos participantes do Grupo 2 (profissionais da área da saúde e assistência social)

Participantes	Sexo	Estado civil	Religião	Profissão	Local de trabalho	Tempo
P1	M	União Estável	Católico	Agente de saúde	ESF 1	10 anos
P2	M	Casado	Cristão	Coordenador	Vigilância Sanitária	20 anos
P3	F	Casada	Católica	Enfermeira	ESF 2	1 ano
P4	F	Casada	Não declarado	Agente do Centro de Endemia	ESF 3	7 anos
P5	F	Casada	Espírita	Enfermeira	CAPS	1 ano
P6	M	Viúvo	Católico	Dentista	ESF 4	36 anos
P7	F	Divorciada	Católica	Téc de Enfermagem	ESF 5	11 anos

*Tabela elaborada pela autora

5.2 Resultados referentes às categorias temáticas

5.2.1 Experiência e vivência com a população de rua

Esta categoria buscou identificar junto aos profissionais entrevistados sobre a vivência do atendimento à população de rua. Foi perguntado a todos se já atenderam ou não essa população, onde e a frequência atendida (Tabela 2) e dentre os 7 entrevistados, uma relatou ter atendido nos distritos, embora não na unidade atual, outros três relatam certa frequência e uma relatou que já foi até o território a fim de abordar para realizar uma ação a longo prazo que não foi para frente. Uma

das entrevistadas mencionou que atendia frequentemente, seja na recepção ou no território, mencionou que às vezes chegam alterados e bêbados, mas que nunca havia a desrespeitado. Duas pessoas declararam que nunca atendeu, apesar de que uma delas disse que já foi até o local de uma pessoa para cuidar de seus cachorros. Ao decorrer das entrevistas fica evidenciado que isso é em detrimento ao tipo de serviço realizado e a microárea de cada profissional, pois quem nunca atendeu justificou que não seria do serviço ou que não havia no território o qual são responsáveis. Portanto, fica identificado que a área que o profissional atua influencia diretamente na frequência de atendimentos.

Tabela 2- Informações quanto a atuação com a População em Situação de Rua

SERVIÇO	ATUAÇÃO COM A PSR	NO TERRITÓRIO	FREQUÊNCIA
ESF 1	Não	-	-
Vigilância Sanitária	Não diretamente	Sim	Não declarada
ESF 2	Em outra unidade	Sim	"Diversas" (sic)
ESF 3	Sim	Sim, também	"Muitas vezes" (sic)
CAPS	Sim	Sim	Uma vez
ESF 4	Sim	Não	"diversas" (sic)
ESF 5	Sim	Não	"vira e mexe" (sic)

*Tabela elaborada pela autora

Desta forma, dos profissionais que atenderam essa população, é evidente que a demanda por atendimento, embora exista, nem sempre chega até a unidade, sendo preciso atividades extramuros com essa população. A utilização por exemplo de sanitários/bebedouro é comum, ou seja, quando vão até o serviço, nem sempre é para fazer uso de atendimento médico, mas é uma possibilidade para o estabelecimento de um certo vínculo. Para Antunes (2025, p. 159) "criar vínculo demanda convivência, tempo e não esperar que outro venha e fique, porque para ficar existem muitos outros condicionantes e determinações." De acordo com a pesquisadora, essa conexão não é algo menor que um procedimento técnico, pelo contrário, seria o trabalho mais elaborado de uma equipe de saúde.

As demandas declaradas pelos entrevistados voltaram-se para consequências em decorrência de álcool e outras drogas como crack e tabagismo, somadas a maiores fragilidades a infecções e doenças transmissíveis, sexualmente ou não. Demandas de assistência social, moradia, alimentação, educação, também foram expostas, destacando um enfoque maior em demandas de saúde mental, por uso contínuo de drogas e por viver nas ruas, uma vez que foi declarado unanimemente que viver na rua pode agravar questões psíquicas. Uma participante mencionou que a demanda seria “um cuidado com elas”, sem especificar.

Quanto às estratégias de cuidado realizadas pelos participantes, foi constatado ser comum o encaminhamento ou conexão com o serviço de assistência social, somadas à demanda daquele paciente. Também foi realizada solicitação à internação, copulada pelo CAPS da cidade. Foi dito em entrevista que essa população evita procurar atendimento médico, esperando se agravar ou melhorar, devido ao uso de substâncias, o que impediria a eficiência do tratamento, somadas ao medo do preconceito e da internação compulsória. Segundo Alves, Chiabotto e Lima (2023) as políticas sobre saúde mental e drogas vieram após um processo político-social-cultural, conhecido como Reforma Psiquiátrica, com ideais éticos-políticos do cuidado em liberdade, com a RAPS, o que se opõe aos ideais de encarceramento.

É válido ressaltar que 5 entrevistados são atuadores da Estratégia da Saúde da Família que é uma instituição que objetiva a produção da atenção integral, com práticas de cuidado que levam em conta a realidade do território, isso inclui renda, política, subjetiva, comunitária. Elaborando construções coletivas sob princípios do SUS, como o Humaniza SUS, incluída na Política Nacional de Humanização do SUS. (Conselho Federal de Psicologia, 2019). Essa política do Ministério da Saúde foi criada em 2003 e coloca a gestão e a atenção como indissociáveis, a fim de repensar e intervir no dia a dia, potencializando a rede (Martins, 2017). Articulam-se, portanto, com a população em situação de rua na medida em que os serviços da atenção primária à saúde devem atendê-los de modo humanizado, entendendo o contexto sociopolítico dessas pessoas marginalizadas, assim, contempla os princípios de Equidade, Universalidade e Integralidade estabelecido pelo SUS.

Neste sentido, isso implica que é um dever do Estado a garantia de direitos da população toda, priorizando a diminuição de desigualdades, investindo mais onde a necessidade é maior, articulando com outras políticas públicas. Isso está em coerência com a Política Nacional de Assistência Social (PNAS) que orienta a assistência social sobre seu dever de articular de forma intersetorial com outras políticas sociais, como a saúde, educação, emprego e habitação.

Diante da constatação que fazem da articulação com a rede, acionando a assistência, é uma ação coerente com a política, pois o paciente não pode ser visto como de um serviço só e sim de toda a RAPS, trabalhando todas as esferas, pensando na defesa da garantia de seus direitos.

Um aspecto levantado na entrevista foi quanto ao entendimento desses profissionais dos motivos que eles acreditariam que levaria alguém a viver nas ruas. Todos responderam de alguma forma que dificuldades socioemocionais, incluindo e relacionando diretamente ao vício, ocasionaram a ausência de moradia. Frases como "perde a fé" e "desacredita de todo o resto" e até mesmo a presença de "transtorno mental", foram postos como ações que motivariam a realidade da vivência de rua. Também foi dito que o motivo é "problema psicológico, porque se tiver 'são' não vai para rua". Um dos entrevistados apontou como fator principal questões financeiras de que "não tem para onde escapular, não consegue serviço, passa para as drogas". Foi respondido que a principal causa seria a adicção. Segundo Antunes (2025, p. 165), "colocar a ida para rua como resultado do uso de AD é simplificar, além de ser conveniente para o capital, pois permite a manutenção da acumulação sem discutir moradia, emprego e outras tantas políticas que deveriam ser anteriores". Isso pois, "a rua escancara as condições de vida mais precárias, pois não tem onde esconder, ela escancara a questão social no seu nível mais intenso" (Antunes, 2025, p. 165).

Para a Antunes, a percepção dos profissionais sobre o uso de substâncias pode ser usada como um motivador e justificativa "para propostas de internações compulsórias e práticas higienistas com a PopRua, sendo a temática em que a lógica manicomial mais se fortaleceu na atualidade e que mais desafia a RAPS e o cuidado em liberdade" (Antunes, 2025, p. 161). Portanto, é preciso se atentar a outras esferas da vida, olhar para além da substância, encontrar-se com o sujeito.

Em 2020 foi realizado uma pesquisa, a partir de informações coletadas no atendimento do Centro-POP, onde foi constatado que os motivos declarados pela própria PopRua das 749 fichas analisadas, é a primazia de problemas no âmbito familiar, posteriormente o consumo de drogas e o desemprego (Oliveira apud Antunes, 2025). Isso demonstra que pode haver um certo estigma dessa população. Em 2023, através de um diagnóstico feito pelo Governo Federal, trazem dados que os principais motivos apontados foram os problemas familiares (44%), seguido do desemprego (39%) e do alcoolismo e/ou uso de drogas (29%), de acordo com autorrelatos (Brasil, 2023). Isso demonstra que as drogas nem sempre são postas em primeiro plano para essa população ao olhar a própria trajetória de vida.

Sobre a capacitação destes profissionais entrevistados, ficou evidente que é incomum o acesso à educação de como trabalhar com esse público, sendo mencionado que seria por falta de interesse do profissional também (essa fala aparece uma única vez). Foi predominante as barreiras que são decorrentes desse déficit em formação ocasionando na dificuldade em abordar e em trabalhar com esse público. É importante discutir que apenas uma participante mencionou ter tido acesso a formação, feita durante a graduação, e a profissional do CAPS que relatou ter tido capacitação relacionada ao abuso de substâncias que poderia contribuir com a PSR.

Foi questionado aos entrevistados se eles acreditam que os serviços trabalham na defesa dos direitos dessas pessoas e quais direitos seriam esses, para além de pensar se são ou não beneficiários de algum programa. Existe um consenso de que a população em situação de rua possui os mesmos direitos que qualquer outro cidadão, sendo o acesso à saúde e à alimentação os mais citados. Dois entrevistados reforçaram, durante a entrevista, que o atendimento deve ser garantido mesmo sem documentação, seguindo o princípio da equidade e da universalidade do SUS.

A cartilha Saúde da População em situação de rua: um direito humano relata que apesar de existir ações do estado e da sociedade civil para a população era voltada para ações assistencialistas ou até mesmo com políticas higienistas, explicitando como o reconhecimento dessa população como cidadãos de direitos é recente (Brasil, 2014). Essa questão se torna necessária para a discussão dos reconhecimentos dos direitos dessa comunidade.

Outra fala que chama atenção é a da profissional do CAPS em que ela diz que têm direitos “ao tratamento, medicação e internação”. Seguindo uma concepção mais fechada, sem dizer de outros direitos, focando numa visão medicalizante do sujeito. Segundo as Referências Técnicas para atuação de psicólogos em Política Públicas de Álcool e Outras Drogas (2019), a postura repressora que ainda se faz presente dificulta ações de cuidado e proteção para quem faz uso de substâncias. Pois a ação de cuidado, tem que efetivamente passar pela percepção das tramas sociais, tecida na história das dominações e opressões, contendo preconceitos, principalmente em torno do uso/abuso de substância.

Dois profissionais mencionaram que o serviço ser porta-aberta já estaria garantindo os direitos dessa população. Essa fala é perigosa, na medida em que, de acordo com a Política Nacional de Atenção Básica (PNAB) (2011), na ausência do dispositivo clínico-comunitário intitulado Consultório na rua na região, “a assistência e o cuidado à saúde desse indivíduo devem ser realizados pelas equipes da UBS, com o acompanhamento de uma das equipes multiprofissionais da Estratégia Saúde da Família (ESF)”. (Conselho Federal de Psicologia, 2025, p. 96). Para fins de esclarecimento, a unidade mencionada realiza cuidados extramuros em saúde, com agentes de saúde, médicos, técnico de enfermagem, psicólogo, toda a equipe, num geral, no contexto de vida desses pacientes, além disso há a “oferta de cuidados no próprio espaço da rua e a construção de estratégias de intervenção com o objetivo de fornecer aos usuários acolhimento, aproximando-os dos serviços de saúde” (Conselho Federal de Psicologia, 2025, p. 96). Além de que de acordo com Hallais e Barros (2015), após a Portaria nº112 publicada pelo Ministério da Saúde, prioriza-se que a assistência e o cuidado sejam realizados no próprio território da rua.

Com base nos relatos dos profissionais, as ações específicas para essa população são limitadas, sendo em alguns casos inexistente ou descontinuada. O CAPS relatou uma tentativa de uma ação conjunta com o médico da unidade e o CRAS. A proposta incluía atendimentos, realização de testes e entrega de kits de higiene no território. No entanto, o projeto foi interrompido após a saída do médico da equipe. A vigilância respondeu em negativo sobre ações específicas, mas citou que já fez visita domiciliar, o que seria uma ação, mas foi voltada aos animais que essa pessoa possui. Quanto às ESFs, uma participante mencionou que no território

as vezes aparece comunidade nômade (“ciganos”) e que já houve visitas, já outros participantes declararam não possuir ações ou que “tem, mas parece que não tem solução”, indicando uma percepção de ineficácia nas ações existentes. Os profissionais da ESF declararam que possuem estratégias e ações para essa população, no entanto não ficam claras quais as ações afirmando apenas que “sempre estão fazendo”, mas ressaltam que sua atuação é restrita à saúde bucal e que essas ações seriam de competência de outras áreas ou da prefeitura de forma geral.

Em relação às demandas da PopRua percebidas pelos profissionais da saúde, foi muito destacado a Saúde mental, vinculada ou não ao uso de drogas. Já mencionamos anteriormente os fatores de demandas da assistência social, como alimentação, benefícios, moradia e serviços de fortalecimento de vínculo, uma vez que foi apontado como um fator que levaria a pessoa para essa situação. Também foi pontuado demandas de higiene, exames de rotina. Dois participantes não souberam responder de maneira clara, dando resposta vaga, ou dizendo nitidamente não saber, ou afirmar que a demanda seria o “cuidado”.

De acordo com o Conselho Federal de Psicologia (2025, p. 44) “a atuação profissional deve considerar que essas pessoas acessam a vida a partir de outro referencial de espaço e temporalidade, pois a rua exige urgência para tudo: comer, dormir, trabalhar, entre outros aspectos básicos”. Ou seja, compreender o contexto de vida do usuário é, para o CFP, imperativo ético do profissional que atua com esse público, evitando a patologização de quem tem trajetória de rua.

Portanto, o reconhecimento de que há demandas básicas é crucial para o trabalho com essa população. Quanto a efetividade dos atendimentos com a PopRua, foi evidenciado diversos tipos de dificuldade, o que será melhor discutido posteriormente.

A População em situação de rua na cidade é vista predominantemente por todos os entrevistados, como sendo a maioria de homens na faixa dos 30 aos 60 anos, uma pessoa afirmou ser mais branca enquanto todas as outras negras/pardas. Uma mencionou ter mulheres e pessoas de todas as idades, outras não. Quanto ao uso de substância, é quase unânime que fazem uso ativo, principalmente de álcool e crack, segundo relatos. A percepção da saúde mental dessa população caracterizou os mesmos como algo provável para algum tipo de transtorno presente, seja

desenvolvido na rua ou antecedente, há quem considerou o uso de substância como transtorno, e todos caracterizam como pessoas com vínculos frágeis ou rompidos. Ao observar o Censo e a Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua (Brasil, 2009), percebe-se que não é contrastante com outras cidades, a maioria dessa população tende a ser homens negros ou pardos adultos que fazem uso de substância.

Quanto à saúde mental, foi perguntado desde a concepção geral dos entrevistados e posteriormente qual a sua associação com a população em situação de rua. Quanto à concepção dos profissionais do que é Saúde mental foi reconhecido dois tipos de visões: de bem-estar e equilíbrio multifatorial (visão ampliada/sistêmica, 5 entrevistados) e a ausência de transtornos/sintomas (visão biomédica de 2 entrevistados).

5. 2. 2 Fragilidades Identificadas

Sobre as fragilidades, um participante mencionou que o fato de ser uma cidade pequena interfere negativamente, devido a todos conhecerem as histórias, podendo haver algum tipo de conflito interpessoal, somados a falta de profissionalismo ético, negando atendimento a alguém por entender que essa pessoa poderia fugir do hospital, negar a continuidade do tratamento, sendo fruto de preconceito e estigmas, algo que foi unânime entre os entrevistados de afirmar que é uma realidade vivenciada por essa população na cidade, seja por medo de abordar, aproximar, ou da própria sociedade civil que poderia ser hostil devido à falta de higiene, as condições sociais e visuais, foi mencionado as violências interseccionais. Um entrevistado citou a fala de um vereador da cidade que afirmou que essa população "merecia uma paulada", evidenciando segundo ele "a mentalidade da cidade" (sic). Também foi percebido que o estigma existe também quando os profissionais se questionam em atender ou não um paciente que "sempre foge" ou que chega "alterado/bêbado", tratando a condição do usuário como um impeditivo para o cuidado. Percebe-se também que há uma barreira no atendimento devido a confiança fragilizada, onde eles podem temer ser atendidos e acabarem sofrendo uma internação compulsória.

Isso é, o preconceito com essa população também foi uma fragilidade encontrada na atuação desse público. Uma vez que, para Antunes (2025):

A criminalização, a culpabilização individual da pobreza nasce com o capital e a consequente estigmatização, preconceitos e todo o imaginário social ao redor do pobre. O capital precisa de uma população excedente e pobre, mas culpa o próprio indivíduo sobre sua situação para não assumir sua responsabilidade e, assim, manter sua acumulação. (p. 81)

Com isso, é possível afirmar que o estigma que perpetua sobre essa população não é um caso isolado da cidade e sim consequência de como a própria sociedade se articula, em prol do capital, ocasionando violências, como a aporofobia, se aproximando também nesse aspecto do usuário da saúde mental, por também sofrer de preconceitos e estigmas depreciativos, gerando restrição em seus direitos, postas num lugar de não-ser, não pertencentes da sociedade, à margem, para a autora. Dessa forma, o cuidado fica fragilizado, a criação de vínculos positivos também.

É possível perceber que isso não é uma exclusividade da cidade onde o estudo está sendo realizado, devido a discussão acerca do preconceito vivenciado por essa população. Apesar desse cenário, “A RAPS, como outras redes de saúde, tem o entendimento de assistência no território, ou seja, não precisa isolar para intervir.” (Antunes, 2025, p. 180). Suas diretrizes são: a integralidade, autonomia, respeito aos direitos humanos, atua também no combate a preconceitos e estigmas para que tenha um atendimento que tenta humanizar a pessoa (Antunes, 2025)

Assim, é preciso concretizar o que está na política, construir ações no contexto do usuário, objetivando o rompimento das barreiras estigmatizantes e realizar um trabalho que preza a autonomia, mesmo que isso signifique continuar fazendo uso de substância. Em 2009, foi aprovada uma Moção de Apoio à inclusão na PSR no SUS que gerou mobilizações diversas, como a resposta do Comitê Técnico em Saúde e algumas experiências de ESF sem domicílio.

Diante da constatação da vulnerabilidade social vivida pela população em situação de rua e das dificuldades que ela enfrenta para sobreviver nos centros urbanos do País, reconhece-se que o acesso ao sistema de saúde configura-se como um dos principais desafios presentes na sua realidade. Entre os problemas encontrados, podemos citar: procedimentos de atendimentos excludentes (exigência de documentação e comprovação de domicílio); exclusão da população em situação de rua da estratégia de saúde da família; falta de reconhecimento da população na política de saúde mental, DST, HIV e saúde bucal; não-atendimento pelas equipes de urgência; falta de capacitação das equipes; falta de continuidade do

tratamento; ausência das ações intersetoriais; processo de busca ineficaz/insuficiente dos moradores em situação de rua nos seus locais de fixação; falta de atendimento diferenciado que contemple as especificidades dessa população e falta de equipamento público de atendimento na pós-alta hospitalar do SUS. Tendo em vista essa situação, considera-se de suma importância e urgência garantir a inclusão destas pessoas no SUS, para que superem a situação de invisibilidade em que se encontram, e tornar efetivo um plano de ação em saúde específico. (Moção nº 101, Brasil, 2009)

Essa moção foi importante no reconhecimento da dificuldade que essa população vivencia para acessar os postos de saúde, além de destacar outras barreiras. Partir dessa moção para analisar as dificuldades encontradas demonstra que não é exclusivamente uma dificuldade do município por características dele, e sim uma dificuldade sistêmica, que já foi declarada. Destaca-se também a necessidade de hipervisibilizar essa população.

Quanto a cidade analisada, foi respondido por 4 pessoas que não há um atendimento efetivo, afirmando nem ter começado e que “falta capacitação” (sic) e instrução para os profissionais, segundo os entrevistados. Também foi declarado por todos que as dificuldades são multifatoriais, as causas identificadas para os participantes da pesquisa seriam de:

1. Abordagem e vínculo: 5 entrevistados apontaram que a abordagem inicial e o estabelecimento de um vínculo de confiança como uma dificuldade. Apesar de que esse fato se correlaciona com o fator de pequeno município de modo positivo mais do que negativo (será discutido isso posteriormente).
2. Falta de Capacitação: a maioria dos profissionais sente que não recebeu instruções ou preparos específicos para trabalhar com as particularidades desse público.
3. Barreiras do paciente: Foi dito diversas vezes da falta de adesão ao tratamento, que não é uma população que busca atendimento médico, apenas quando está muito grave a situação gerando maiores dificuldades. Esse fator poderia ser explicado pelas razões ditas por outros entrevistados, como o medo da internação compulsória, preconceito institucional e o abuso de substâncias que poderiam impedir dar continuidade a algum tipo de tratamento medicamentoso, gerando pouca adesão e até mesmo baixa procura médica.

4. População em situação de rua de passagem: mencionado uma vez como uma dificuldade devido ao registro, acompanhamento e continuidade. Esse fator foi apontado quando a pessoa não é do município devido ausência de cadastro e identificação.
5. A falta de protocolo de rede: o que estaria para além do município. O entrevistado afirma que na cidade o cuidado fica fragmentado, ao comparar com Franca, cidade vizinha, o que dificulta um atendimento integral
6. Conflitos éticos: uma profissional entrevistada aponta que o fato de "todos se conhecerem" pode ajudar no vínculo, também gera o problema de o profissional evitar o atendimento por conhecer o histórico pessoal do indivíduo, tornando o serviço menos profissional e mais baseado em julgamentos pessoais, podendo ocasionar no não atendimento desta pessoa.
7. Dificuldades da Gestão e da estrutura: Uma profissional foi bem crítica ao dizer que o município "não se importa" (sic) com a causa. Outra relatou a própria ausência de profissionais da assistência, direcionando o discurso para maior contratação e investimento, complementou dizendo que "ninguém quer mexer no bolso" (sic).

Ouvir os profissionais também permitiu a identificação de outros tipos de dificuldades que poderiam ser enfrentadas. Torna-se importante a divergência das concepções dos profissionais diante das mesmas perguntas. Os profissionais apresentaram diversas perspectivas, seja afirmando que o ideal é ir até o território em que essa população se localiza (o que foi fortemente criticado por um profissional, apesar de ser o que consta na política, como já apresentado). Há quem respondeu que o ideal seria aderirem ao tratamento apenas, como se a verdadeira questão fosse algo individual do paciente. A prevenção foi dita como uma necessidade ao questionar sobre o ideal, para que as pessoas não usem drogas, fazendo não existir PSR. Essa fala demonstra uma necessidade de uma reflexão mais crítica sobre o tema, pois não encara os verdadeiros dilemas da população em situação de rua, como barreiras para o pleno acesso a seus direitos de moradia,

alimentação e saúde somados aos seus empecilhos enquanto pessoas de baixa renda, marginalizadas e muitas vezes com vínculos rompidos, como já apresentado. No entanto, foi apontado que o tratamento humanizado como qualquer outro cidadão é o ideal, uma potencialidade decodificada que será discutida posteriormente.

Outra discrepância de respostas quando perguntado de a cidade estar perto desse ideal foi bem marcante onde um respondeu que a cidade está ‘melhor que o ideal’ (sic) enquanto outro afirma não estar nem perto “nem começou” (sic), ou até mesmo um ceticismo profundo de que não teria solução (justamente por associar a melhora como o abandono completo da droga, não focalizando em atendimento digno independente da substância). Essa profissional menciona que nada nunca daria certo em razão da droga, como se o abandono da droga devesse ser primazia do atendimento, a falta da sua superação significasse fracasso no atendimento. Essa concepção enfatiza um olhar estigmatizante que centraliza a droga, é por meio disso que as estratégias de Redução de danos tornam-se uma ferramenta essencial para a abordagens de equipes que trabalham com essa população (Brasil, 2012). Assim, compreendo que a abstinência não dá certo com todos, partindo do contexto do usuário, diminuir riscos e garantir o cuidado, com ou sem uso.

Outra fala que demonstraria uma dificuldade enfrentada pela equipe de saúde é a falta de profissionais da assistência social, dado esse que, após a conclusão desse trabalho, com a ampliação das entrevistas, poderá ser discutido com maior clareza.

Durante a entrevista, foi perguntado acerca do entendimento dos profissionais de saúde mental a fim de correlacionar posteriormente a PSR. Durante esse momento das entrevistas, foi respondido pelo profissional que ele não teria saúde mental, outro entrevistado mencionou que na unidade onde ela trabalha todos tomam remédios, incluindo ela. De acordo com o Conselho Federal de Psicologia (2025), através do CREPOP, dos profissionais que atuam com população em situação de rua é em sua grande maioria nos serviços da política de Assistência Social (72,5%), vivenciando vínculos e condições de trabalho precarizados, sendo 48,5% com carga horária entre 30 e 40 h e 32,5% com salário de até R\$ 2.500,00. Somados ao fato de que durante a graduação, 92% não tiveram acesso a conteúdo específico sobre pessoas que vivem em situação de rua, enquanto 62,7 % sobre políticas públicas. Isso impacta diretamente na saúde mental do trabalhador,

portanto, é preciso, dado a esses fatores, ampliar as discussões sobre a saúde mental do trabalhador e a precarização de seu trabalho, dentro do município e em todo o Brasil.

4. 2. 3 Potencialidades Identificadas

De acordo com o Ministério da Saúde (Brasil, 2014), é preciso olhar para os moradores de rua como pessoas que sobrevivem em condições precárias, mas que possuem muitas potencialidades, direitos, afirmando também que é preciso um olhar mais cidadão. Entretanto, pouco foi discutido sobre a potencialidade dessa população, voltando-se aos serviços e ao município.

Referente às potencialidades identificadas na pesquisa, o fato de que a cidade é pequena contribui para muitos fatores positivos para a construção de uma rede mais efetiva, uma vez que foi ressaltado que 100% do território urbano dessa cidade é coberto por ESFs, o que facilita na garantia e no acesso à saúde não só da PSR, mas de toda a população. Além disso, na cidade há uma unidade do Centro de Atenção Psicossocial (CAPS). De acordo com o Conselho Federal de Psicologia (2025), o modelo do SUS garante que a população participe da elaboração de estratégias no acesso à saúde, apesar disso, a PopRua segue sendo excluída nesse processo. Surge a Política de Redução de Danos em 1989 na atenção básica e nos CAPS, objetivando se aproximar dessas pessoas para promover saúde, baseando-se na Reforma Psiquiátrica.

Portanto é de grande ganho na cidade a construção recente do CAPS, tendo grande potencial para o trabalho de saúde mental para aqueles que mais necessitam. Para Antunes (2025, p. 56) “o cuidado é responsabilidade da rede multiprofissional e das políticas sociais. Atenção humanizada e centrada na pessoa”. Com isso, ela entende que a garantia do acesso de qualidade aos serviços de cuidado integral e assistência multiprofissional, sob a ótica da interdisciplinaridade, deve ser realizada não só por um tipo de profissional ou serviço, mas sim, por toda a rede.

Ainda referente ao tamanho da cidade, foi levantado pelos profissionais que o fato de que “todo mundo se conhece” gera uma maior proximidade, seja por parte dos agentes de saúde que conseguem “ficar em cima” (sic) e por facilitar a

comunicação e fortalecer vínculos familiares. Apenas uma pessoa entrevistada mencionou que já viu o atendimento ser negado, devido ao fato de conhecer o usuário, colocando uma limitação pessoal e ética, portanto, deve ser ampliado no que diz as políticas do serviço que essa pessoa trabalha e os direitos do usuário. O que seriam outras potencialidades identificadas é o próprio modo de funcionamento da rede já tende a garantir uma maior proximidade, um trabalho realizado no território, ainda mais somados a cidade ser coberta por ESFs, tende a contribuir para o atendimento, como já discutido anteriormente. Facilitando inclusive uma perspectiva intersetorial de “negociação permanente para o desenvolvimento de serviços, programas, projetos e benefícios que atendam aos direitos humanos das pessoas em situação de rua nas diversas políticas públicas” (BRASIL, 2011, p.18). Assim, fortalecer a RAPS, é de mais fácil garantia, visto que há uma proximidade socioespacial.

Outra potencialidade destacada é o tratamento humanizado com essa população ser reconhecida como um atendimento ideal, o pleno reconhecimento de que são seres de direitos, que devem ter seu acesso à saúde garantido, além de seus outros direitos, já é uma grande perspectiva para atuar na defesa do que é justo e está posto para essa população. Dado que a lógica da ESF " é romper com a lógica da atenção focada na doença e ir para um cuidado humanizado, numa perspectiva totalizante, considerando o território e a comunidade” (Antunes, 2025, p. 112). Ou seja, o pensamento dos trabalhadores é nesse ponto coerente com o que diz a política, visto o número de profissionais que atuam nessa estratégia que foram entrevistados.

Relacionando o que é saúde mental, foi um consenso que a rua agrava as questões psíquicas, seja por medo/insegurança de frio, fome ou pela própria violência. Alguns relataram que o transtorno mental é o fator que leva a rua, outros acreditam que a vida na rua poderia gerar transtornos diversos ao longo do tempo, como ansiedade, ou psicose induzida por substância. É uma potencialidade reconhecida que os profissionais pensem em como a rua pode impactar o sujeito, não só fisicamente, mas emocionalmente, assim, conseguem efetuar ações futuras que integre todo o sujeito da rua.

Um entrevistado apontou como uma facilidade que a cidade apresenta menos pontos de droga do que quando comparado a grandes municípios, o que

facilitaria, segundo ele, no “controle” (sic). Para além do controle policial, é possível pensar que possam ser menos afetados pela política de guerra às drogas do que grandes cidades. Considerando que “o proibicionismo das drogas é uma questão de exclusão social e criminalização da população negra” (Conselho Federal de Psicologia, 2019). afetando diretamente a população em situação de rua, em consequência. Portanto, quanto menos os efeitos e os agravos decorrentes dessa guerra, mais benéfico será para a PSR.

Foi mencionado em três unidades de saúde ser comum irem até a unidade para uso de banheiros e bebedouros, o deslocamento da PSR para as unidades independente de qual seja o uso, é uma aproximação para o atendimento efetivo, por meio da vínculos e acolhimentos que possam ser estabelecidos, ações poderiam ser organizadas pensando nisso.

A tentativa feita anteriormente que unia o CAPS e o CRAS, que acompanhava o antigo médico da unidade de SM e outros profissionais de saúde com a assistência, é uma proposta muito semelhante à estratégia do Consultório na Rua. Assim, realizaria uma vinculação no contexto de vida dessa comunidade, compreendendo suas demandas, oferecendo atendimento e acolhimento, além da entrega de certos insumos (Hallais, Barros, 2015). Conclui-se com isso, que a continuação desse projeto seja de grande impacto.

De acordo com uma entrevistada de uma ESF, a quantidade de recursos da cidade é satisfatória para atender a todos, portanto, há como atender e ampliar os serviços, realizando atividades extramuros, sem que isso gere um aumento de gastos.

Pode-se perceber que há várias facilidades, apesar disso, quando perguntado diretamente, alguns profissionais não souberam responder afirmando que não veem facilidade, ao fazer pergunta específica da cidade, deram a resposta de que seria mais fácil por ser cidade pequena realizar um acolhimento efetivo.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa pautou-se, primordialmente, na construção do como é sobreviver em uma cidade do interior de São Paulo, em termos de realidades e acesso à saúde e ao serviço social da cidade, estigmas, vínculos, dimensão

subjetiva da desigualdade social. O presente trabalho tem como compromisso explicitar quais são as políticas de saúde e assistência para a população em situação de rua e de como funcionam os equipamentos de saúde e assistência social do município. Vale ressaltar que a, responsável pela assistência da cidade, permitiu a entrevista com a população em situação de rua somente acompanhada da equipe, que ficariam afastadas, para cumprir o rigor ético de informações sigilosas e garantir a proteção e segurança da pesquisadora, devido a situações ocorridas anteriormente em abordagens anteriores. Portanto, apenas posteriormente serão somados esses dados a esta pesquisa que se encontra em andamento. Como produto/serviço esperado deste estudo, pretende-se propor estratégias e orientações de prevenção e promoção de saúde na cidade, com base nos dados coletados de demandas, facilidades e dificuldades dos atendimentos na cidade.

Até o presente momento, ficou claro um vácuo de capacitação, onde a maioria dos profissionais não receberam nenhum tipo de preparação, dando ressalvas para uma pessoa que durante o tempo de trabalho realizou um curso que poderia contribuir com esse público, por se tratar de uso de drogas. Percebe-se também que existe uma divergência entre aqueles que tentam ir até o território e quem acredita que a pessoa que deve ir até o serviço e se adequar às normas da unidade, procurando por conta própria desconsiderando as barreiras que impediram, uma vez que ficou claro segundo as entrevistas que o preconceito cria distância a ida até as unidades de saúde. Fica a questão da equidade, pois se é um público que todos reconheceram que precisam de atendimentos médicos e que são vulneráveis e ainda seguem a margem no acesso à saúde esse princípio não está sendo bem reconhecido.

Outro fator de grande destaque foi do eixo de saúde mental, sendo central na discussão, embora não chegue no CAPS esses pacientes. Os profissionais a veem tanto como o motivo da ida para a rua quanto como algo que é negativamente afetado pela experiência de viver nela. Destaca-se também o preconceito como uma grande barreira, aparecendo desde o âmbito político ao civil, quanto a atendimento negado, isolando ainda mais o indivíduo, dificultando o vínculo com a equipe profissional, mencionado como uma das maiores dificuldades.

Fica claro com a fala dos entrevistados a necessidade do apoio da gestão para a efetivação dos trabalhos, uma vez que fica à mercê da individualidade

de cada profissional. Sendo preciso um trabalho de capacitação e de sensibilização com essa temática, objetivando a diluição de preconceitos e estigmas, aproximando mais a rede dos usuários.

Quanto a dúvida central desta pesquisa, se o fator pequeno município torna mais fácil para os profissionais atuarem e dos usuários se conectar com os serviços, ficou exposto até o presente momento que é mais fácil, por localização, ter todo território coberto por ESFs, conhecer a família a história, isso também expõe o paciente ao julgamento moral, podendo gerar um atendimento menos técnico. Um aspecto que parece ser facilitador, são as reuniões intersetoriais e de matriciamento, conectando os profissionais da RAPS. Quanto às dificuldades, foram muitas declaradas, incluindo a falta de profissionais e de instituições que teriam nas grandes cidades, como o abrigo que foi citado algumas vezes durante a entrevista.

Assim, como conclusão preliminar dos resultados obtidos até o momento, torna-se necessária a continuidade do estudo e novas pesquisas e reforçar aspectos como a saúde mental do trabalhador da rede, que seria importante, dado os achados do estudo até o momento.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Natália. **Saúde Mental e as ruas: a População em Situação de Rua na Rede de Atenção Psicossocial (RAPS).**(Dissertação de Mestrado). Universidade Estadual Paulista, Franca, 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde (MS). Conselho Nacional de Saúde. **Relatório final 13ª Conferência Nacional de Saúde: Saúde e qualidade de vida: Políticas de Estado e desenvolvimento.** Brasília, 2009.

BRASIL, Ministério da Saúde (MS). **Manual sobre o cuidado à saúde junto à população em situação de rua.** Brasília, 2012.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Sistema Único de Saúde – SUS.** Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/sus>. Acesso em: 12 jan. 2026.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Perguntas e Respostas: Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua – CENTRO POP. SUAS e População em Situação de Rua – Volume 2.** Brasília, 2011.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Orientações técnicas:** Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua – Centro POP. Brasília: MDS, 2011a. (SUAS e a PSR, v.3).

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Rua:** aprendendo a contar: Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua. Brasília, 2009.

BRASIL. Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC). **Plano Nacional Ruas Visíveis.** [S. l.], 2023. Disponível em: [<https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/populacao-em-situacao-de-rua/publicacoes/plano-nacional-ruas-visiveis>]. Acesso em: 20 maio 2025.

BRASIL. Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC). **POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA:** diagnóstico com base nos dados e informações disponíveis em registros administrativos e sistemas do Governo Federal. Brasília, 2023.

HALLAIS, Janaína Alves da Silveira; BARROS, Nelson Filice de. **Consultório na Rua:** visibilidades, invisibilidades e hipervisibilidade. Cadernos de Saúde Pública, v. 31, p. 1497-1504, 2015.

HOLANDA, Jorge Garcia de. **Se virando no sistema da rua:** Moradores de rua, conceitos e práticas. Civitas-Revista de Ciências Sociais, v. 19, n. 1, p. 28-44, 2019.

MARTINS, Catia Paranhos; LUZIO, Cristina Amélia. **Política HumanizaSUS:** ancorar um navio no espaço. Interface-Comunicação, Saúde, Educação, v. 21, p. 13-22, 2017.

Referências técnicas para atuação de psicólogas(os) em políticas públicas de álcool e outras drogas / Conselho Federal de Psicologia. — 2. ed. — Brasília : CFP, 2019.

SILVEIRA, Flavio. **Enxergando o invisível:** desafios metodológicos de uma (re) construção do olhar. Rua: aprendendo a contar. Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2009.

ÍNDICE

A

Adriana Aparecida Silvestre Gera-
Ribeiro, 45
Ana Laura Sousa Vitolano, 29
Ana Luisa Tavares Amorim, 65
Anna Clara Silva Sampaio, 102
Any Karolaine Santos da Silva, 19

B

Beatriz Meleti Oliveira, 45
Bianca Oliveira Canavez, 102

E

Eduardo Leite Silva, 19
Elesbão Evaristo Costa e Freitas
Júnior, 123

G

Gianna Emanuela Ferreira Neves, 102

J

João Pedro Danesi Carvalho, 29
Júlia Neves Andrade, 19

L

Lawilson Marques, 19
Luiz Henrique de Souza Pedroso, 19

M

Maria de Fátima Aveiro Colares, 3,
138
Maria Luiza Oliveira, 8
Mariana Machado Guedes, 102
Mariane Silva Teixeira, 138

R

Rafaela Teles Almeida, 8
Rafaella Mozetti Silva, 84

S

Sofia Muniz Alves Gracioli, 8, 29, 84,
102, 123

T

Teresa Machado David, 29

V

Valéria Beghelli Ferreira, 65

ISBN VOLUME



ISBN COLEÇÃO



unifacef.com.br

Av. Dr. Ismael Alonso y Alonso, 2400

0800 940 4688 / (16) 3713-4688



I.C **Uni-FACEF**

Uni-FACEF
Centro Universitário Municipal de Franca